



Faculdade de Educação Social da Bahia

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA – FAESB

ADMINISTRAÇÃO BACHARELADO

FAESB

Faculdade de Educação Social da Bahia

Valença, BA
2023



Faculdade de Educação Social da Bahia

CORPO GESTOR

Francisco Carlos De Aguiar Neto
Diretor Geral

Prof. Me. Paulo Teixeira Cardoso
Coordenador do Curso

Comissão de Elaboração e Atualização do Projeto Pedagógico do
Curso

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Prof. Me Dirceu Abreu Melo
Prof. Dr. Francisco Carlos de Aguiar Neto
Prof. Me Gilberto Augusto Araújo Muniz
Prof. Dr. Jorge Henrique Valença Oliveira
Prof. Me. Paulo Teixeira Cardoso

Faculdade de Educação Social da Bahia

Sumário

DADOS GERAIS DO CURSO	7
FORMA DE ACESSO AO CURSO	7
1. Processo Seletivo	7
2. Transferência Externa	7
3. Transferência Interna	8
4. Reaproveitamento de Curso	8
5. PROUNI / FIES	8
I. INTRODUÇÃO	9
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	12
1.1. Contexto Educacional	12
1.2. Políticas Institucionais no âmbito do curso	19
1.2.1.1. Formas de operacionalização	21
1.2.1.2. Procedimentos de estímulo à produção acadêmica	21
1.2.1.3. Sistemática de atualização curricular	22
1.2.2. Políticas Institucionais para a Pesquisa	22
1.2.3. Políticas Institucionais para a Extensão	22
1.2.3.1. Formas de operacionalização	23
1.2.3.2. Procedimentos de estímulo à produção acadêmica	24
1.2.3.3. Ações acadêmico-administrativas de extensão	24
1.2.4. Articulação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI	25
1.2.5. A incorporação dos avanços tecnológicos na oferta educacional	26
1.2.6. Parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração dos currículos e as políticas	27
1.3 Objetivos do Curso	30
1.4. Perfil profissional do egresso e competências	33
1.5. Estrutura Curricular	44
1.5.1. Perfil do curso	46
1.5.2. Representação gráfica de um perfil de formação	52
1.6. Conteúdos Curriculares	54
1.7. Metodologia	74
1.8. Estágio Curricular Supervisionado	76

1.9. Atividades complementares	80
1.10. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	85
1.11. Apoio ao discente	87
Apoio psicopedagógico	87
Programas de acessibilidade	88
Atividades de nivelamento e extracurriculares	90
Programas de monitoria	91
Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científicas didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural	92
Participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas)	94
Programa de Assistência Financeira	94
1.12. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	94
1.13. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem, conforme o PPC	96
1.14. Procedimentos ou Sistema de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	97
1.15. Número de vagas	99
1.16. Responsabilidade social.	99
1.17. Participação dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC	101
2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL	102
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	102
2.2. Atuação do (a) Coordenador (a)	106
2.3. Experiência de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a)	108
2.4. Regime de trabalho do (a) coordenador (a)	108
2.5. Carga horária de coordenação de curso	108
2.6. Titulação do corpo docente do curso	109
2.7. Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores	109
2.8. Regime de trabalho do corpo docente do curso	109
2.9. Experiência profissional em sua área de atuação docente	109
2.10. Experiência no exercício da docência na educação básica	109
2.11. Experiência de magistério superior do corpo docente	109
2.12. Relação entre o número de docentes e o número de vagas	109
2.13. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	109

2.14. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	110
3. INFRAESTRUTURA	110
3.1. Gabinetes de trabalho para professores em Tempo Integral – TI	110
3.2. Espaço de trabalho para a coordenação do curso e para os serviços acadêmicos	110
3.3. Sala de professores	111
3.4. Salas de aula	111
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática	111
3.6. Bibliografia básica	113
3.7. Bibliografia complementar	113
3.8. Periódicos especializados	114
4. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	115
4.1. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	115
4.2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, conforme disposto na Resolução CNE/CEB Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010,	115
4.3. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.	116
4.4. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012.	116
4.5. Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES Nº 1, de 17/06/2010)	116
4.6. Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Bacharelados	116
Resolução CNE/CES Nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES Nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). (Bacharelados).	116
4.7. Tempo de integralização.	117
4.8. Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, na Lei Nº 13.146/2015, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.	117
4.9. Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)	119
4.10. Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

ANEXO I - TABELA DO CORPO DOCENTE	124
ANEXO II - RELATÓRIO DE ANÁLISE E ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE PELO NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	131
ANEXO III - REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA – FAESB	161
ANEXO IV - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA - FAESB	167
ANEXO V - NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAIA)	170
ANEXO VI - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA	171
ANEXO VII - QUESTIONÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	193
ANEXO VIII - RELATÓRIO DE ESTUDO DAS VAGAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	231
ANEXO IX - REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS EMPREENDEDORAS (NPE) DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA	274
ANEXO X - PLANO DE GESTÃO DOCENTE E COLEGIADO DE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	280



Faculdade de Educação Social da Bahia

DADOS GERAIS DO CURSO

Vagas anuais: 200 vagas anuais, nos turnos diurno e noturno.

Dimensionamento das Turmas: Turmas de até 50 alunos, sendo que, nas atividades práticas, as turmas terão as dimensões recomendadas pelo professor, com aprovação da Coordenação de Curso, sempre respeitado o limite de 25 alunos por turma prática.

Regime de Matrícula: Semestral, com sistema de crédito.

Turnos de Funcionamento: Diurno e Noturno.

Durações do Curso: Prazo mínimo de integralização: 08 (oito) semestres e máximo de 14 semestres, com a carga horária de 3.000 horas. Respeitando o tempo do aluno, a legislação em vigor e a capacidade de oferta de disciplinas da IES, o curso poderá ser reduzido.

FORMA DE ACESSO AO CURSO

Os alunos podem ingressar no Curso por meio de cinco formas distintas, a saber:

1. Processo Seletivo

O **Processo Seletivo** é a principal forma de ingresso na Faculdade para os cursos de graduação. É avaliado o domínio do candidato sobre conteúdos e competências pertinentes ao ensino médio.

Todo candidato que tenha concluído o ensino médio ou equivalente, ou que esteja em processo de conclusão até o início das atividades letivas, pode participar da seleção. Poderá ser feito também com a Nota do **ENEM** (Exame Nacional do Ensino Médio), conforme estabelecido pelo MEC.

2. Transferência Externa

A **Transferência Externa** é indicada para alunos regularmente matriculados, ou com matrícula trancada em outra IES, cujo curso seja devidamente autorizado ou reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação).

Esses candidatos podem solicitar Transferência Externa, em um processo que está condicionado à existência de vagas no curso pretendido. Caso o número de



Faculdade de Educação Social da Bahia

candidatos seja superior ao número de vagas, o candidato será submetido a um processo seletivo específico.

3. Transferência Interna

A **Transferência Interna** é indicada para alunos regularmente matriculados, ou com matrícula trancada na própria IES, decorrente de mudança de curso, desde que haja vagas remanescentes.

4. Reaproveitamento de Curso

Candidatos portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo MEC podem solicitar **Reaproveitamento de Curso**.

Esta é uma forma de ingresso em que o candidato portador de diploma de nível superior devidamente reconhecido solicita isenção do Processo Seletivo para ocupar uma vaga nos cursos ofertados pela Faculdade. Este processo está condicionado a existência de vaga no curso pretendido. Caso o número de vagas seja inferior ao número de candidatos será realizado um processo seletivo específico.

5. PROUNI E FIES

Uma outra forma de acesso seria por meio do **Programa Universidade Para Todos (PROUNI)** e do **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)** do Governo Federal, que possibilita o ingresso de alunos de baixa renda nas Faculdades particulares e comunitárias credenciadas pelo Ministério da Educação com bolsas integrais ou parciais.

Para se candidatar é necessário ter concluído o ensino médio ou estar cursando a última série e atender aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, quais sejam:

Ter cursado as três séries do Ensino Médio em escola pública ou com bolsa integral em escola da rede particular.

Renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio para bolsa integral ou de até três salários mínimos para bolsa parcial.

Nota do **ENEM** (Exame Nacional do Ensino Médio), conforme estabelecido pelo MEC.



Faculdade de Educação Social da Bahia

I. INTRODUÇÃO – HISTÓRICO

A **Faculdade de Educação Social da Bahia – FAESB** no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Constituição Federal e estribada no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, em fase de aprovação no Ministério da Educação, está implantando o Curso de Administração, bacharelado.

A concepção do curso enfrenta os desafios da sociedade contemporânea, apresentando as bases teórico-conceituais do curso de Administração. O curso previsto para ser integralizado em 4 anos está fundamentado na legislação conexa referente à Educação: Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; Resolução CNE/CES nº 3/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula; Resolução CNE/CES nº 1/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências. Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Lei nº 11.464/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"; Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras; art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais.

O curso de administração visa formar profissional com reflexão, iniciativa, ação, decisões rápidas e eficientes. As decisões pedagógicas e as atividades de aprendizado devem objetivar qualidade, flexibilidade e criatividade, por meio de um processo de desenvolvimento global do discente, que contemple as habilidades conceituais, humanas e técnicas, fundamentais na formação do profissional, que deverá estar preparado para administrar as instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

PERFIL DO EGRESSO E O MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho do administrador estende-se pelas áreas de atuação presentes nas novas realidades promovidas pela economia, e estão concentradas, entre outras, nas áreas: Administração geral; produção; finanças; organização e métodos; recursos humanos; marketing; comercial: compras e vendas; sistema de informações e mercado financeiro.

Conforme Mello, Mello Júnior e Mattar (2011), as áreas de atuação do Administrador seguem:

Tabela 1 – Áreas de Atuação do Administrador

ÁREAS DE ATUAÇÃO	2006 %	2011 %
Administração geral (inclui Planejamento Estratégico)	35,28	28,80
Financeira	14,28	13,25
Recursos Humanos	6,73	9,46
Vendas	9,03	7,31
Operacional (Produção)	5,63	6,06
Gestão de Processos	-	6,20
Contábil (inclui Auditoria e Controladoria)	5,07	5,18
Logística	4,69	4,96
Gestão de projetos	-	4,24
Tecnologia da informação	4,88	2,43
Marketing	3,40	1,53
Sistemas de Informação	-	1,44
Outra	11,01	9,14

Fonte: Mello et al, 2011, p. 18

Essa pesquisa foi feita nacionalmente com 17.982 administradores respondendo ao questionário.

Resumidamente, as Funções do Administrador são:

- Planejamento – nos níveis estratégico, tático e operacional das organizações;
- Organização – que define a estrutura e a departamentalização, por intermédio de organogramas e fluxogramas;
- Direção – que promove as relações humanas, a criatividade, os processos de comunicação e os estilos de liderança, bem como os aspectos de motivação;
- Controle – função que determina a auditoria e sistemas de controle organizacional.

Um princípio gerencial básico, válido tanto para indivíduos como para

organizações, é ter um plano a que você se entregue completamente e agir com determinação para executá-lo. Sem um plano, você não tem para onde ir, não tem um alvo para onde canalizar suas energias. Sem um plano, você apenas reagirá em face das circunstâncias. Um plano faz que você assuma o controle sobre suas energias e atividades. Você se torna pró-ativo e não reativo.

O Administrador é o profissional que gerencia uma organização para a consecução dos objetivos. O mercado de trabalho é amplo, podendo o profissional de administração atuar nos seguintes setores: gerência, assessoria ou consultoria; empresas comerciais, industriais, financeiras, agropastoril e prestação de serviços - bancos, financeiras etc.; hospitais, clínicas, laboratórios e empresas farmacêuticas; cooperativas; área de ensino; empresas e órgãos públicos: federal, estaduais e municipais; hotelaria e turismo. Os resultados obtidos na pesquisa sobre o perfil, formação, atuação e oportunidades de Trabalho do Administrador de 2011, quanto aos cargos ocupados pelo Administrador foram:

Tabela 2 – Cargos ocupados pelos Administradores

CARGOS OCUPADOS	2006 %	2011 %
Gerência	21,37	21,84
Analista	12,75	19,10
Coordenação	8,29	9,46
Técnico	3,65	6,94
Assessoria	8,32	6,64
Diretoria	7,54	6,45
Supervisão	6,49	6,35
Auxiliar	4,33	6,20
Função Pública	4,46	-
Assistência	6,62	5,61
Presidência/Proprietário/Empresário	9,68	4,88
Vice-presidência	0,34	0,29
Conselheiro	0,31	0,20
Outra	5,85	6,04

Fonte: Mello et al, 2011, p. 18

A formação do administrador confere alto grau de empregabilidade e crescimento na carreira profissional. A pesquisa SEMESP – Formação Acadêmica dos Profissionais 2013 (2012, p.2) confirma que “para 82% dos profissionais das principais áreas do conhecimento o curso superior proporcionou mais oportunidades ou tantas quanto eles imaginavam ao se formar”.

Essa mencionada pesquisa aferiu o grau de satisfação dos profissionais em relação ao desempenho de suas competências e habilidades no momento do exercício profissional. Com referência ao desenvolvimento das competências em Administração, RH e Marketing verificaram que índice de satisfação dos egressos *atingiu 81% em relação à capacidade de transferir conhecimentos para a tomada de decisão e 82% de elaborar e implementar projetos em organizações. A competência em relação à consciência ética do exercício profissional foi assinalada por 90% dos entrevistados. (SEMESP, 2013, p.12).*

A proposta de implantação do curso está alinhada com os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014) que aumenta a oferta de vagas no ensino superior para estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos, residentes no Município, contribuindo para elevação da taxa líquida de matrículas nesse nível de ensino; contribui para a redução das desigualdades regionais na oferta de educação superior e diversifica regionalmente o sistema superior de ensino, introduzindo um curso de grande importância socioeconômica.

Meta 12 - Educação Superior: Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Porcentagem de matrículas na Educação Superior em Relação à população de 18 a 24 anos: 34,6% (2015); meta para 2024: 50%. Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior: 18,1% (2015); meta para 2024: 33%.

FAESB
Faculdade de Educação Social da Bahia

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1. Contexto Educacional

Demandas efetivas de natureza **econômica, social, cultural, política e ambiental**.

Na Região da Costa do Dendê da Bahia e, mais especificamente da cidade de Valença, sede da futura faculdade o desafio é focar as ações formativas na educação superior de forma articulada ao desenvolvimento da região, estruturando cada um dos seus cursos em torno de eixos temáticos que problematizem questões sociais relevantes e gerem proatividade para a busca de soluções para os problemas mais urgentes da cidade na perspectiva da promoção de redes institucionais para a sustentabilidade.

Os dados sobre as cidades que formam a Costa do Dendê e o atendimento escolar indicados abaixo, evidenciam a relevância do projeto de credenciamento da faculdade:

Circunvizinhança de Valença – População residente

A Faculdade está localizada na cidade de **Valença**, BA, importante centro cultural baiano. Abaixo, listamos 12 municípios adjacentes. Cada município com a sua população, número de alunos matriculados no Ensino Médio, Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo, IDH-M Educação, IDH-M, distâncias rodoviárias a partir do município de Valença.

São mais de **360 mil habitantes**, numa **distância máxima de 99 km**, e mais de **12 mil alunos matriculados no Ensino Médio**.

Ver tabela abaixo:

Município, Estado	População	Mat. Ens. Méd.	Pop. 18 a 20 % EM Comp	IDH-M – Educ	IDH-M	Distância de Valença
Cairu	17.985	485	25,46	0,510	0,627	46
Camamu	36.543	1.278	12,95	0,452	0,565	55
Gandu	33.030	1.264	28,10	0,508	0,632	90
Igrapiúna	14.288	464	17,69	0,424	0,574	45
Ituberá	29.273	934	23,25	0,482	0,606	36
Nazaré	29.450	1.123	20,32	0,532	0,641	42
Nilo Peçanha	14.279	402	11,78	0,404	0,547	25
Nova Ibiá	7.010	216	-			99
Piraí do Norte	10.386	176	11,51	0,363	0,533	56
Tancredo Neves	27.803	1.008	17,98	0,424	0,559	60
Taperoá	21.282	481	15,83	0,426	0,566	18
Valença	98.053	3.586	20,61	0,502	0,623	00
Wenceslau Guimarães	22.445	451	14,79	0,383	0,544	70
Total	361.827	12.628	18,36%	-	-	53 km média

As informações foram pesquisadas no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS – COSTA DO DENDÊ, disponível no site: <https://drive.google.com/file/d/0BzEsMwYCUjXjNGtpdVpnejM3R2s/view>, acessado em 17 de fevereiro de 2017.

As informações referentes à taxa de alunos no ensino médio brasileiro constam no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União sobre diagnóstico do ensino médio no Brasil, disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/07.081-2013-8%20ensino%20medio.pdf, acessado em 12.02.2017.

As informações referentes ao ranking do IDH-M (Município, Estado/Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo/IDH-M Educação/IDH-M Educação/IDH-M Longevidade/Renda per capita média/IDH-M Renda/IDH-M foram consultadas no Blog do Estadão, disponível em: <http://blog.estadaodados.com/ranking-do-indice-de-desenvolvimento-humano-municipal/>, acessado em 12.02.2017.

As informações referentes à população e ao número de alunos matriculados no Ensino Médio (2015) foram consultadas no site do IBGE, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao, Acessado em 12.02.2017.



Faculdade de Educação Social da Bahia

As distâncias rodoviárias a partir do município de Valença foram consultadas no site do DER-MG, disponível em: <http://www.der.mg.gov.br/mapa-rodoviario>, acessado em 12.02.2017.

ASPECTOS ECONÔMICOS, CULTURAIS E SOCIAIS

Com base no PIB dos municípios brasileiros, o agregado das riquezas produzidas pelos municípios que compõem a Costa do Dendê totalizou R\$ 3,12 bilhões, representando 1,87% do PIB do Estado.

Cairu e Valença correspondem a 68,3% da riqueza produzida na Costa do Dendê, que tem na atividade turística uma das mais importantes da dinâmica econômica do setor terciário da região. Na região, este setor divide importância de produto econômico com o segundo setor, concentrado no município de Cairu, diretamente ligado à atividade de exploração de gás no campo de Manati, na Bacia de Camamu. Uma atividade pontual que tem sua contrapartida maior à região na forma de tributos, sobretudo royalties e repasses estaduais de impostos, não impactando decisivamente na geração de emprego e fomento das atividades de comércio e serviços.

Nas Atividades Características do Turismo (ACTs), a maior representatividade está concentrada nas atividades de alojamento e alimentação. Essas unidades produtivas são formadas, na sua maioria, por micro e pequenos empreendimentos.

Em Valença, esses pequenos negócios representam 6,9%, bastante significativo, levando-se em consideração que é uma localidade com maior nível de desenvolvimento econômico e conta com uma ampla diversidade de negócios estabelecidos nos mais distintos segmentos.

A Costa do Dendê tem uma área total de 5.815,62 km² e uma população de mais de 300 mil habitantes, projetando um crescimento de 23.632 habitantes em relação ao último Censo Demográfico realizado no ano de 2010. A população da Costa do Dendê corresponde a aproximadamente 1,83% do total da Bahia, estimada em 15,126 milhões de habitantes.

A dinâmica populacional dessa região apresenta três aspectos a destacar: 1. Variação populacional positiva em todos os municípios, indicando que a região tem

conseguido reter sua população local; 2. Equilíbrio entre os gêneros, com discreta predominância de homens, mas registrando taxa de crescimento mais elevada na população feminina; e 3. Equilíbrio na distribuição populacional, tanto entre os municípios, quanto entre áreas urbanas e não urbanas. Com uma taxa média regional de urbanização por volta dos 54%, apenas dois municípios, Valença, o mais populoso, e Ituberá ultrapassam esta proporção, o que denota um uso mais equilibrado do território.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano na região atingida pela faculdade, os municípios de Nazaré (0,641), Gandu (0,632), Cairu (0,627), Valença (0,623) e Ituberá (0,606) destacam-se com os melhores IDHs. Esses índices refletem os avanços na escolarização da população, na ampliação da renda e no aumento da expectativa de vida.

Os dados relativos a emprego apontam na região uma taxa considerável da informalidade do trabalho, que vai ao encontro da realidade na atividade turística. Os ocupados por conta própria acima de 18 anos são os mais representativos entre o total dos ocupados na região (40,7%). Em seguida aparecem os trabalhadores sem carteira (32,7%), e os empregos formais (23%).

Mais de 26,73% dos domicílios da região não são ocupados regularmente, mas ocupados durante o período de veraneio. No período de veraneio, a demanda com abastecimento de água, energia e coleta de lixo crescem de forma relevante, exigindo melhor gestão pública para atendimento dessa demanda.

A melhoria educacional na Costa do Dendê se constitui em importante mecanismo para contribuir com a redução da pobreza ainda existente e a desocupação elevada, bem como possibilitar melhores rendimentos. Nos municípios da Costa do Dendê estão distribuídas 471 escolas de Ensino Médio e Fundamental (INEP, 2013).

ANÁLISE DA DINÂMICA AMBIENTAL

Localizada entre a foz do Rio Jaguaripe e a Baía de Camamu, a Costa do Dendê apresenta o clima que pode ser caracterizado como tropical sem estação seca. A média das temperaturas máximas é superior a 24° C e a média das mínimas é de

21º C. Os meses mais quentes vão de novembro a março e, os mais amenos são os de julho e agosto.

Toda a região da Costa do Dendê encontra-se inserida originalmente no bioma Mata Atlântica. Há também a presença da savana e de uma vegetação secundária em meio aos usos antrópicos encontrados naquela área.

A região conta com expressivos e importantes recursos naturais associados às bacias hidrográficas (Rio de Contas, Rio Jaguaripe, Rio Jequiriçá, Rio das Almas), cujos rios principais e seus afluentes formam cachoeiras, balneários e corredeiras, que alcançam o mar da região em belas praias e manguezais.

É importante assinalar que grande parte das atividades turísticas da Costa do Dendê é praticada em áreas naturais e, para tanto, se faz importante a conservação e manutenção desse valioso patrimônio natural vocacionado ao turismo.

A Costa do Dendê localiza-se na porção norte do litoral sul do Estado. Seu território é formado majoritariamente por uma península e várias ilhas, onde o acesso a algumas localidades ocorre por meio de transporte hidroviário. A BA-001 é a principal rodovia que estrutura o sistema rodoviário da região.

A Costa do Dendê conta com o aeroporto de Valença, que pode receber voos nacionais. Conta ainda com 7 pistas de pouso de menor porte, que possibilitam pousos de aviões de pequeno porte em Morro de São Paulo, Ituberá e na Península de Marau.

O sistema hidroviário tem extrema importância já que existem muitas ilhas, que além de turísticas, tem nas travessias, parte do sistema de transporte da população local. Existe uma grande quantidade de atracadouros.

Outro espaço de navegação muito importante na região é a Baía de Camamu, a terceira maior do país em volume de água e fica localizada na Costa do Dendê. Com ventos constantes e águas profundas e calmas, a baía de Camamu favorece a atracação de embarcações e os esportes náuticos. Ao redor da baía localizam-se ilhas, mangues e praias conhecidas pela beleza natural, que atraem turistas anualmente, como, por exemplo, Barra Grande (município de Maraú), o principal destino turístico da Baía de Camamu, além da Ilha da Pedra Furada, Ilha Grande, Praia de Taipus de Fora, Ilha do Goiό, entre outras.

Turismo de sol e praia é predominante na região, com destinos de destaque como Morro de São Paulo, Boipeba e Barra Grande. Conta também com Turismo Cultural, Ecoturismo, Náutico e de Aventura.

O Turismo Cultural vem ganhando espaço pelo esforço da região em resgatar e valorizar seu patrimônio material e imaterial, o que pode aumentar a competitividade da Zona Turística. Destaca-se nesse segmento a produção associada ao turismo, como os produtos da gastronomia vinculados ao dendê e ao artesanato, além de produtos naturais como o cravo, o palmito e a piaçava, além das manifestações da cultura popular, como por exemplo a **comunidade quilombola** de Jatimane.

Com relação ao patrimônio material, a Costa do Dendê possui um expressivo patrimônio arquitetônico, histórico, artístico e cultural, que está prioritariamente atrelado às edificações religiosas e militares, características do período colonial. São 75 bens. Camamu, Cairu, Taperoá e Valença possuem a maior quantidade de bens relacionados na Costa do Dendê.

Em relação ao seu patrimônio imaterial, consideram-se, por exemplo, os conhecimentos náuticos dos povos que navegam pelas águas que compõem o sistema hídrico da região. Na Costa do Dendê há exemplos como a “Zambiapunga”, como representante da cultura da região, especialmente em Nilo Peçanha, Valença, Taperoá e Cairu. **Existem comunidades quilombolas**, destacando-se dentre elas a comunidade quilombola de Jatimane, em Nilo Peçanha, que já realiza o turismo de base comunitária e recebe turistas, conta a história local, realiza passeios em trilhas, mostra as atividades tradicionais com a pesca e o cultivo da piaçava, serve as iguarias típicas e realiza apresentações culturais.

Faculdade de Educação Social da Bahia

Plano de Ação

9.1 PRIORIDADE - 1- CURTO PRAZO

INFRAESTRUTURA PARA AS EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS

MUNICÍPIO	AÇÃO	VALOR TOTAL US – R\$ 2,66	VALOR TOTAL R\$
Valença	Construção de anel rodoviário	3,759,398.50	10.000.000,00

	Construção de píer para embarque e desembarque – Guaibim	3,078,624.60	8.189.141,43
	Melhoria no Sistema de Abastecimento de Água – Guaibim	430,409.92	1.144.890,38
	Melhoria no Sistema de Esgotamento Sanitário – Guaibim	388,585.83	1.033.638,30

EXCELENCIA E INOVAÇÃO DA OFERTA

MUNICÍPIO	AÇÃO	VALOR TOTAL US – RS 2,66	VALOR TOTAL R\$
Valença	Construção de Centro de Convenções, entre Valença e Guaibim	2,308,968.45	6.141.856,07
	Urbanização da Orla de Valença	461,793.69	1.228.371,22

9.2 PRIORIDADE – 2 – MÉDIO PRAZO

INFRAESTRUTURA PARA AS EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS

MUNICÍPIO	AÇÃO	VALOR TOTAL US – RS 2,66	VALOR TOTAL R\$
Valença	Melhoria no Sistema de Abastecimento de Água – Guaibim	3,412,802.03	9.078.053,39
	Melhoria no Sistema de Esgotamento Sanitário – Sede	5,026,291.07	13.369.934,24
Valença, Ituberá, Camamu	Melhoria da BA-001 (acesso à região 72km) de Valença - Ituberá - Camamu	5,947,149.92	15.819.418,80

EXCELENCIA E INOVAÇÃO DA OFERTA

MUNICÍPIO	AÇÃO	VALOR TOTAL US – RS 2,66	VALOR TOTAL R\$
Valença	Recuperação do Centro Histórico	3,540,418.29	9.417.512,64
	Construção de ciclovia ligando a Sede – Guaibim	992,481.20	2.640.000,00

9.3 PRIORIDADE – 3 – LONGO PRAZO

INFRAESTRUTURA PARA AS EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS

MUNICÍPIO	AÇÃO	VALOR TOTAL US – RS 2,66	VALOR TOTAL R\$
Valença	Construção Terminal Rodoviário	230,896.85	614.185,61
	Construção Terminal Rodoviário - Guaibim	153,931.23	409.457,07

EXCELENCIA E INOVAÇÃO DA OFERTA

MUNICÍPIO	AÇÃO	VALOR TOTAL US – RS 2,66	VALOR TOTAL R\$
Valença	Melhoria do Mercado do Peixe	150,375.94	400.000,00

1.2. Políticas Institucionais no âmbito do curso

O ensino deve espelhar as Diretrizes Curriculares Nacionais, formando profissionais capazes de atuar numa sociedade mais humanitária, em grupos populacionais e/ou indivíduos no atendimento de suas necessidades.

O formado na faculdade é um agente transformador do processo social, com formação cristã, crítica e reflexiva, competência técnica, científica e política, baseada em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

A política de ensino da instituição é fundamentada num processo dinâmico de socialização do conhecimento, priorizando a articulação entre teoria e prática por meio de ações propostas, tanto em nível curricular e em atividades complementares, quanto pelo envolvimento dos docentes e integração das diversas áreas do conhecimento.

O ensino é indissociável da pesquisa, a qual gera conhecimento e produz ações na extensão, orientando-se segundo a diretriz de uma visão clara do perfil do egresso definido segundo a Missão da Faculdade.

O ensino de graduação, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, busca formar profissionais que atuem sobre grupos populacionais e/ou indivíduos no atendimento de suas necessidades. Para tanto, é necessário considerar o egresso como agente transformador do processo social, com formação crítica e reflexiva, com competência técnica, científica e política, baseada em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

O ensino de graduação deve proporcionar a formação acadêmica dos alunos. Para tanto, o perfil deste deve apresentar as seguintes características:

- Proporcionar a formação integral do acadêmico por meio da prática educacional;
- Oportunizar ações pedagógicas, articulando conhecimentos com a realidade social numa relação dialético-reflexiva;
- Projetar situações de ensino-aprendizagem que possibilitem o desenvolvimento de conhecimentos teórico-práticos, com responsabilidade e solidariedade, visando à inserção social;

- Incorporar a dimensão técnico-científica da gestão da informação, consubstanciada pela metodologia científica;
- Desenvolver o aspecto técnico-profissional pela construção de conhecimento que capacite os alunos para o exercício de sua profissão com qualidade;
- Estruturar e articular disciplinas e outras atividades acadêmicas em sintonia com a realidade social;
- Oportunizar intercâmbio acadêmico com outras instituições, nacionais ou estrangeiras;
- Estimular o corpo docente a realizar atividades pedagógicas inovadoras em classe e extraclasse, respeitado o PPC.

As Diretrizes Curriculares, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, representam orientações para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos – PPCs. As propostas de formação são construídas a partir das competências básicas e devem ser pautadas na organização de conhecimentos e habilidades, na capacidade de relacionar a teoria com a prática na formação profissional e no desenvolvimento da cidadania.

A multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade são compreendidas como resultado de diálogos entre as diferentes áreas do conhecimento que compõem os PPCs, e apresentam-se como uma orientação fundamental para a ação pedagógica dos cursos.

POLÍTICAS PARA A GRADUAÇÃO:

A Faculdade adota o regime de ensino presencial, com sistema de matrícula por créditos. A integralização curricular dos cursos de graduação far-se-á pelo regime seriado semestral, de acordo com o projeto pedagógico de cada curso (PPC).

Os PPCs constituem o instrumento balizador das ações acadêmicas, conferindo direção à gestão e às atividades pedagógicas no interior dos cursos de graduação. Tendo em vista a formação dos profissionais que a instituição deseja habilitar, os PPCs devem contemplar conteúdos que permitam o desenvolvimento do exercício da cidadania.

As políticas de graduação têm por compromisso:

- Considerar a pluralidade de concepções, produção e socialização do conhecimento com vistas à formação que se deseja;

- Articular temas decisivos para a formação profissional, compatíveis com os princípios de flexibilidade, multidisciplinaridade e de interdisciplinaridade;
- Garantir a flexibilidade das matrizes curriculares;
- Respeitar os conhecimentos prévios dos alunos, provenientes de suas experiências de vida social, articulando-os aos conhecimentos acadêmicos construídos no processo de formação;
- Construir competências formais por meio da investigação científica, integrando e delimitando as políticas entre ensino, pesquisa e extensão;
- Comprometer-se com os valores éticos e cristãos, respeitando a diversidade religiosa, e com o desenvolvimento de habilidades tecnológicas para o equilíbrio científico do homem na sociedade.
- Considerar a interdisciplinaridade, reduzindo a possibilidade de isolamento das disciplinas acadêmicas;
- Atualizar constantemente a política institucional de Estágio Supervisionado curricular e voluntário, mantendo coerência com a unidade teórico-prática de cada curso;
- Apoiar a realização de Projetos de Ensino e Programas de discussões didático-pedagógicas.

1.2.1.1. Formas de operacionalização

A oferta do curso ocorre semestralmente, observadas as vagas autorizadas e divulgadas em edital e processo de seleção. Semestralmente, são organizadas datas e horários para matrícula dos acadêmicos ingressantes, com orientações específicas e individualizadas sobre o funcionamento das aulas. A matrícula ocorre por meio de contratação de créditos, de acordo com o PPC. Todos os registros de estudos são acompanhados pelo coordenador do curso e pelo próprio acadêmico. O curso atende à área de conhecimento proposta pela CAPES.

1.2.1.2. Procedimentos de estímulo à produção acadêmica

A IES incentiva seus docentes para que participem de seminários, congressos e eventos científicos; estimula a capacitação do professor, por meio de programa de ajuda de custo para cursos de pós-graduação da própria IES e de incentivo para a realização de mestrado e doutorado em IES conveniadas; adota um programa de premiação docente, anualmente, contemplando certa quantidade de professores, premiação esta definida com base na produção acadêmica e científica, na atuação do

professor na instituição (pontualidade, participação nas reuniões, cumprimento de prazos, entre outros) e nas avaliações dos estudantes.

1.2.1.3. Sistemática de atualização curricular

O currículo não é estático. Em sua dinâmica é necessária sua atualização constante por meio de um repertório de conhecimentos e experiências atuais que permitam aos alunos interpretar, interferir e modificar aspectos da realidade. A dinâmica da sala de aula é mais ágil que as próprias atualizações curriculares, cuja sistemática é garantir uma aprendizagem mais consolidada; reforçar o caráter transversal do ensino-aprendizagem; apostar no conhecimento científico; valorizar o conhecimento social e humano; investir em novas tecnologias de informação e comunicação. A periodicidade prevista para atualização curricular institucional respeitará a legislação vigente, as decisões do Núcleo Docente Estruturante e as instâncias internas de decisão previstas no Regimento, contando com as críticas dos alunos, tutores presenciais, coordenadores acadêmicos e equipe docente.

1.2.2. Políticas Institucionais para a Pesquisa

Quanto à pesquisa, é prática da Faculdade de Educação Social da Bahia constituir projetos de iniciação científica com alunos e professores. Assim, para o Curso Superior de Administração a IES privilegia as investigações em termos da análise, diagnóstico e intervenção.

Incentiva a participação em projetos desse gênero tanto a alunos quanto aos professores do curso.

Observa-se, ainda, a existência de normas específicas para a iniciação científica, prevendo a publicação dos resultados das pesquisas no formato de artigos em revistas acadêmicas e nos simpósios de iniciação científica que são promovidos pela IES. Assim, a programação e o procedimento das pesquisas na instituição obedecem à resolução que discorre sobre tal assunto.

Vale destacar também que a IES possui uma revista com ISSN, a fim de fomentar um espaço para a discussão em um nível tanto regional quanto global, pois se trata de um

periódico em uma perspectiva multidisciplinar e que envolva tanto docentes quanto discentes, além de setores da sociedade civil.

Isso corrobora para as práticas exitosas e inovadoras para o curso, tudo isso alinhado ao perfil do egresso.

Ao construir tal objetivo, a expectativa do perfil do egresso com capacidade generalista passa a ser ainda mais coerente, bem como as práticas que aparecerão em sua carreira após a sua formação poderão ser concretizadas, haja vista a sua formação consciente de busca por novos conhecimentos e adaptação à área do conhecimento e ao mercado de trabalho, bem como a sua capacidade analítica do contexto profissional em que se insere.

Com isso, é possível verificar que as políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, constantes no PDI, estão implantadas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente inovadoras para o curso.

1.2.3. Políticas Institucionais para a Extensão

A extensão tem como objetivo a articulação com diferentes atores sociais, buscando a difusão e a disseminação do conhecimento dos saberes científicos e populares, da informação e da cultura, tornando-os acessíveis à sociedade em geral e fazendo deles instâncias sociais críticas de modificação social e pedagógica.

A extensão, na concepção de SANTOS (2006), é uma ecologia dos saberes, conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização. A reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais.

A ecologia dos saberes se faz presente no ambiente universitário por meio da extensão, que vem ocupando cada vez mais espaço nas políticas públicas, e existem perspectivas de investimento em projetos de extensão, tanto por parte do Governo Federal quanto do Estadual. Numa concepção crítica e emancipatória, a extensão universitária deve priorizar ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil, sendo entendida como trabalho social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimento que levem à transformação social.

A política de extensão deverá pautar-se pelos compromissos de:

- Promover o diálogo entre o saber científico produzido na Faculdade e os saberes leigos, populares e tradicionais provindos de diferentes culturas;
- Intervir na solução de problemas sociais e ambientais existentes na região, voltados a: direitos humanos, terceira idade, medicina preventiva, formação continuada, egressos de estabelecimentos penais, pessoas com necessidades especiais, infância e adolescência, gestão e educação ambiental, a fixação do homem no campo: transferência de tecnologia, agroecologia;
- Promover a utilização de recursos físicos, técnicos e tecnológicos para ampliar a qualidade da educação continuada;
- Proporcionar atividades de produção, preservação e divulgação artístico-cultural;
- Valorizar os programas de Extensão por intermédio de redes ou parcerias e atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- Ampliar os canais de comunicação e divulgação com a comunidade interna e externa.

A seguir apresentamos a divulgação das pós-graduações da FAESB:



The image shows a screenshot of an Instagram post from the account 'faculdefaesb'. On the left is a promotional graphic for postgraduate courses. The graphic has a dark blue background with the FAESB logo at the top. It features a woman holding books and a smartphone. Text on the graphic includes 'PÓS GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO', 'ESCOLHA A SUA ÁREA DE ATUAÇÃO', a list of fields (Education Special and Inclusive, Education of Youth and Adults, Early Childhood Education, Management and Pedagogical Coordination, Higher Teaching, Field Education), and contact information: 'AGENTE (75) 9 8883-2009'. On the right is the Instagram post interface. The profile 'faculdefaesb' is shown with a bio 'Faculdade FAESB - Ed. Paço Imperial'. The post text says: 'A única pós-graduação que você já sai com Livro Publicado. Na FAESB você sai como Especialista e de presente ,como Autor(a) de Livro. #SouMaisPósFAESB #PósGraduaçãoFAESB #VemPraFAESB'. A comment from 'sannyborges_' is visible, saying 'Na FAESB seu futuro está em boas mãos! #correpraca #vempraFAESB'. The post has 1 like and was posted on May 11.

Fonte: https://www.instagram.com/p/CsFr4VbMj_p/

AMOSTRA DAS PÓS-GRADUAÇÕES:

- ✓ PÓS INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO
- ✓ PÓS INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO FÍSICA
- ✓ PÓS EM FORMAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES EM LIBRAS
- ✓ PÓS EM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA
- ✓ PÓS EM NEUROPSICOPEDAGOGIA CLÍNICA E INSTITUCIONAL
- ✓ PÓS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA
- ✓ PÓS INTERDISCIPLINAR EM SERVIÇO SOCIAL

1.2.3.1. Formas de operacionalização

As atividades de extensão nascem e são gerenciadas na coordenação de cursos, mediante projetos e programas, na interação professor/professor, professor/aluno, comunidade acadêmica/comunidade externa. Para o financiamento da extensão, a dotação se dá mediante previsão orçamentária por projeto.

Sua organização e administração estão subordinadas diretamente à Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão.

1.2.3.2. Procedimentos de estímulo à produção acadêmica

Política de incentivo à produção acadêmica por meio de trabalhos e pesquisas realizadas nos cursos de extensão, além da produção de material para apresentação em congressos, seminários, revistas científicas, entre outros; prêmio de incentivo à produção acadêmica: livro, capítulos de livro e outros.



Faculdade de Educação Social da Bahia

1.2.3.3. Ações acadêmico-administrativas de extensão

As ações acadêmico-administrativas de extensão são um processo educativo, cultural e científico e são desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestações de serviços e publicações e outros produtos acadêmicos, voltados a um objetivo comum e direcionados às questões relevantes da sociedade.

Entende-se por ação de extensão as atividades desenvolvidas sob a forma de:

- I) Programas.
- II) Projetos.
- III) Cursos.
- IV) Eventos.
- V) Prestação de serviços.
- VI) Publicações e outros produtos acadêmicos.

As ações acima visam:

- a) Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com interesses e necessidades da sociedade, em todos os níveis, estabelecendo mecanismos que relacionem o saber acadêmico a outros saberes.
- b) Democratizar o conhecimento acadêmico e a participação da Instituição de Ensino Superior junto à sociedade.
- c) Incentivar a prática acadêmica de forma que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos.
- d) Participar criticamente das propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, educativo, científico, tecnológico, social, esportivo, cultural e artístico.
- e) Contribuir para reformulações de concepções e práticas curriculares da IES, bem como para a sistematização do conhecimento produzido.



Faculdade de Educação Social da Bahia

As ações de extensão são desenvolvidas seguindo os eixos temáticos, a saber:

- I) Comunicação.
- II) Cultura.
- III) Direitos Humanos.
- IV) Educação.
- V) Meio Ambiente.
- VI) Religião.
- VII) Saúde.
- VIII) Tecnologia.
- IX) Trabalho.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Conforme pode ser verificado na matriz curricular do curso, as atividades de Extensão são curricularizadas conforme preconiza a nova legislação educacional do ano de 2018, com vigência a partir de janeiro de 2023 e a própria lei que constitui o PNE – Plano Nacional de Educação.

Desse modo, desde o início do curso, alunos e professores se envolvem com a comunidade e promovem diversos projetos de extensão comunitária envolvendo desde a formação cidadã da população, até o auxílio em necessidades da comunidade, na medida de suas limitações acadêmicas e profissionais.

Assim, além de cumprir a legislação vigente, o curso também estabelece de maneira concreta e eficaz a necessária interrelação que deve existir entre a Faculdade e comunidade em que se insere, sendo um processo de mão dupla durante o percurso formativo do aluno.

A IES utiliza os resultados obtidos a partir dessa integração como parâmetros para melhoria contínua do curso e deste projeto pedagógico.

INOVAÇÃO: Através do Sistema Acadêmico, CERBRUM o aluno tem a autonomia de enviar seus trabalhos de forma virtual, inovando na organização e administração do curso, facilitando as tratativas entre o aluno x professor x coordenação x secretaria, conforme demonstrado a seguir:



Fonte: <http://educacional.usecerbrum.net/home.aspx#atividadesAcademicasDeExtensao>

1.2.4. Articulação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI

As políticas acadêmicas institucionais contidas no Projeto Pedagógico Institucional ganham materialidade no Projeto Pedagógico do Curso de Administração.

A linha filosófico-pedagógica, que fundamenta todos os cursos, programas e projetos da Faculdade, adota como base o princípio de que a educação superior se insere em um contexto multifacetário, marcado por transformações econômicas, sociais e culturais, empreendendo um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Do ponto de vista do conhecimento e do saber, a Faculdade procura refletir e incorporar as mais recentes teorizações e princípios pertinentes. Do ponto de vista do desenvolvimento regional, busca promover a sua contribuição para as necessidades do mercado de trabalho, sem, contudo, perder de vista o perfil do egresso que pretende formar.

1.2.5. A incorporação dos avanços tecnológicos na oferta educacional

Os professores da Faculdade são orientados a usarem ferramentas informatizadas para que os alunos acessem os textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

Os avanços tecnológicos são incorporados dia a dia pela Faculdade na oferta educacional de suas atividades acadêmicas. Na Previsão Orçamentária há destinação de recursos para constante atualização do parque informatizado, facilitando o uso dessas tecnologias, importantes para o desenvolvimento do processo educacional.

A Faculdade incentiva, também, a participação do corpo docente em eventos que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem, promovendo as inovações no âmbito dos cursos. O mundo muda e o conhecimento duplica muito rapidamente, com enorme

contribuição dos novos recursos tecnológicos na sociedade atual. Esses novos avanços tecnológicos criaram novo paradigma, maior exigência sobre a eficiência ao nível de produtividade das empresas. O moderno paradigma tecnológico associado à evolução do mundo digital exige cada vez mais a formação de profissionais especializados na nova área de conhecimento.

1.2.6. Parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração dos currículos e as políticas

A seleção de conteúdos é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade. A seleção é uma questão de poder. Ao selecionar determinado conteúdo para o currículo, estar-se-á privilegiando alguns conteúdos em detrimento de outros.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos da Faculdade deve ter em conta a análise da realidade, foco nos aspectos da inserção regional da Instituição e operada com referenciais específicos, tais como:

- **Socioantropológico**, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, consequentemente, a democracia plena;
- **Psicológico**, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- **Epistemológico**, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo.

Entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O estudante deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos.

Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc.

Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes da Faculdade irão:

Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática.

Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida.

Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

Para assegurar a qualidade do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas:

- a revisão contínua dos currículos;
- a atualização permanente de programas, ementas, bibliografias e planos de ensino;
- a dinamização das atividades práticas de formação profissional;
- a orientação acadêmica;
- o aperfeiçoamento docente;
- a qualificação docente;

- a elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a *autoavaliação* constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

A Faculdade observa as seguintes diretrizes na elaboração e revisão dos currículos:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso.
- Coerência do currículo com o perfil do egresso.
- Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais.
- Articulação do conteúdo proposto com as demais disciplinas do curso, a fim de permitir a interdisciplinaridade e evitar a sobreposição de temas.
- Liberdade para adequação do conteúdo à formação e à experiência profissional do professor da disciplina.
- Inter-relação e integração entre as disciplinas.
- Atualidade e importância do conteúdo proposto para a formação profissional pretendida.
- Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas.
- Adequação à missão e aos objetivos do curso.
- Adequação, atualização e relevância da bibliografia.

Os conteúdos das disciplinas ofertadas são definidos pelos professores, aprovados na coordenação do curso e apresentados aos alunos no primeiro dia de aula.

Entende-se currículo como um conjunto de conhecimentos e práticas de ensino abrangendo diferentes metodologias de trabalho didático-pedagógico, produção, apropriação e socialização de conhecimentos, valores e atitudes básicos para a vida profissional e social.

Por outro lado, a matriz curricular é um conjunto de componentes curriculares de um curso; portanto não é currículo. Matriz curricular envolve diversas situações e modalidades de ensino e aprendizagem, voltadas à aquisição e produção de conhecimentos socialmente relevantes e à inserção crítica do profissional na sociedade.

Teoria e Prática formam um dos eixos curriculares da Faculdade, dando um sentido dinâmico, flexível e interdisciplinar, que desperte para a formação continuada e a investigação científica.

O processo de ensino e aprendizagem articula as dimensões: profissional, cultural, tecnológica. Pauta-se pelos princípios de autonomia e liberdade na busca,



Faculdade de Educação Social da Bahia

aquisição, transformação e inovação do conhecimento e da informação, numa perspectiva ética e democrática.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) são coerentes com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e contemplam a responsabilidade social e a cidadania dos sujeitos do processo educativo, objetivando a formação de profissionais comprometidos com a história.

Os PPCs são elaborados nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais, respeitando as especificidades dos cursos e da área de conhecimento em que se enquadram, conforme documento: Áreas de Conhecimento (CAPES-MEC), Cadastro de denominações consolidadas para Cursos de Graduação (Bacharelado e Bacharelado) do Ministério da Educação, do Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos (maio de 2009) e de outros instrumentos legais conexos.

Quanto à organização curricular, a instituição rege-se pelo regime de matrícula semestral, por créditos (considerando um crédito correspondente a vinte horas de atividades acadêmicas), mediante plano de estudos aconselhado, constante nos PPCs.

1.3 Objetivos do Curso

O Curso de Bacharelado em Administração da FAESB tem por **objetivo geral**: desenvolver nos educandos a capacidade de conhecer de forma sistêmica, analítica e construtiva o ambiente empresarial em que estejam inseridos, de forma a saber fazer a aplicação dos principais conceitos e paradigmas da Administração, de modo a selecionar conhecimentos, habilidades e atitudes vencedoras para enfrentar desafios em ambientes em constante mudanças, no exercício pleno de suas ações profissionais, atuando em equipes multidisciplinares de forma inovadora voltada para a sustentabilidade empresarial.

Sendo assim, busca-se integrar as dimensões técnicas, científicas, econômicas, sociais, ambientais e éticas ao bacharelado em Administração como objetivos de formação ao longo do curso e da vida profissional.



Faculdade de Educação Social da Bahia

O curso pretende formar um profissional competente e socialmente responsável, inserido em seu tempo e meio social, capaz de compreendê-lo e nele atuar, pois somente desta forma a educação assume um caráter insubstituível na formação da capacidade de analisar, julgar, sintetizar e comunicar.

Objetiva, assim, formar um profissional com conhecimentos diversos, capaz de aplicar e gerenciar os sistemas de informações gerenciais, que auxiliarão às tomadas de decisões administrativas nas empresas privadas e entidades públicas, bem como permitir a compreensão dos acontecimentos, ultrapassando a visão fragmentada e simplificadora, colaborando para que o profissional possa se tornar um cidadão deste mundo em constantes e aceleradas transformações.

No cotidiano das atividades teórico e práticas do curso, buscar-se-á incessantemente a compreensão da ciência administrativa enquanto uma ciência social, que nasce com o homem e avança com ele. A ciência administrativa pode, portanto, possibilitar ao homem o alcance de suas metas prioritárias como cidadão e profissional que se identifica através do sistema de valores, crenças e instrumentos de trabalho que o capacitam para a percepção dos fenômenos sociais, diagnosticando e buscando soluções para os mesmos.

Para atender a estes anseios a matriz curricular do curso contempla componentes curriculares que visam a formação humanística do profissional, capacitando-o para uma percepção holística dos diversos fatores que provocam mudanças no ambiente empresarial, bem como enfatiza a aplicação de tecnologias empresariais nas questões pertinentes ao desenvolvimento de melhores procedimentos gerenciais.

Buscando associação do conhecimento teórico e prático, a matriz curricular contempla, também, o estágio supervisionado obrigatório e as atividades complementares. O estágio supervisionado obrigatório visa o desenvolvimento de competências dos alunos em aplicar um instrumento de diagnóstico empresarial para analisar e propor projeto de intervenção. As atividades complementares, por sua vez, apresentam como objetivo permitir que o discente interaja com o meio externo, absorvendo conhecimentos transmitidos extraclasse.

O curso de Administração da FAESB propõe a construção de sua trajetória acadêmica com base na filosofia de ser uma Instituição de excelência em ensino superior, oferecendo qualidade em seus serviços e buscando encontrar soluções para um mundo em transformação.

Desse modo, considera-se como **objetivos específicos** do curso:

- 1) Desenvolver o aluno com visão ampliada do ser humano e compreensão do seu meio sociopolítico, econômico e cultural, de modo que, assim instrumentalizado, possa operar as mudanças que se fazem necessárias no cenário local e global;
- 2) Capacitar visão sistêmica, integral, de contexto da realidade, e, simultaneamente, cultivar visão especializada, uma área específica do conhecimento da Administração, desenvolvendo uma capacidade analítica;
- 3) Formar um indivíduo com espírito empreendedor, capaz não apenas de se pautar por regras burocráticas preestabelecidas, mas capaz de empreender visão estratégica do negócio, e projetar novos negócios, novas estruturas;
- 4) Ampliar e aperfeiçoar o conhecimento da Língua Portuguesa, da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- 5) Tratar as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade que devem estar presentes na formação;
- 6) Incentivar a capacidade de mobilizar os conhecimentos de forma interdisciplinar, permitindo uma formação voltada à prática da profissão;
- 7) Despertar o espírito empreendedor, capaz de promover análises das organizações, antecipando e promovendo suas mudanças necessárias;
- 8) Desenvolver competências técnicas e conhecimentos científicos necessários à gestão nas organizações contemporâneas e das demais atividades atinentes à administração geral de empresas;

- 9) Trabalhar valores, hábitos e atitudes de responsabilidade social e ética profissional, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade da vida e de desenvolvimento sustentável que deverá levar a uma sociedade mais justa;
- 10) Incentivar a formação continuada e aperfeiçoamento profissional, integrando saberes para uma prática profissional atualizada e assertiva;
- 11) Propiciar o desenvolvimento crítico do educando, habilitando-o a estabelecer conexões entre a prática de administração de recursos humanos e a sua realidade no contexto atual da sociedade brasileira, assim como com o desenvolvimento da ciência.
- 12) Desenvolver a reflexão sobre a ética no tratamento das questões relativas a administração de seres humanos;
- 13) Instrumentalizar o futuro gestor ou empresário, com tecnologias e conhecimentos inovadores sobre a gestão de seres humanos, que otimizem e tornem mais eficaz o seu desempenho profissional e suas capacidades de adaptação a um mundo em constante transformação.
- 14) Adquirir conhecimentos sobre conceitos e teorias que guia a prática de gestão dos recursos humanos nas suas diversas modalidades.
- 15) Desenvolver no educando capacidade a se autogerir, liderar, trabalhar em equipe, identificar aptidões e coordenar.
- 16) Ressignificar a natureza da organização e do conhecimento dentro dos novos paradigmas da sociedade do conhecimento.
- 17) Identificar e modelizar processos de negócios;
- 18) Desenvolver habilidades na utilização de diferentes ferramentas tecnológicas usadas na empresa;
- 19) Estimular a formação de uma comunidade científica capaz de promover a pesquisa no campo da Ciência da administração, tomando conta das necessidades sociais, regionais e de maneira integrada com atividades de ensino e extensão.

VIDE ANEXO VII - QUESTIONÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

1.4. Perfil profissional do egresso e competências

O principal objetivo do curso de Administração da FAESB será o de atender às demandas educacionais da sociedade, retratando o modelo do ensino, nos padrões de excelência, a ser oferecido.

O profissional que o curso de Administração da FAESB pretende formar deve desenvolver e manter a atitude de aprender a aprender, adquirindo e reelaborando conhecimentos, habilidades e atitudes profissionais. Deve ser capaz de empreender ações, tomar decisões e resolver problemas relacionados às atividades econômicas em uns mercados globalizados, competitivos e em constantes transformações.

O profissional deve compreender, por sua visão sistêmica, a profunda vinculação dos problemas econômicos com o todo social. Deverá ser possuidor de capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir os conhecimentos e empenhar-se num contínuo aperfeiçoamento profissional. Também, deverá desenvolver a autoconfiança, sendo um eterno estudante com domínio e capacidade de comunicação oral e escrita.

Dotado de sólido conhecimento técnico e científico das diversas áreas da Administração e com uma ampla formação histórica, humanística, teórica e prática, deve compreender a dimensão ambiental e quantitativa para atuar com competência e desenvolver de maneira eficiente às atividades inerentes ao seu exercício profissional, seja nas Empresas Privadas, nas Entidades Públicas, no Mercado Financeiro e de Capitais ou no Magistério.

O egresso do curso de Administração formado pela FAESB deve ter aptidões de natureza intelectual, como habilidades para lidar com números, raciocínio lógico e concentração, bem como espírito de iniciativa, liderança e sociabilidade.

Com o objetivo de atingir este perfil desejado, a FAESB procura dotar seus discentes com conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de

formação: conteúdos de formação básica, conteúdos de formação profissional, conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias e conteúdos de formação complementar.

Sendo assim, de acordo com a Resolução Nº 5, de 14 de outubro de 2021 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, estabelece em seu Art. 3 que o Curso de Graduação em Administração deve proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, além dos conhecimentos, ao menos as seguintes competências gerais:

- ✓ Integrar conhecimentos fundamentais à ciência da Administração para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais;
- ✓ Abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica para compreender o ambiente, modelar os processos com base em cenários, analisando a interrelação entre as partes e os impactos ao longo do tempo;
- ✓ Analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões: humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeira;
- ✓ Analisar e resolver problemas utilizando empatia com os usuários das soluções, elaborar hipóteses, analisar evidências disponíveis, diagnosticar causas prováveis e elaborar recomendações de soluções e suas métricas de sucesso passíveis de testes;
- ✓ Aplicar técnicas analíticas e quantitativas na análise de problemas e oportunidades, julgando a qualidade da informação, interpretando informações qualitativas e/ou quantitativas necessárias para o atingimento de um objetivo inicial, verificando a relevância de cada informação disponível associada aos contextos em que técnicas de inferência estatística possam ser utilizadas e, por meio delas, julgar até que ponto os resultados obtidos em uma amostra podem ser extrapolados para uma população;
- ✓ Compreender o potencial das tecnologias e aplicá-las na resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades;



Faculdade de Educação Social da Bahia

- ✓ Gerenciar recursos potenciais e disponíveis, estabelecendo objetivos e metas, planejando e priorizando ações, controlando o desempenho, alocando responsabilidades, mobilizando as pessoas para o resultado;
- ✓ Desenvolver relacionamento interpessoal utilizando o comportamento para favorecer a construção de relacionamentos colaborativos, que facilitem o trabalho em time e a efetiva gestão de conflitos;
- ✓ Comunicar-se de forma eficaz com compartilhamento de ideias e conceitos de forma efetiva e apropriada à audiência e à situação, usando a ética para evitar a pessoalidade e reduzir ruídos que interfiram nas relações interpessoais;
- ✓ Aprender de forma autônoma para adquirir novos conhecimentos, habilidade e atitudes para aplicá-las em contextos novos, sem a mediação de professores, tornando-se autônomo no desenvolvimento de novas competências ao longo de sua vida profissional.

Partindo deste pressuposto legal e sistematizando as competências chave que integralizam os conhecimentos, habilidades e atitudes descritos pelas DCN'S, da projeção do mosaico a seguir, se extrai a orientação geral para todos os atores envolvidos no processo educativo. O modelo conceitual abaixo está baseado na relação entre os objetivos propostos para o curso, o perfil profissiográfico do egresso, a competência global e as competências específicas demandadas pelo ambiente empresarial mutante, volátil e competitivo.

Faculdade de Educação Social da Bahia

CURSO de ADMINISTRAÇÃO por COMPETÊNCIAS



A partir da missão, visão e valores institucionais, busca-se a formação da competencial global “Empreender” apoiada pelas competências específicas. Este conjunto está fundamentado nos quatro pilares da Educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser) para que o processo de ensino e aprendizagem seja norteado por esses princípios fundamentais.

A lógica educacional que surge visa integralizar as competências no perfil profissiográfico do egresso nas dimensões conhecimentos, habilidades e atitudes. Para este feito, todos os componentes curriculares convergem no esforço de submeter o estudante a assimilação das competências de tal forma que o mesmo mobilize os saberes nos diversos contextos que a profissão demandará.

A figura a seguir projeta a lógica educacional centrada na premissa que considera o estudante protagonista no processo de formação profissional, cuja sistemática de avaliação prevê um modelo tríplice que culmina com a avaliação integrada das competências do curso.

O processo inicia a partir dos campos interligados de formação (conteúdos de formação básica, formação profissional, estudos quantitativos e suas tecnologias e formação complementar) e continua com a aferição das habilidades e atitudes. Sendo assim, as competências são contempladas por completo em seu desdobramento: saber, saber fazer e querer fazer.

CURSO de ADMINISTRAÇÃO por COMPETÊNCIAS

LÓGICA EDUCACIONAL



O **Núcleo de Práticas Empreendedoras (NPE)** surge para movimentar estratégias de operacionalização das competências por meio de atividades práticas. Seja por meio de parcerias com empresas para estudos de caso, ou conduzindo atividades de análise, diagnóstico e intervenção nas organizações das comunidades do entorno acadêmico.

O NPE será o meio para mobilizar ações práticas de integralização das competências na formação do estudante. A aprendizagem deve ser experiencial, ou seja, o conhecimento será criado por meio da transformação da experiência nos

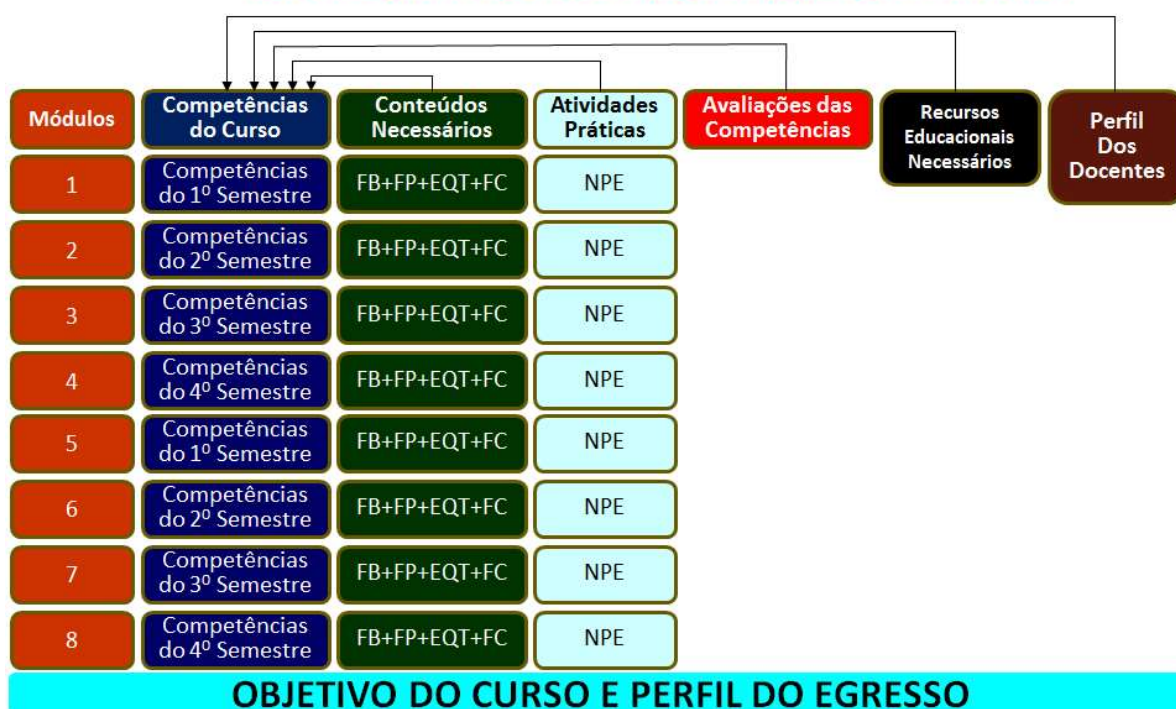
ciclos: experiência concreta, observação e experimentação, formação de conceitos e testes em novas situações.

Diante do exposto, toda estrutura do curso volta-se para possibilitar a formação profissional que revele as competências como percebe-se na figura a seguir. A sistemática inter-relaciona recursos humanos, tecnológicos, materiais e filosóficos para ensejar capacitações e aptidões no trato de situações diversas, presentes ou emergentes nos vários segmentos no campo de atuação da Administração.

VIDE ANEXO IX - REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS EMPREENDEDORAS (NPE)

CURSO de ADMINISTRAÇÃO por COMPETÊNCIAS

SISTEMÁTICA ESTRUTURAL DO CURSO



Inserem-se nos planos de aprendizagem a competência global e as competências específicas por semestre para reforçar a contribuição de cada conjunto de componentes curriculares na formação dos conhecimentos, habilidades e atitudes previstos no currículo, nortear as práticas pedagógicas e gerar sinergia dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

1.4.1 Competências Específicas

O curso está projetado na filosofia de formação “**Por Competências**”, cuja competência global é **EMPREENDER**. Diante disto, o foco do curso é formar **Administradores Empreendedores**, não somente no sentido clássico do termo, de quem possui um sonho e transforma-o em um negócio, como também, abrange o conceito de **Administrador (Intra)Empreendedor**, profissional que prospecta novos mercados, produtos e serviços para a organização que está inserido e que desenvolve as seguintes características do comportamento empreendedor: Busca de Informação, Busca de oportunidades e iniciativa, Estabelecimento de metas, Persistência, Comprometimento, Planejamento e monitoramento sistemático, Exigência de qualidade e eficiência, Correr riscos calculados, Persuasão e rede de contatos e Independência e autoconfiança.

1.4.2 Campos de atuação profissional

O campo de atuação do profissional da Administração está delimitado legalmente pelo Decreto-Lei nº 4.769/65 que, em seu Artigo 2º, estabeleceu as da atividade profissional, a saber:

- ✓ Administração Financeira;
- ✓ Administração de Materiais;
- ✓ Administração Mercadológica/Marketing;
- ✓ Administração da Produção;
- ✓ Administração e Seleção de Pessoal/Relações industriais;
- ✓ Orçamento;
- ✓ Organização Sistemas e Métodos;
- ✓ Campos conexos.

O exercício técnico da profissão Administração é privativo e cada um desses campos de atuação se desdobra em possibilidades de carreira conforme detalhadas a seguir:

I) Administração Financeira:

- Análise Financeira;
- Assessoria Financeira;
- Assistência Técnica Financeira;
- Consultoria Técnica Financeira;
- Diagnóstico Financeiro;
- Orientação Financeira;
- Pareceres de Viabilidade Financeira;
- Projeções Financeiras;
- Projetos Financeiros;
- Sistemas Financeiros;
- Administração de Bens e Valores;
- Administração de Capitais;
- Controladoria;
- Controle de Custos;
- Levantamento de Aplicação de Recursos;
- Arbitragens;
- Controle de Bens Patrimoniais;
- Participação em outras Sociedades (Holding);
- Planejamento de Recursos;
- Plano de Cobrança;
- Projetos de Estudo e Preparo para Financiamento.

II) Administração de Materiais:

- Administração de Estoque;
- Assessoria de Compras;

- Assessoria de Estoques;
- Assessoria de Materiais;
- Catalogação de Materiais;
- Codificação de Materiais;
- Controle de Materiais;
- Estudo de Materiais;
- Logística;
- Orçamento e Procura de Materiais;
- Planejamento de Compras;
- Sistemas de Suprimento.

III) Administração Mercadológica/Marketing:

- Administração de Vendas;
- Canais de Distribuição;
- Consultoria Promocional;
- Coordenação de Promoções;
- Estudos de Mercado;
- Informações Comerciais, Extracontábeis;
- Marketing;
- Pesquisa de Mercado;
- Pesquisa de Desenvolvimento de Produto;
- Planejamento de Vendas;
- Promoções;
- Técnica Comercial;
- Técnica de Varejo (grandes magazines).

IV) Administração da Produção:

- Controle de Produção;
- Pesquisa de Produção;

- Planejamento de Produção;
- Planejamento e Análise de Custo.

V) Administração e Seleção de Pessoal/Relações industriais:

- Cargos e Salários;
- Controle de Pessoal;
- Coordenação de Pessoal;
- Desenvolvimento de Pessoal;
- Interpretação de Performances
- Locação de Mão-de-obra;
- Pessoal Administrativo;
- Pessoal de Operações;
- Recrutamento;
- Recursos Humanos;
- Seleção;
- Treinamento.

VI) Orçamento:

- Controle de Custos;
- Controle e Custo Orçamentário;
- Elaboração de Orçamento Empresarial e Público;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Implantação de Sistemas;
- Projeções;
- Provisões e Previsões.

VII) Organização Sistemas e Métodos:

- Administração de Empresas;

- Análise de Formulários;
- Análise de Métodos;
- Análise de Processos;
- Análise de Sistemas;
- Assessoria Administrativa;
- Assessoria Empresarial;
- Assistência Administrativa;
- Auditoria Administrativa;
- Consultoria Administrativa;
- Controle Administrativo;
- Gerência Administrativa e de Projetos;
- Implantação de Controle e de Projetos;
- Implantação de Estruturas Empresariais;
- Implantação de Métodos e Processos;
- Implantação de Planos;
- Implantação de Serviços;
- Implantação de Sistemas;
- Organização Administrativa;
- Organização de Empresa;
- Organização e Implantação de Custos;
- Pareceres Administrativos;
- Perícias Administrativas;
- Planejamento Empresarial;
- Planos de Racionalização;
- Reorganização Administrativa;
- Processamento de Dados/Informática;
- Projetos Administrativos.

VIII) Campos conexos:

- Administração de Consórcios;

- Administração de Comércio Exterior;
- Administração de Cooperativas;
- Administração Hospitalar;
- Administração de Condomínios;
- Administração de Imóveis;
- Administração de Processamento de Dados;
- Administração Rural;
- Administração Hoteleira;
- Empresas de “*Factoring*”;
- Serviços de Fornecimento e Locação de Mão-de-obra;
- Organização de Eventos;
- Planejamento e Organização de Concurso Público.

1.5. Estrutura Curricular

O curso será ofertado em 4 anos, 8 semestres, com 3.000 horas, nos turnos diurno e noturno, com 200 vagas anuais em duas entradas semestrais de 100 vagas, 50 no turno diurno e 50 no turno noturno.

A estrutura curricular do curso dispõe de um repertório de informações composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

A estrutura do curso contempla em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

EIXOS ESTRATÉGICOS DO CURSO

I – Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II – Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III – Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV – Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Durante o curso de Administração são desenvolvidas **atividades teórico-práticas de aprofundamento** em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria e outras atividades com a carga horária de 200 horas.

Ao longo de todo o curso, a prática está presente e dela parte os questionamentos, a resolução de problemas e a reflexão que leva ao aperfeiçoamento da atuação do profissional. Nesse contexto de vivência da realidade, os alunos desenvolvem as habilidades e as competências próprias do perfil do profissional, responsável pelo gerenciamento da organização profissional no contexto sociocultural e na promoção do seu desenvolvimento psicológico, afetivo e cognitivo.

O Estágio Supervisionado constitui o eixo teoricamente fundamentado para a formação do profissional e supera a ideia de simples aplicação dos conhecimentos, para ser um instrumento de inserção do aluno na realidade, em condições de compreender e alterar as relações sociais na organização e fora dela.

O Estágio Supervisionado é um momento de formação profissional do aluno, seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa em ambientes próprios das atividades profissionais, sob a responsabilidade de um profissional habilitado.

O Estágio Supervisionado não é uma atividade facultativa, sendo uma das condições para a obtenção da respectiva formação profissional. Não se trata de uma atividade avulsa, que angaria recursos para a sobrevivência do aluno, ou que se aproveite dele como mão de obra barata e disfarçada. Ele é necessário como momento de preparação próxima em uma organização profissional.

O Estágio Supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de profissional experiente, o processo de ensino e de aprendizagem, que se tornará concreto e autônomo quando da profissionalização do estagiário. Em outras palavras, pode-se dizer que o Estágio Supervisionado pretende oferecer ao futuro profissional conhecimento da realidade profissional em situação de trabalho, isto é, diretamente em organizações profissionais. Constitui, também, o momento para se acompanhar alguns aspectos da vida escolar que não acontecem de forma igualmente distribuída pelos semestres, concentrando-se mais em alguns aspectos que importa vivenciar.

Por outro lado, o Trabalho de Conclusão de Curso está previsto no 8º semestre do Curso, enfocando uma das áreas de atuação do profissional. É realizado sob orientação docente. A partir do contato com os componentes curriculares do curso, o aluno deverá procurar o tema a ser desenvolvido em seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Logo, o Trabalho de Conclusão de Curso não deve ser encarado como um componente curricular a ser desenvolvido apenas no último ano do curso, deve-se começa-lo desde a disciplina Introdução aos Estudos Universitários, pois será o resultado de um processo de formação e investigação, que terá início no contato com os temas acadêmicos.

No último ano o aluno disporá de tempo específico para dedicar-se à conclusão do trabalho de investigação do tema escolhido e disporá, para tanto, de professor experiente em orientação de trabalho de pesquisa para acompanhá-lo nessa tarefa de sistematização.

1.5.1. Perfil do curso

A proposta de implantação do curso de Administração está alinhada com os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014) que aumenta a oferta de vagas no ensino superior para estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos, residentes no Município, contribuindo para elevação da taxa líquida de matrículas nesse nível de ensino; contribui para a redução das desigualdades regionais na oferta de educação superior e diversifica regionalmente o sistema superior de ensino, introduzindo um curso de grande importância socioeconômica.

Segundo o Ministério da Educação, não há oferta de cursos superiores presenciais no Município. Com a criação do Curso de Administração presencial, a FAESB estará contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em área cuja atual oferta, a distância, não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Diante disto, serão contemplados como pressupostos da organização curricular, conforme ressalta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade local, nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, pela utilização de tecnologias inovadoras.

Acrescenta-se a isso, os seguintes princípios específicos: desenvolvimento de competências na busca da laboralidade, flexibilidade na construção dos currículos, interdisciplinaridade, educação permanente, consistência na proposição de habilitações profissionais e efetivo preparo para o enfrentamento de desafios.

Para tanto, a proposta curricular é pautada no pressuposto de que a aprendizagem pode estimular a descoberta de novos conhecimentos, habilidades e atitudes.

Entendido como um sistema multireferencial, a estrutura do currículo constitui-se como documento de identidade do curso, articulando e viabilizando a concretização de princípios e ideais expostos no Projeto Pedagógico, como um conjunto de atividades



Faculdade de Educação Social da Bahia

acadêmico, científico, cultural e/ou extracurricular, ao longo de todo o processo de formação que se configuram comuns ao corpo discente e docente.

Sendo assim, a organização curricular do curso de graduação em Administração da FAESB estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com a relação entre os núcleos de formação previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração e os componentes curriculares distribuídos conforme tabela a seguir.



NÚCLEOS DE FORMAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO <i>VERSUS</i> COMPONENTES CURRICULARES												
100%	FORMAÇÃO BÁSICA			FORMAÇÃO PROFISSIONAL			ESTUDOS QUANTITATIVOS E SUAS TECNOLOGIAS			FORMAÇÃO COMPLEMENTAR		
CH TOTAL												
3000	CH Subtotal	820	27%	CH Subtotal	1500	50%	CH Subtotal	180	6%	CH Subtotal	500	17%
PERÍODOS												
1º	Língua Portuguesa e Comunicação Empresarial	60		Teoria Geral da Administração	60					Atividades Complementares	200	
	Ética e Responsabilidade Social	60										
	Introdução aos Estudos Universitários	60								Projeto de Extensão Universitária I	80	
	Introdução à Economia	60										
	Sociologia Geral	60										
2º	Ciências da Humanidade	40					Matemática Aplicada à Administração	60		Projeto de Extensão Universitária II	80	
	Instituições de Direito Público e Privado	60										
	Contabilidade Geral	60										
	Psicologia Organizacional	60										
3º	Contabilidade e Gestão de Custos	60		Organização, Sistemas e Métodos	60		Estatística e Probabilidade	60		Projeto de Extensão Universitária III	80	
	Direito Empresarial	60		Gestão de Pessoas	60							
4º	Legislação Tributária e Fiscal	60		Sistema de informações	60		Matemática Financeira	60		Projeto de Extensão Universitária IV	60	
				Administração Financeira e Orçamentária	60							
				Gestão Estratégica de Marketing	60							
5º	Direito do Consumidor	60		Empreendedorismo, Criatividade e Inovação	60							
				Administração de Recursos Humanos	60							
				Administração e Planejamento Estratégico	60							
				Administração de Materiais	60							
6º	Legislação Trabalhista e Previdenciária	60		Administração da Produção	60							
				Gestão Pública	60							
				Captação de Recursos e Licitações	60							
				Administração de Serviços	60							
7º	Mercado de Capitais e Economia Internacional	60		Gestão de Qualidade	60							
				Administração do Terceiro Setor e de Projetos	60							

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte

Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826

faculdefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

			Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	60			
			Estágio Supervisionado I	150			
8º			Jogos de Empresa	60			
			Estágio Supervisionado II	150			
			Trabalho de Conclusão de Curso	120			



Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdedefaesb@gmail.com

Para além dos núcleos de formação e componentes curriculares regulares o estudante poderá optar por componentes não obrigatórios para ampliar seu aprendizado.

Portanto, para personalizar seu currículo o estudante poderá escolher dentre as seguintes **disciplinas optativas**: Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), Educação e Multimeios, Cultura Organizacional nas Escolas e Organização do Tempo e do Espaço.

O(a) futuro(a) Administrador(a) trabalhará com um conjunto conhecimentos, habilidades e atitudes por meio dos componentes curriculares que apontam conteúdos para a mobilização de saberes que capacitarão os estudantes na formação das competências previstas durante os períodos letivos e no sistema da estrutura curricular.

A estruturação dos componentes curriculares do curso busca dar ao aluno plena condição de atingir os objetivos propostos, por meio de uma conexão dos componentes curriculares. Sendo assim, há um esforço contínuo para garantir um trabalho integrador com foco na competência global e nas competências específicas, promovendo a comunicação entre cada área do conhecimento, de forma horizontal, dentro do próprio semestre e vertical, entre os semestres, sem perder a característica intercambiável dos componentes.

Dessa maneira, as ações educativas interagem de forma a proporcionar aos estudantes, condições de compreender todas as competências que compõem o projeto pedagógico de acordo com a necessidade adquirida para a formação do perfil profissiográfico.

1.5.2. Representação gráfica de um perfil de formação

O aluno tem precisa percorrer todos os componentes curriculares e cumprir a carga horária escolhendo livremente as disciplinas dentre as ofertadas em qualquer curso da Instituição.

DENOMINAÇÃO:	ADMINISTRAÇÃO
--------------	---------------



Faculdade de Educação Social da Bahia

Titulação conferida	ADMINISTRADOR
Habilitação	BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
Nível	GRADUAÇÃO
Modalidade	BACHARELADO
Duração	08 SEMESTRES
Área de conhecimento	CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
Regime escolar	REGIME DE CRÉDITOS

Formas de ingresso	PROCESSO SELETIVO, TRANSFER. INTERNA E EXTERNA		
Número de vagas anuais	200	TURNOS	Diurno e Noturno
Período mínimo de integralização	08 PERÍODOS		
Período máximo de integralização	14 PERÍODOS		

EIXOS ESTRATÉGICOS DO CURSO

Disciplinas	CR	CH	Pré-req.	CH Área	Perc. %	CH total
I – CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA (CoFB)						
Ciências da Humanidade	02	40	---	820	27	3000
Contabilidade e Gestão de Custos	03	60	---			
Contabilidade Geral	03	60	---			
Direito do Consumidor	03	60	---			
Direito Empresarial	03	60	---			
Ética e Responsabilidade Social	03	60	---			
Instituições de Direito Público e Privado	03	60	---			
Introdução à Economia	03	60	---			
Introdução aos Estudos Universitários	03	60	---			
Legislação Trabalhista e Previdenciária	03	60	---			
Legislação Tributária e Fiscal	03	60	---			
Língua Portuguesa e Comunicação Empresarial	03	60	---			
Mercado de Capitais e Economia Internacional	03	60	---			
Psicologia Organizacional	03	60	---			
Disciplinas	CR	CH	Pré-req.	CH Área	Perc. %	CH total
II – CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (CoFP)						
Administração da Produção	03	60	---	1500	50	3000
Administração de Materiais	03	60	---			
Administração de Recursos Humanos	03	60	---			
Administração de Serviços	03	60	---			
Administração do Terceiro Setor e de Projetos	03	60	---			
Administração e Planejamento Estratégico	03	60	---			
Administração Financeira e Orçamentária	03	60	---			
Captação de Recursos e Licitações	03	60	---			
Empreendedorismo, Criatividade e Inovação	03	60	---			
Estágio Supervisionado I	03	60	---			
Estágio Supervisionado II	08	150	---			
Gestão de Pessoas	08	150	---			
Gestão de Qualidade	03	60	---			
Gestão Estratégica de Marketing	03	60	---			
Gestão Pública	03	60	---			
Jogos de Empresa	03	60	---			
Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	03	60	---			
Organização, Sistemas e Métodos	03	60	---			
Sistema de informações	03	60	---			
Teoria Geral da Administração	03	60	---			
Trabalho de Conclusão de Curso	06	120	---			

Disciplinas	CR	CH	Pré-req.	CH Área	Perc. %	CH total
III – CONTEÚDOS DE ESTUDOS QUANTITATIVOS E SUAS TECNOLOGIAS (CEQT)				180	6	3000
Estatística e Probabilidade	03	60	---			
Matemática Aplicada à Administração	03	60	---			
Matemática Financeira	03	60	---			
Disciplinas	CR	CH	Pré-req.	CH Área	Perc. %	CH total
IV – CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (CoFC)				500	17	3000
Atividades Complementares	10	200	---			
Projeto de Extensão Universitária I	04	80				
Projeto de Extensão Universitária I	04	80				
Projeto de Extensão Universitária I	04	80				
Projeto de Extensão Universitária I	03	60				
Total da Carga Horária: 151 créditos				3000	100	3000

1.6. Conteúdos Curriculares

Esta matriz é uma sugestão de fluxo. O aluno cumprirá a carga horária total do curso, escolhendo as disciplinas dentre as ofertadas pela IES, podendo, quando for o caso, enfatizar seu perfil pessoal de formação.

1º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
	ERS	Ética e Responsabilidade Social	03	60
	IEUN	Introdução aos Estudos Universitários	03	60
	LPCE	Língua Portuguesa e Comunicação Empresarial	03	60
	INTE	Introdução à Economia	03	60
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	TGA	Teoria Geral da Administração	03	60
Conteúdos de Formação Complementar (CoFC)	PEUI	Projeto de Extensão Universitária I	04	80
Total			19	380

2º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Básica (CoFB)	CIHU	Ciências da Humanidade	02	40
	IDPP	Instituições de Direito Público e Privado	03	60
	COGE	Contabilidade Geral	03	60
	PSOR	Psicologia Organizacional	03	60
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (CEQT)	MAAD	Matemática Aplicada à Administração	03	60

Conteúdos de Formação Complementar (CoFC)	PEUII	Projeto de Extensão Universitária II	04	80
Total			20	400

3º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Básica (CoFB)	COGC	Contabilidade e Gestão de Custos	03	60
	DIEM	Direito Empresarial	03	60
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	OSME	Organizações, Sistemas e Métodos	03	60
	GEPE	Gestão de Pessoas	03	60
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (CEQT)	ESTA	Estatística e Probabilidade	03	60
Conteúdos de Formação Complementar (CoFC)	PEUIII	Projeto de Extensão Universitária III	04	80
Total			19	380

4º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Básica (CoFB)	LTRF	Legislação Tributária e Fiscal	03	60
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	GEMK	Gestão Estratégica de Marketing	03	60
	SINF	Sistema de informações	03	60
	ADFO	Administração Financeira e Orçamentária	03	60
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (CEQT)	MFIN	Matemática Financeira	03	60
Conteúdos de Formação Complementar (CoFC)	PEUIV	Projeto de Extensão Universitária IV	03	60
Total			18	360

5º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Básica (CoFB)	DCO	Direito do Consumidor	03	60
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	EMPR	Empreendedorismo, Criatividade e Inovação	03	60
	ARH	Administração de Recursos Humanos	03	60
	ADPE	Administração e Planejamento Estratégico	03	60
	ADPE	Administração de Materiais	03	60
Total			15	300

6º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Básica (CoFB)	LETP	Legislação Trabalhista e Previdenciária	03	60
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	ASER	Administração de Serviços	03	60
	CARL	Captação de Recursos e Licitações	03	60
	APRO	Administração da Produção	03	60
	GESP	Gestão Pública	03	60
Total			15	360

7º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	MCEI	Mercado de Capitais e Economia Internacional	03	60
	ATSP	Administração do Terceiro Setor e de Projetos	03	60
	GEQU	Gestão de Qualidade	03	60
	GLCS	Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	03	60
	ESUP	Estágio Supervisionado I	08	150
Total			20	390

8º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Complementar (CoFC)	ATCO	Atividades Complementares	10	200
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	ESUP	Estágio Supervisionado II	08	150
	TCOC	Trabalho de Conclusão de Curso	06	120
	JEMP	Jogos de Empresa	03	60
Total			27	530

INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO			
NÚCLEOS	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
		CR	H
Conteúdos de Formação Geral (CoFG)	Disciplinas	41	820
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	Disciplinas	76	1500
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (CEQT)	Disciplinas	09	180
Conteúdos de Formação Complementar (CoFC)	Atividades Complementares	10	200

	TOTAL	136	3000
Curricularização da extensão		300	10%

1.6.1 Componentes Curriculares – Primeiro semestre

1º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
	ERS	Ética e Responsabilidade Social	03	60
	IEUN	Introdução aos Estudos Universitários	03	60
	LPCE	Língua Portuguesa e Comunicação Empresarial	03	60
	INTE	Introdução à Economia	03	60
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	TGA	Teoria Geral da Administração	03	60
Conteúdos de Formação Complementar (CoFC)	PEUI	Projeto de Extensão Universitária I	04	80
		Total	19	380

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60
Educação e Multimeios, Cultura Organizacional nas Escolas e Organização do Tempo e do Espaço.	60

BIBLIOGRAFIAS

1.6.1.01 Componente Curricular: TGA – Teoria Geral da Administração (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Abordagem Clássica da Administração. Abordagem Humanística da Administração. Abordagem Neoclássica da Administração. Abordagem Estruturalista da Administração. Novos Paradigmas em Administração.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BARRETO, João Marcelo. **Introdução à Administração**. Salvador: UFBA, 2017.
 RICHTER, Rosana;...[et al.]. **Fundamentos e teoria organizacional**. Indaial: Uniasselvi, 2016.
 XIMENES, Ana Carênina de Albuquerque. **Fundamentos da Administração**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2013.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BARRETO, João Marcelo. **Introdução à Administração**. Salvador: UFBA, 2017.
 GITMAN, Lawrence J. ... [et al.]. **Introdução aos negócios**. Texas: OpenStax, 2018.
 JACOBSEN, Alessandra de Linhares; MORETTO NETO, Luís. **Teorias da administração II**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.
 SCHULTZ, Glauco. **Introdução à gestão de organizações**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.



Faculdade de Educação Social da Bahia

TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves; MARQUES, Neiva de Araújo. **Teorias da administração I**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

1.6.1.02 Componente Curricular: ERS – Ética e Responsabilidade Social (CoFB) – 03 – 60

EMENTA

Ética e responsabilidade social. Sociedade e das organizações. Ética nas organizações. Responsabilidade social e ambiental das empresas. Marketing e responsabilidade social. Balanço social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza;... [et al.]. Filosofia, política, educação, direito e sociedade. V. 1. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.
MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza;... [et al.]. Filosofia, política, educação, direito e sociedade. V. 2. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.
MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza;... [et al.]. Filosofia, política, educação, direito e sociedade. V. 3. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDRADE, Inacilma Rita Silva. Ética geral e profissional. Salvador: UFBA, 2017.
ARANTES, Elaine. Ética e Cidadania. Curitiba: IFPR, 2013.
GUILHERME, Willian Douglas;... [et al.]. Filosofia: aprender e ensinar. V. 1. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.
GUIMARÃES, Bruno Almeida. A ética desde Lacan: implicações filosóficas da crítica ao sujeito autoconsciente. Ouro Preto: UFOP, 2015.
VIEWEGER, Pedro. Ética e economia: por uma reaproximação dos dois campos de estudos. Porto Alegre: Fi, 2018.

1.6.1.03 Componente Curricular: IEUN – Introdução aos Estudos Universitários (CoFB) – 03 – 60

EMENTA

O sistema educacional brasileiro da graduação até o pós-doutoramento. A transição do ensino médio para o Ensino Superior. Organização e Gestão do Tempo. Gerir o Tempo ou Gerir Tarefas? Definição de Objetivos. Definição de Prioridades. Uso de ferramentas de comunicação. Organização e Gestão do Estudo. Elaboração e Organização de Apontamentos. Propedêutica ao estudo. Técnicas de Anotações. Seleção das Ideias Principais. Ampliação do Vocabulário Pessoal. A arte da leitura, da análise e interpretação de textos. Realização e Apresentação de Trabalhos. Etapas para a Elaboração de um Trabalho. Redação do Trabalho. Preparação para Testes e Provas de Avaliação. Realização da Prova.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- LOSE, Alicia Duhá. **Metodologia do trabalho científico**. Salvador: UFBA, 2019.
SILVA, Douglas Fernandes da; ... [et al.]. **Manual prático para elaboração de trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo : Blucher Open Access, 2020.
SILVEIRA, Cláudia Regina. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: IFSC, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. **Metodologia de projetos em ciências II**. Florianópolis: IFSC, 2010.
ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.
FLEMMING, Diva Marília. **Metodologia de projetos em ciências I**. Florianópolis: IFSC, 2011.



Faculdade de Educação Social da Bahia

MENEZES, Jean Paulo Pereira de. **Introdução à pesquisa:** contribuições para o projeto de pesquisa e monografia de graduação e pós-graduação na sociedade de classes. Goiânia: Philllos, 2019.

TAVARES, Arice Cardoso; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira; SELL, Sérgio. **Metodologias para iniciação à prática da pesquisa e extensão I:** caderno pedagógico. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

1.6.1.04 Componente Curricular: LPCE – Língua Portuguesa e Comunicação Empresarial (CoFB) – 03 – 60

EMENTA

Comunicação e expressão. Gramática e redação empresarial. Vocabulário técnico e jargão empresarial. Comunicação eficaz em apresentações. Comunicação escrita e relações interpessoais. Comunicação digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Eric Duarte; CAMBRUSSI, Morgana Fabiola. **Redação oficial.** Florianópolis: UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

VALLE, Camila do; MARQUES, Christiano; MORI, Marcio. **Português instrumental.** V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

VOTRE, Sebastião Josué; PEREIRA, Vinícius Carvalho. **Redação de textos acadêmicos:** volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEDEIROS, Flavia; RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos; LOBÃO, Ronaldo. **Oficina de texto em segurança pública I:** volume único. Rio de Janeiro: Cecierj, 2014.

MONNERAT, Rosane. **Português I.** V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

ORRICO, Evelyn; MOUTINHO, Lucia; MORI, Marcio. **Português instrumental.** V. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

RABIN, Bruno; PINNA, Rafael; BIAR, Liana. **Redação.** V. 1. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2014.

RABIN, Bruno; PINNA, Rafael; BIAR, Liana. **Redação.** V. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

1.6.1.05 Componente Curricular: INTE – Introdução à Economia (CoFB) – 03 – 60

EMENTA

Introdução Geral às Ciências Econômicas. As teorias Econômicas e a Economia como Ciência. Organização da Atividade Econômica. Juros, câmbio, produtividade, inflação, políticas monetárias, endividamento público e políticas orçamentárias públicas. Globalização e Economia do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARCIA, Suellen. **Fundamentos de Economia.** Cuiabá: UFMT, 2015.

SEYFFERT, Tânia Amaro. **Fundamentos de Economia.** Cuiabá: UFMT, 2015.

STRELOW, Daniel Rodrigo;...[et al.]. **Economia.** Indaial: Uniasselvi, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Cleber Ferrer. **Análise macroeconômica:** volume 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015.

BARBOSA, Cleber Ferrer. **Análise macroeconômica:** volume 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015.

FONTES, Selma Velozo. **Sistemas financeiros.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. V. 1.

HEINECK, Luiz Fernando Máhlmann. **Macroeconomia.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

SOUSA, Antonio Carlos; SOUSA, Dayse; SALES, Nilson. **Comércio exterior:** volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

1.6.1.06 Componente Curricular: PEUI – Projeto de Extensão Universitária I (CoFC) – 04 – 80

EMENTA:

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não se confundir com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecem a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR: Regulamento das Atividades de Extensão da FAESB.

1.6.2. Componentes Curriculares – Segundo semestre

2º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Básica (CoFB)	CIHU	Ciências da Humanidade	02	40
	IDPP	Instituições de Direito Público e Privado	03	60
	COGE	Contabilidade Geral	03	60
	PSOR	Psicologia Organizacional	03	60
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (CEQT)	MAAD	Matemática Aplicada à Administração	03	60
Conteúdos de Formação Complementar (CoFC)	PEUII	Projeto de Extensão Universitária II	04	80
Total			20	400

1.6.2.01 Componente Curricular: CIHU – Ciências da Humanidade (CoFB) – 02 – 40

EMENTA:

Introdução à Filosofia. Ética nas Organizações. Sociologia das organizações. Sociologia das minorias e dos movimentos sociais. Sociologia do trabalho e da economia. Sociologia do meio ambiente.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
ESTIVAL, Katianny Gomes Santana. **Sociologia organizacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015.
QUEIROZ, Pedro Fernandes de; SOBREIRA, Antonio Gonçalves. **Antropologia Geral**. Sobral: Inta, 2016.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

ASSMANN, Selvino José. **Filosofia e Ética**. Florianópolis: UFSC, 2009.
BERGUE, Sandro Trescastro. **Cultura e mudança organizacional**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.
PINTO, Nalayne Mendonça... [et al]. **Conflitos e sociedade: volume único**. Rio de Janeiro: Cecierj, 2014.



Faculdade de Educação Social da Bahia

RODRIGUES, José Carlos. **Antropologia e comunicação**: princípios radicais. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2008.

SILVA, Golias. **Sociologia organizacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

1.6.2.02 Componente Curricular: MAAD – Matemática Aplicada à Administração (CEQT) – 03 – 60

EMENTA

Potências e Raízes. Equações e Inequações. Teoria dos conjuntos. Funções. Limites. Aplicações na Administração, na Economia, na Contabilidade e nas Ciências Atuariais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Kiara Lima. LIMA, Diego Ponciano de Oliveira; VERAS, Darlan Portela. **Matemática básica 1**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2017.

FERREIRA, Guttenberg Sergistótanis Santos. **Matemática básica II**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2018.

SOUSA, Fernando Luis Vieira de. **Matemática básica I**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEDOYA, Hernando; ... [et al.]. **Álgebra II**. v. único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

BEDOYA, Hernando; ... [et al.]. **Álgebra Linear 2**: volume 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2015.

BEDOYA, Hernando; ... [et al.]. **Álgebra Linear 2**: volume 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2015.

FIGUEIREDO, Luiz Manoel; ... [et al.]. **Álgebra Linear 1**: volume 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2015.

GONÇALVES, Adilson. **Álgebra I**. v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

RIOS, Isabel Lugão; ... [et al.]. **Álgebra Linear 1**: volume 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2015.

1.6.2.03 Componente Curricular: IDPP – Instituições de Direito Público e Privado (CoFB) – 03 – 60

EMENTA

O Direito: Origem e evolução. O Direito Objetivo e o Estado. Dos Fatos e Atos Jurídicos. Sujeito de Direito, pessoa física e pessoa jurídica. Os princípios gerais do Direito. Divisão do Direito. O Direito público e o privado. O Direito Interno e o internacional. O Direito Constitucional, administrativo, processual, penal, internacional público e privado. O Direito do trabalho, financeiro e tributário. O direito empresarial e ambiental. Outros ramos do Direito. Fundamentos do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAGALHÃES, Camila. **Instituições de direito público e privado**. Salvador: UFBA, 2017.

OLIVEIRA, João Rezende Almeida;...[et al.]. **Instituições de direito público e privado**. Florianópolis: UFSC, 2016.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Princípios do direito internacional contemporâneo**. Brasília : FUNAG, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. **Direito Global II**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. **Direito Global**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

MIGLIORA, Luiz Guilherme Moraes Rego [et al.] **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

ROCHA, Leonel Severo; ... [et al.] **Constitucionalismo pós-moderno & sociedade global e complexa:** (co)relação com o direito internacional dos direitos humanos. Joaçaba: Editora Unoesc, 2019.

SMOLAREK, Adriano Alberto. **O Direito Internacional e o processo legislativo brasileiro:** Dinâmicas de Influência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos na aprovação da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

1.6.2.04 Componente Curricular: COGE – Contabilidade Geral (CoFB) – 03 – 60

EMENTA

Conceitos contábeis Básicos. Registros e Sistemas Contábeis. Análise de Questões Contábeis. Relatórios Contábeis. Aplicação dos Conhecimentos da Ciência e da Técnica Contábil voltada à Estruturação de Balanços e do Conjunto dos Demonstrativos Contábeis. Uso da Informação Contábil pela Administração. Instrumental Básico de Análise.

REFERÊNCIA BÁSICA:

COSTA, Leonardo de Andrade Costa. **Introdução à contabilidade.** Rio de Janeiro: FGV DIREITO, 2018.

CRISTINA, Vania. **Contabilidade Básica.** Cuiabá: UFMT, 2015.

PINHO, Lorena de Andrade; ROCHA, Joséilton Silveira da. **Contabilidade introdutória I.** Salvador: UFBA, 2017.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Deivson Vinicius. **Teoria da contabilidade.** Salvador: UFBA, 2018.

CRUZ, Marcio Aleixo da; ... [et al.]. **Contabilidade geral I.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V. 1.

OLIVO, Ana Maria; BOSCHILIA, Luiz. **Contabilidade geral e gerencial:** conceitos introdutórios para os cursos superiores de tecnologia. Florianópolis: IFSC, 2012.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Contabilidade geral.** Florianópolis: UFSC, 2009.

SILVA, Marcelo Adriano. **Contabilidade empresarial.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2019.

1.6.2.05 Componente Curricular: PSOR – Psicologia Organizacional (CoFB) – 03 – 60

EMENTA

O indivíduo, o grupo e a sociedade. Relacionamento interpessoal: colaboração, competição e conflito. Trabalho em equipe. Liderança. Motivação. Identidade e fidelidade à organização. Autoestima. Personalidades. Teorias comportamentais aplicadas nas organizações.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BERTOLDI, Alexandra Danuza. **Psicologia organizacional e do trabalho.** Indaial: Uniassevi, 2019.

CARGNIN, Fabíola Radaê Gewehr. **Psicologia organizacional.** Indaial: Uniassevi, 2020.

SILVA, Narbal. **Psicologia organizacional.** Florianópolis: UFSC, 2014.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BERGUE, Sandro Trescastro. **Cultura e mudança organizacional.** Florianópolis: UFSC, 2014.

CAMARGO, Denise de. **Psicologia organizacional.** Florianópolis: UFSC, 2009.

ESTIVAL, Katianny Gomes Santana. **Sociologia organizacional.** Florianópolis: UFSC, 2015.

FRANCESCHI, Alessandro de; ... [et al.]. **Administração e organização do trabalho.** Santa Maria: UFSM, 2013.

PEZZI, Cíntia Regina. **Psicologia organizacional.** Curitiba: IFPR, 2012.

1.6.2.06 Componente Curricular: PEUII – Projeto de Extensão Universitária II (CoFC) – 04 – 80

EMENTA:

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não se confundir com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecem a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR: Regulamento das Atividades de Extensão da FAESB.

1.6.3. Componentes Curriculares – Terceiro semestre

3º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Básica (CoFB)	COGC	Contabilidade e Gestão de Custos	03	60
	DIEM	Direito Empresarial	03	60
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	OSME	Organizações, Sistemas e Métodos	03	60
	GEPE	Gestão de Pessoas	03	60
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (CEQT)	ESTA	Estatística e Probabilidade	03	60
Conteúdos de Formação Complementar (CoFC)	PEUIII	Projeto de Extensão Universitária III	04	80
Total			19	380

1.6.3.01 Componente Curricular: COGC – Contabilidade e Gestão de Custos (CoFB) – 03 – 60

EMENTA

Demonstrações contábeis informações para Decisões de Investimento e Financiamento. Técnica de Controlado Relatórios Gerenciais, A Contabilidade de Custos e sua contribuição para Administração. Determinação de Custos do Produto. Sistema de custeamento. Custo. Padrão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LINS, Luiz. **Contabilidade de custos**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2022.
SANTOS, Marinéia Almeida dos. **Contabilidade de custos**. Salvador: UFBA, 2018.
VIANNA, Cleverson Tabajara. **Finanças, custos e mark-up: conceito básicos**. Florianópolis: IFSC, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Deivson Vinicius. **Teoria da contabilidade**. Salvador: UFBA, 2018.



Faculdade de Educação Social da Bahia

CRUZ, Marcio Aleixo da... [et al.]. **Contabilidade geral I**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V. 1.
OLIVO, Ana Maria; BOSCHILIA, Luiz. **Contabilidade geral e gerencial: conceitos introdutórios para os cursos superiores de tecnologia**. Florianópolis: IFSC, 2012.
SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Contabilidade geral**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.
SILVA, Marcelo Adriano. **Contabilidade empresarial**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2019.

1.6.3.02 Componente Curricular: DIEM – Direito Empresarial (CoFB) – 03 – 60

EMENTA

Direito Empresarial. Sociedades Comerciais. A Empresa Digital. A Dissolução da Sociedade Empresarial. Tópicos Emergentes em Direito Empresarial.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ALBANO, Cícero José. **Direito Empresarial**. Curitiba: IFPR, 2012.
RODRIGUES, Luiz Antônio Barroso. **Direito empresarial**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.
SCALZILLI, João Pedro; ... [et al.]. **Introdução ao Direito Empresarial**. Porto Alegre, Buqui: 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BOECHAT, Stephan Righi. **Orçamento por resultados e direito financeiro**. São Paulo: Blucher Open Access, 2018.
CONTI, José Mauricio. **Levando o direito financeiro a sério**. São Paulo: Blucher Open Access, 2016.
CONTI, José Mauricio. **Levando o direito financeiro a sério: a luta continua**. São Paulo: Blucher Open Access, 2019.
PIMENTA, Eduardo Goulart. **Direito, Economia e Recuperação de empresas**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.
SICHEL, Debora Lacs. **Legislação Comercial**. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009.

1.6.3.03 Componente Curricular: OSME – Organizações, Sistemas e Métodos (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Organizações e suas redes de geração de valor. Análise qualitativa de processos de negócio. Análise quantitativa de processos de negócio. Especificação de processos. Modelagem e representação de fluxo de processos. Melhoria de processos tratada como um projeto. Gestão da mudança e implantação da gestão de processos. Ferramentas e normatizações da Qualidade. Temas emergentes em Organizações, Sistemas e Métodos.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CURTO JUNIOR, Renato Mendes. **Organização, Sistemas e Métodos**. Curitiba: IFPR, 2017.
MATTOS, Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas. **Organização, sistemas e métodos**. Indaial: Uniasselvi, 2019.
PAMPOLINI JÚNIOR, Homero. **Organização, Sistemas e Métodos**. Curitiba: IFPR, 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

CORRÊA, Fernando Ramos. **Gestão da qualidade**. Volume Único. Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2019.
GITMAN, Lawrence J. ... [et al.]. **Introdução ao negócios**. Texas: OpenStax, 2018.
GUERREIRO, Karen Menger da Silva. **Gestão da qualidade**. Curitiba: IFPR, 2012.
PAZ, Valdete. **Organização, Sistemas e Métodos**. Cuiabá: UFMT, 2015.
PRÊVE, Altamiro Damian. **Organização, Sistemas e Métodos**. Florianópolis : UFSC, 2018.

1.6.3.04 Componente Curricular: ESTA – Estatística e Probabilidade (CEQT) – 03 – 60

EMENTA

Introdução ao estudo da estatística. Apresentação tabular e gráfica. Medidas descritivas. Noções da teoria da probabilidade. Números índices, intervalos de confiança, correlação e regressão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, José Sérgio Casé de. **Estatística aplicada às ciências sociais aplicadas II**. Salvador: UFBA, 2018.

SALSA, Ivone da Silva; MOREIRA, Jeanete A. **Probabilidade e estatística**. 2 ed. Natal: EDUFRN, 2014.

SILVA, Jorge Luiz de Castro e; FERNANDES, Maria Wilda; ALMEIDA, Rosa Livia Freitas de. **Estatística e probabilidade**. 3 ed. Fortaleza: EdUECE, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIAS, Ana Maria Lima de. **Probabilidade e estatística**: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

FERREIRA, Paulo Maia. **Estatística e probabilidade**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

FIGUEIREDO, Luiz Manoel. **Elementos de matemática e estatística**. 3 ed. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2008. V. 1.

LIMA, Luciana de. **Estatística aplicada**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2009.

VALENTIN, Jean Louis. **Elementos de matemática e estatística**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V. 2.

1.6.3.05 Componente Curricular: GEPE – Gestão de Pessoas (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Os desafios da Gestão de Pessoas. Gestão de pessoas. Planejamento Estratégico da Gestão de Pessoas. Planejamento do trabalho e de cargos. Sistemas de recompensa. Agregar pessoas. Capacitação e desenvolvimento de pessoas. A avaliação das pessoas. Temas emergentes em Gestão de Pessoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Desirée de Souza Freccia. **Liderança e desenvolvimento de equipes**. Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

HUSSNI, Ivan; ... [et al.]. **A liderança na gestão de equipes**. São Paulo: SEBRAE/SP, 2017.

MARTINS, Daniele de Lourdes Curto da Costa. **Desenvolvimento gerencial e liderança**. Indaial: Uniasselvi, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor Público**. Brasília: Enap, 2019.

FARBER, Suzana Gauche. **Tendências em recursos humanos**. Indaial: Uniasselvi, 2019.

FREITAS, Lílian Brummel das Chagas. **Comportamento Organizacional**. Cuiabá: UFMT, 2015.

SANTOS, Elisabete Adami Pereira dos;...[et al.]. **Gestão de pessoas no Século XXI: desafios e tendências para além de modismos**. São Paulo: Tiki Books: PUC-SP/PIPEq, 2019.

SILVA, Maria Lúcia da. **Liderança e Gestão de Pessoas**. São Paulo: edição do autor, 2018.

1.6.3.06 Componente Curricular: PEUIII – Projeto de Extensão Universitária III (CoFC) – 04 – 80

EMENTA:

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não se confundir com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecem a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR: Regulamento das Atividades de Extensão da FAESB.

1.6.4. Componentes Curriculares – Quarto semestre

4º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Básica (CoFB)	LTRF	Legislação Tributária e Fiscal	03	60
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	GEMK	Gestão Estratégica de Marketing	03	60
	SINF	Sistema de informações	03	60
	ADFO	Administração Financeira e Orçamentária	03	60
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (CEQT)	MFIN	Matemática Financeira	03	60
Conteúdos de Formação Complementar (CoFC)	PEUIV	Projeto de Extensão Universitária IV	03	60
Total			18	360

1.6.4.01 Componente Curricular: MFIN – Matemática Financeira (CEQT) – 03 – 60

EMENTA

Juros Simples e Compostos. Descontos Simples e Compostos, Real e Nominal. Capitalização Simples, Composta e Contínua. Taxa Nominal e Real. Equivalência de Capitais. Operação de Descontos. Sequência de Pagamentos. Autorização de Dívidas. Sistema de Empréstimo. Anuidades. Capitalização. Correção Monetária. Amortização de Débitos. Comparação entre Alternativas de Investimento. Depreciação. Custos Operacionais. Preço Atual e Preço Futuro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELO, Haroldo da Costa. **Matemática financeira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 1.

CRUZ, Eduardo Picanço... [et al.]. **Matemática financeira para administração**: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

FONTES, Selma Velozo. **Sistemas financeiros**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. V.1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, Fabiano Porto de. **Matemática comercial e financeira**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2011.

CARVALHO NETO, Osvaldo Fernandes. **Matemática comercial e financeira**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2013.

SALANEK FILHO, Pedro. **Administração financeira e orçamentária**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012.



Faculdade de Educação Social da Bahia

TOSTES, Fernando Pereira; VIEIRA, Simone Silva da Cunha. **Contabilidade gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V. 3.

VEIGA, Ana Luiza Barbosa da Costa; CRUZ, Márcio da. **Fundamentos de finanças**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V. 1.

1.6.4.02 Componente Curricular: SINF – Sistemas de Informações (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Conceitos de Cibernética e Teoria Geral dos Sistemas. Sistema Empresa x Sistema de Informação. Classificação dos sistemas: Sistemas de Apoio às Operações e Sistemas de Apoio Gerencial: SIG (Sistemas de Informação Gerencial), SAD (Sistemas de Apoio à Decisão) e EIS (Sistemas de Informação Executiva). Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação. Metodologia de Desenvolvimento e Implementação do SIG. Novas Tecnologias da Informação e suas implicações nas organizações. O SIG como instrumento de gestão e o processo decisório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENGHI, Andréia Fernanda Bento;...[et al.]. **Sistemas de informações contábeis**. Indaial: Uniasselvi, 2019.

LAMPERT, Edna da Luz. **Sistemas de informação**. Indaial: Uniasselvi, 2019.

WAKULICZ, Gilmar Jorge. **Sistemas de Informações Gerenciais**. Santa Maria: UFSM, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. **Sistemas de informação**. Florianópolis: UFSC, 2014.

MARTINS, Ernane Rosa;...[et al.]. **A Produção do Conhecimento na Engenharia da Computação**. Volume 1. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

MARTINS, Ernane Rosa;...[et al.]. **A Produção do Conhecimento na Engenharia da Computação**. Volume 2. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020.

MECHELN, Pedro José Von. **Sistema de informação contábil**. Florianópolis: UFSC, 2014.

VIANNA, Cleverson Tabajara. **Sistemas de informação no contexto da inovação, dos sistemas, da informação e dos processos gerenciais**. Florianópolis: IFSC, 2016.

1.6.4.03 Componente Curricular: ADFO – Administração Financeira e Orçamentária (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Fundamentos da avaliação financeira. A decisão de investimento. O custo do capital do financiamento das empresas. Planejamento financeiro (curto e longo prazo). Dimensões práticas das finanças empresariais. Investimentos, Carteira de Ações, Custo de Capital. Planejamento de lucros. Controladoria Financeira. Estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR, José Hilton Santos. **Finanças empresariais**. Salvador: UFBA, 2020.

BARTEL, Gonter. **Gestão financeira**. Indaial: Uniasselvi, 2020.

COSTA, Érico da Silva; AQUINO, Luz Marina A. PODDIS DE; DEMARCHI, Luciana. **Gestão Financeira**. Cuiabá: UFMT, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, José Hilton Santos. **Finanças empresariais**. Salvador: UFBA, 2020.

ENDE, Marta Von. **Gestão financeira em cooperativas**. Santa Maria, RS: UFSM, 2015.



Faculdade de Educação Social da Bahia

KUHN, Ivo Ney. **Gestão financeira**. Ijuí : Ed. Unijuí, 2012.

SALANEK FILHO, Pedro. **Administração financeira e orçamentária**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012.

VITAL, Juliana Tatiane. **Administração financeira I**. Florianópolis: UFSC, 2010.

1.6.4.04 Componente Curricular: GEMK – Gestão Estratégica de Marketing (CoFP) – 03 – 60 EMENTA

Marketing. Comportamento de Consumidor. Planejamento de Marketing. Segmentação de Mercado. Composto de Marketing. As ferramentas para o aumento das vendas e para consolidação de imagem. Planejamento de merchandising. Temas emergentes em Gestão Estratégica de Mercadológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Paulo Henrique Pinho de. **Marketing**. Volume único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2019.

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon; COSTA, Juliana Braz da; LIMA, Valdeson. **Comércio Eletrônico e Marketing**. Cuiabá: UFMT, 2015.

ROCHA, Rudimar Antunes da; ... [et al.]. **Administração de Marketing**. Florianópolis: UFSC, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARCELLOS, Ricardo; ... [et al.]. **Marketing e Vendas**. Curitiba: IFPR, 2012.

CUNHA, Carlos Henrique Berrini da. **Administração Brasileira**: v. único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

GARCIA, Solimar; ... [et al.]. **Marketing para cursos superiores**. São Paulo: Blucher Open Access, 2019.

NOGUEIRA, Heloisa. **Gestão de Marketing I**. v. único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

VALENTIM, Paula Porto de Pontes; ... [et al.]. **Marketing**: do ordinário ao extraordinário. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

1.6.4.05 Componente Curricular: LTRF – Legislação Tributária e Fiscal (CoFB) – 03 – 60

EMENTA:

Introdução ao sistema tributário. Princípios constitucionais. Competência tributária. Impostos federais, estaduais e municipais. Obrigações acessórias. Planejamento tributário. Fiscalização e penalidades. Processo administrativo tributário. Temas emergentes em Legislação Tributária e Fiscal.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ALBANO, Cícero José. **Direito Empresarial**. Curitiba: IFPR, 2012.

RODRIGUES, Luiz Antônio Barroso. **Direito empresarial**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.

SCALZILLI, João Pedro; ... [et al.]. **Introdução ao Direito Empresarial**. Porto Alegre, Buqui: 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BOECHAT, Stephan Righi. **Orçamento por resultados e direito financeiro**. São Paulo: Blucher Open Access, 2018.

CONTI, José Mauricio. **Levando o direito financeiro a sério**. São Paulo: Blucher Open Access, 2016.

CONTI, José Mauricio. **Levando o direito financeiro a sério**: a luta continua. São Paulo: Blucher Open Access, 2019.

PIMENTA, Eduardo Goulart. **Direito, Economia e Recuperação de empresas**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SICHEL, Debora Lacs. **Legislação Comercial**. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009.

1.6.4.06 Componente Curricular: Componente Curricular: PEUIII – Projeto de Extensão Universitária IV (CoFC) – 04 – 80

EMENTA:

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não se confundir com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecem a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR: Regulamento das Atividades de Extensão da FAESB.

1.6.5. Componentes Curriculares – Quinto semestre

5º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Básica (CoFB)	DCO	Direito do Consumidor	03	60
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	EMPR	Empreendedorismo, Criatividade e Inovação	03	60
	ARH	Administração de Recursos Humanos	03	60
	ADPE	Administração e Planejamento Estratégico	03	60
	ADPE	Administração de Materiais	03	60
Total			15	300

1.6.5.01 Componente Curricular: EMPR – Empreendedorismo, Criatividade e Inovação (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Conceito de empreendedorismo. Características do empreendedor. Ideia e oportunidade. Criatividade, invenção e Inovação. Administração do crescimento da empresa. Busca mobilização e utilização de recursos e informações. Casos de empreendedores de sucesso. Elaboração de plano de negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIOVANELA, Adriana;... [et al.]. **Empreendedorismo**. Indaial: Uniassevi, 2017.
MENDONÇA, Rosângela Míriam L. O. **Economia criativa: práticas para inovação e desenvolvimento**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019
SANTOS, Renato Lima dos; SOUZA, Lady Day Pereira de. **Empreendedorismo**. Cuiabá: Instituto Federal do Rondônia, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Antonio Jorlan Soares de;... [et al.]. **Mulheres empreendedoras: entre o batom ao planejamento estratégico**. São Luís: IFMA, 2019.
GITMAN, Lawrence J. ... [et al.]. **Introdução ao negócios**. Texas: OpenStax, 2018.
MARCOVITCH, Jacques;... [et al.]. **Pioneirismo e educação empreendedora: projetos e iniciativas**. São Paulo: Com-Arte, 2018.
MASSENSINI, Ariana Ramos. **Empreendedorismo**. Cuiabá: UFMT, 2011.



Faculdade de Educação Social da Bahia

RUSSO, Suzana Leitão;... [et al.]. **Propriedade intelectual, tecnologias e empreendedorismo**. Aracaju: Associação Acadêmica de Propriedade Intelectual, 2017.

1.6.5.02 Componente Curricular: ARH Administração de Recursos Humanos (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Recompensas de Incentivo. Desenvolvimento Organizacional. Planos de Carreira. Relações Trabalhistas e Sindicatos. Higiene, Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho. Qualidade de Vida no Trabalho. Clima e Cultura Organizacional. Avaliação da Função de Gestão de Pessoas. Temas emergentes em administração de recursos humanos.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CARVALHO, Desirée de Souza Freccia. **Liderança e desenvolvimento de equipes**. Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

HUSSNI, Ivan; ... [et al.]. **A liderança na gestão de equipes**. São Paulo: SEBRAE/SP, 2017.

MARTINS, Daniele de Lourdes Curto da Costa. **Desenvolvimento gerencial e liderança**. Indaial: Uniasselvi, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor Público**. Brasília: Enap, 2019.

FARBER, Suzana Gauche. **Tendências em recursos humanos**. Indaial: Uniasselvi, 2019.

FREITAS, Lílian Brummel das Chagas. **Comportamento Organizacional**. Cuiabá: UFMT, 2015.

SANTOS, Elisabete Adami Pereira dos;...[et al.]. **Gestão de pessoas no Século XXI: desafios e tendências para além de modismos**. São Paulo: Tiki Books: PUC-SP/PIPEq, 2019.

SILVA, Maria Lúcia da. **Liderança e Gestão de Pessoas**. São Paulo: edição do autor, 2018.

1.6.5.03 Componente Curricular: ADPE – Administração e Planejamento Estratégico (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Estratégica Competitiva. Análise de cenários competitivos. Inteligência competitiva. Estratégias competitivas genéricas. Planejamento estratégico. Temas emergentes em gestão estratégica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECKER, Keitty Aline Wille;... [et al.]. **Planejamento estratégico**. Indaial: Uniasselvi, 2020.

SILVA, Clayton Robson Moreira da. **Administração 4.0: flexibilidade para a inovação das organizações**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

SILVA, Rosana Carvalho da. **Fundamentos de Políticas de Recursos Humanos**. Cuiabá: UFMT, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES, Jaqueline Fonseca. **Planejamento e gestão estratégica**. Curitiba: IFPR, 2013.

SILVA, Sonilda Aparecida de Fátima; ... [et al.]. **Criatividade Aplicada à Gestão**. Cuiabá: UFMT, 2014.

SOUZA NETO, Sivestre Prado de. **Planejamento e gestão estratégicos**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V.1.

SOUZA NETO, Sivestre Prado de. **Planejamento e gestão estratégicos**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V.2.

STADLER, Adriano. **Modelos de gestão**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012.

1.6.5.04 Componente Curricular: ADRM – Administração de Materiais (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Administração da cadeia de suprimentos. Gestão de estoques. Gestão de compras. Temas emergentes em Administração de Materiais.

REFERÊNCIA BÁSICA:

COVA, Carlos. **Logística Empresarial**. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009.
COVA, Carlos. **Logística Empresarial**. v. 3. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2012.
COVA, Carlos; ... [et al.]. **Logística Empresarial**. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Carlos Eduardo Sanches de; ... [et al.]. **A gestão da cadeia logística**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.
FELIPPES, Marcelo Augusto de. **Gestão Administrativa, Logística, Transporte e Consultoria**. Brasília: Edição do autor, 2009.
MIRA, Carlos Alberto. **Logística - O Último rincão do Marketing**. São Paulo: TruckPad, 2019.
PAIXÃO, Márcia Valéria. **Administração Estratégica**. Curitiba: IFPR, 2012.
ROSA, Rodrigo de Alvarenga. **Gestão logística**. Florianópolis: UFSC, 2014.

1.6.5.05 Componente Curricular: DCO – Direito do Consumidor (CoFB) – 03 – 60

EMENTA

Direito do Consumidor. Responsabilidade do Fornecedor. Contratos de Consumo. Publicidade e Práticas Comerciais Enganosas. Responsabilidade Civil por Danos ao Consumidor. Proteção Contratual do Consumidor. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Relações de Consumo Digitais.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ALBANO, Cícero José. **Direito Empresarial**. Curitiba: IFPR, 2012.
RODRIGUES, Luiz Antônio Barroso. **Direito empresarial**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.
SCALZILLI, João Pedro; ... [et al.]. **Introdução ao Direito Empresarial**. Porto Alegre, Buqui: 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BOECHAT, Stephan Righi. **Orçamento por resultados e direito financeiro**. São Paulo: Blucher Open Access, 2018.
CONTI, José Mauricio. **Levando o direito financeiro a sério**. São Paulo: Blucher Open Access, 2016.
CONTI, José Mauricio. **Levando o direito financeiro a sério: a luta continua**. São Paulo: Blucher Open Access, 2019.
PIMENTA, Eduardo Goulart. **Direito, Economia e Recuperação de empresas**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.
SICHEL, Debora Lacs. **Legislação Comercial**. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009.

1.6.6. Componentes Curriculares – Sexto semestre

6º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Básica (CoFB)	LETP	Legislação Trabalhista e Previdenciária	03	60
	ASER	Administração de Serviços	03	60
	CARL	Captação de Recursos e Licitações	03	60
	APRO	Administração da Produção	03	60

Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	GESP	Gestão Pública	03	60
		Total	15	360

1.6.6.01 Componente Curricular: GESP – Gestão Pública (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Teorias da Administração e Gestão Pública. Planejamento e Gestão Estratégica no Setor Público. Governança Corporativa e Gestão Pública. Gestão Pública no Brasil. Novas Tendências em Planejamento e Gestão Pública. Temas emergentes em Planejamento e Gestão Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELISÁRIO, Aluizio. **Estado e administração pública**. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.
LEITE, Douglas Guimarães; ... [et al.]. **Gestão em Administração Pública**. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2014.
XAVIER, Ana Flávia; ... [et al.]. **Administração Pública: Federal, Estadual e Municipal**. Cuiabá: UFMT, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AHRENS, Rudy; ... [et al.]. **Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil**. V. 1. Ponta Grossa (PR): Atena, 2017.
AHRENS, Rudy; ... [et al.]. **Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil**. V. 2. Ponta Grossa (PR): Atena, 2017.
BÄCHTOLD, Ciro. **Noções de Administração Pública**. Curitiba: IFPR, 2012.
LACERDA, Cássio Antônio Mendes. **Gestão da Qualidade na Administração Pública**. Cuiabá: UFMT, 2015.
VIZOLLI, Idemar; ... [et al.]. **Gestão pública: temas contemporâneos**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

1.6.6.02 Componente Curricular: LETP – Legislação Trabalhista e Previdenciária (CoFB) – 03 – 80

EMENTA

Introdução ao Direito do Trabalho e Previdenciário. História. Conceito. Empregado e empregador. Contrato de trabalho e relação de emprego. Remuneração e salário. Direito coletivo do trabalho. Liberdade e organização sindical. Direito Previdenciário na constituição. Seguridade, assistência e previdência social. Aposentadoria. Segurados e dependentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. CLT: **Consolidação das leis do trabalho**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
LOSSO, Marlus Eduardo Faria; ... [et al.]. **Direito do Trabalho**. Curitiba: IFPR, 2014.
MEIRELES, José Gervásio A. **Direito Processual do Trabalho**. Brasília: Edição do Autor, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EQUIPE TÉCNICA IOB. **Guia de cálculos trabalhistas**: entenda e esteja em Compliance com o eSocial e a Fiscalização. São Paulo : IOB, 2020.



Faculdade de Educação Social da Bahia

SENADO FEDERAL. **Consolidação das leis do trabalho** – CLT e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

STF. **Teses e Fundamentos**: Direito Processual do Trabalho. Brasília : STF, 2019.

TREMEL, Rosângela; ... [et al.] **Reforma Trabalhista**. Campina Grande: EDUEPB, 2018.

VIEIRA, Regina Stela Corrêa; ... [et al.] **Desafios presentes e futuros do direito do trabalho**: buscas entre intersecções por um novo alvorecer. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020.

1.6.6.03 ASER – Administração de Serviços (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Gestão de serviços. Classificação de Serviços. Processos de serviços. Capacidade produtiva de serviços. Rede de suprimentos. Estratégia de serviços. Complexidade operacional de serviços.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MELO NETO, Francisco Paulo de; DIAS, Tânia Frota Vasconcellos. **Gestão de operações de serviço**: volume 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

MELO NETO, Francisco Paulo de; DIAS, Tânia Frota Vasconcellos. **Gestão de operações de serviço**: volume 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

SCHLINDWEIN, Nair Fernandes da Costa. **Logística de produção e serviços**. Indaial: Uniasselvi, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUETTGEN, John Jackson. **Administração da produção**. Indaial: Uniasselvi, 2019.

GUERREIRO, Karen Menger da Silva; MILESKI JÚNIOR, Albino. **Gestão da produção e qualidade**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

MENDES, Francisco Coelho. **Administração de sistemas de informação**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V. 1.

OLIVARES, Gustavo; SALES, Gustavo. **Gestão da produção**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 3.

VARGAS, Marco Antonio; LOOTTY, Mariana. **Análise microeconômica**. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009. V. 1.

1.6.6.04 Componente Curricular: APRO – Administração da Produção (CoFP) – 03 – 60h

EMENTA

Administração da Produção e Operações. Gestão do projeto. Operação e Controle do Sistema de Produção. Melhoramentos e Desafios da Produção. Temas emergentes em Administração da Produção.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BUETTGEN, John Jackson. **Administração da produção**. Indaial: Uniasselvi, 2019.

OLIVARES, Gustavo; SALES, Gustavo. **Gestão da produção**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 3.

SCHLINDWEIN, Nair Fernandes da Costa. **Logística de produção e serviços**. Indaial: Uniasselvi, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

GUERREIRO, Karen Menger da Silva; MILESKI JÚNIOR, Albino. **Gestão da produção e qualidade**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

MELO NETO, Francisco Paulo de; DIAS, Tânia Frota Vasconcellos. **Gestão de operações de serviço**: volume 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

MELO NETO, Francisco Paulo de; DIAS, Tânia Frota Vasconcellos. **Gestão de operações de serviço**: volume 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

MENDES, Francisco Coelho. **Administração de sistemas de informação**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V. 1.

VARGAS, Marco Antonio; LOOTTY, Mariana. **Análise microeconômica**. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009. V. 1.

1.6.6.05 Componente Curricular: CARL - Captação de Recursos e Licitações (CoFP) – 03 – 60h

EMENTA

Captação de Recursos. Fontes de Recursos. Licitações. Legislação e Regulamentação. Ética e Transparência.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BELISÁRIO, Aluizio. **Estado e administração pública**. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

LEITE, Douglas Guimarães; ... [et al.]. **Gestão em Administração Pública**. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2014.

XAVIER, Ana Flávia; ... [et al.]. **Administração Pública: Federal, Estadual e Municipal**. Cuiabá: UFMT, 2015.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

AHRENS, Rudy; ... [et al.]. **Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil**. V. 1. Ponta Grossa (PR): Atena, 2017.

AHRENS, Rudy; ... [et al.]. **Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil**. V. 2. Ponta Grossa (PR): Atena, 2017.

BÄCHTOLD, Ciro. **Noções de Administração Pública**. Curitiba: IFPR, 2012.

LACERDA, Cássio Antônio Mendes. **Gestão da Qualidade na Administração Pública**. Cuiabá: UFMT, 2015.

VIZOLLI, Idemar; ... [et al.]. **Gestão pública: temas contemporâneos**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

1.6.7. Componentes Curriculares – Sétimo semestre

7º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	MCEI	Mercado de Capitais e Economia Internacional	03	60
	ATSP	Administração do Terceiro Setor e de Projetos	03	60
	GEQU	Gestão de Qualidade	03	60
	GLCS	Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	03	60
	ESUP	Estágio Supervisionado I	08	150
		Total	20	390

1.6.7.01 Componente Curricular: MCEI – Mercado de Capitais e Economia Internacional (CoFP) – 06 – 60



Faculdade de Educação Social da Bahia

EMENTA

Histórico do Mercado de Capitais no mundo e no Brasil. Estrutura do Mercado Financeiro: tipos de mercados, mercado primário e secundário, funções do mercado. O sistema financeiro: evolução, estrutura nacional, funcionamento das bolsas, papéis negociados. Interventes no mercado financeiro. Crimes financeiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LA TORRE, José Alfredo Pareja Gomes de. **Comércio Exterior**. Indaial: Uniasselvi, 2021.

PESENTE, Ronaldo. **Mercados financeiros**. Salvador: UFBA, 2019.

TORRE, José Alfredo Pareja Gomez de La. **Mercado de capitais**. Indaial: Uniasselvi, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CVM. **Análise de investimentos: histórico**, principais ferramentas e mudanças conceituais para o futuro. Rio de Janeiro: CVM, 2017.

CVM. **Direito do Mercado de Valores Mobiliários**. Rio de Janeiro: CVM, 2017.

CVM. **Mercado de Derivativos no Brasil**: Conceitos, Produtos e Operações. Rio de Janeiro: IBRI : CVM, 2015.

CVM. **Mercado de valores mobiliários brasileiro**. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2019.

CVM. **Relações com investidores: da pequena empresa ao mercado de capitais**. Rio de Janeiro: IBRI : CVM, 2015.

1.6.7.02 Componente Curricular: ESUP – Estágio Supervisionado I (CoFP) – 08 – 150

EMENTA

Vivência e aprendizagem teórico-prática para ressignificação de conceitos apreendidos durante o curso; reconstrução de conhecimentos com base na prática vivida no estágio, mediante acompanhamento e supervisão do(a) professor(a) responsável. Desenvolvimento de competências inerentes à área de atuação do administrador: espírito de liderança, de equipe, equilíbrio, responsabilidade social, etc. Aplicação, na prática de conhecimentos técnico-científicos atinentes à habilitação. O estágio visa, assim, a consolidação dos objetivos de formação do administrador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Todas as disciplinas já cursadas até o presente período do curso de administração.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Todas as disciplinas já cursadas até o presente período do curso de administração.

1.6.7.03 Componente Curricular: ATSP – Administração do Terceiro Setor e de Projetos (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Conceitos de Terceiro Setor, Economia Social e Economia Solidária. Natureza e ação socioeconômica de organizações não governamentais, fundações, institutos, cooperativas, associações comunitárias, organizações da sociedade civil de caráter público (OSCIP) e de entidades filantrópicas. Delineamento do campo científico de estudo dessas organizações. A gestão de organizações do Terceiro Setor, da Economia Solidária e da Economia Social. Noções das dimensões sociais, políticas e econômicas relacionadas ao fenômeno: sociedade civil, democracia, espaço público, autonomia social, interfaces sociedade civil/Estado/ Setor privado. Constituição de organizações do Terceiro Setor e seus aspectos Jurídicos; Formas de gestão das Organizações do Terceiro Setor: Autogestão, Cogestão, Gestão Participativa e Heterogestão. Relações de Poder e organizações Sociais.



Faculdade de Educação Social da Bahia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

INSTITUTO FILANTROPIA; ... [et al.]. **Novo Manual do Terceiro Setor**. São Paulo: Paulus, 2014.
MONSER, Neusa Teresinha Ballardín; ... [et al.]. **Terceiro Setor: Guia de orientação para o profissional da Contabilidade**. Porto Alegre: CRCRS, 2018.
PEREIRA, Milton; ... [et al.]. **Gestão para Organizações Não Governamentais**. Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SCHULTZ, Glauco. **Introdução à gestão de organizações**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
SOUZA NETO, Silvestre Prado de. **Comportamento humano nas organizações**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V. 2.
SOUZA NETO, Silvestre Prado de. **Comportamento humano nas organizações**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V. 1.
VILAS BOAS, Ana Alice; FERREIRA, André; BONADIMAN, Tereza Cristina N. Q. **Gestão de pessoas 2**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008. V. 2.
XIMENES, Ana Carênina de Albuquerque. **Fundamentos da Administração**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2013.

1.6.7.04 Componente Curricular: GEQU - Gestão de Qualidade (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Gestão da Qualidade. Fundamentos da Qualidade. Ferramentas da Qualidade. Gestão de Processos. Gestão de Riscos e Controle de Qualidade. Gestão da Qualidade Total (TQM). Benchmarking. Qualidade no Atendimento e Satisfação do Cliente. Qualidade na Cadeia de Suprimentos. Cultura da Qualidade.

REFERÊNCIA BÁSICA:

COVA, Carlos. **Logística Empresarial**. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009.
COVA, Carlos. **Logística Empresarial**. v. 3. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2012.
COVA, Carlos; ... [et al.]. **Logística Empresarial**. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Carlos Eduardo Sanches de; ... [et al.]. **A gestão da cadeia logística**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.
FELIPPES, Marcelo Augusto de. **Gestão Administrativa, Logística, Transporte e Consultoria**. Brasília: Edição do autor, 2009.
MIRA, Carlos Alberto. **Logística - O Último rincão do Marketing**. São Paulo: TruckPad, 2019.
PAIXÃO, Márcia Valéria. **Administração Estratégica**. Curitiba: IFPR, 2012.
ROSA, Rodrigo de Alvarenga. **Gestão logística**. Florianópolis: UFSC, 2014.

Componente Curricular: LGCS – Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos (CoFP) – 03 – 60

EMENTA

Logística. Gestão de serviços. Gestão da Demanda. Gestão da Distribuição Física. Gestão de Desempenho. Temas emergentes em Logística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COVA, Carlos. **Logística Empresarial**. v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009.
COVA, Carlos. **Logística Empresarial**. v. 3. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2012.
COVA, Carlos; ... [et al.]. **Logística Empresarial**. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Carlos Eduardo Sanches de; ... [et al.]. **A gestão da cadeia logística**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

FELIPPES, Marcelo Augusto de. **Gestão Administrativa, Logística, Transporte e Consultoria**. Brasília: Edição do autor, 2009.

MIRA, Carlos Alberto. **Logística - O Último rincão do Marketing**. São Paulo: TruckPad, 2019.

PAIXÃO, Márcia Valéria. **Administração Estratégica**. Curitiba: IFPR, 2012.

ROSA, Rodrigo de Alvarenga. **Gestão logística**. Florianópolis: UFSC, 2014.

1.6.8. Componentes Curriculares – Oitavo semestre

8º SEMESTRE				
NÚCLEOS	COD	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			CR	H
Conteúdos de Formação Complementar (CoFC)	ATCO	Atividades Complementares	10	200
Conteúdos de Formação Profissional (CoFP)	ESUP	Estágio Supervisionado II	08	150
	TCOC	Trabalho de Conclusão de Curso	06	120
	JEMP	Jogos de Empresa	03	60
Total			27	530

1.6.8.01 Componente Curricular: ESUP – Estágio Supervisionado II (CoFP) – 08 – 150

EMENTA

Vivência e aprendizagem teórico-prática para ressignificação de conceitos apreendidos durante o curso; reconstrução de conhecimentos com base na prática vivida no estágio, mediante acompanhamento e supervisão do(a) professor(a) responsável. Desenvolvimento de competências inerentes à área de atuação do administrador: espírito de liderança, de equipe, equilíbrio, responsabilidade social, etc. Aplicação, na prática de conhecimentos técnico-científicos atinentes à habilitação. O estágio visa, assim, a consolidação dos objetivos de formação do administrador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Todas as disciplinas já cursadas até o presente período do curso de administração.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Todas as disciplinas já cursadas até o presente período do curso de administração.

1.6.8.02 Componente Curricular: TCC – Trabalho de Conclusão de Curso (CoFP) – 06 – 120

EMENTA

Conceituação – Funções e objetivos da Metodologia Científica. Estrutura e redação de trabalhos científicos. Pesquisa bibliográfica. Método Científico. Aplicabilidade da Metodologia da Pesquisa à Administração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOSE, Alícia Duhá. **Metodologia do trabalho científico**. Salvador: UFBA, 2019.

SILVA, Douglas Fernandes da; ... [et al.]. **Manual prático para elaboração de trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo : Blucher Open Access, 2020.



Faculdade de Educação Social da Bahia

SILVEIRA, Cláudia Regina. Metodologia da pesquisa. Florianópolis: IFSC, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. Metodologia de projetos em ciências II. Florianópolis: IFSC, 2010.
ALYRIO, Rovigati Danilo. Métodos e técnicas de pesquisa em administração: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

FLEMMING, Diva Marília. Metodologia de projetos em ciências I. Florianópolis: IFSC, 2011.

MENEZES, Jean Paulo Pereira de. Introdução à pesquisa: contribuições para o projeto de pesquisa e monografia de graduação e pós-graduação na sociedade de classes. Goiânia: Phillos, 2019.

TAVARES, Arice Cardoso; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira; SELL, Sérgio. Metodologias para iniciação à prática da pesquisa e extensão I: caderno pedagógico. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

1.6.8.03 Componente Curricular: ATCo – Atividades Complementares (CoFC) – 10 – 200

EMENTA

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão na comunidade. As Atividades Complementares devem constituir-se de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

OBJETIVO

Dar ao aluno a oportunidade de ampliar conhecimentos adquiridos sobre o curso, inclusive, fora do ambiente escolar, por meio de seminários, participação em congressos, oficinas etc.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Bibliografia por conta do aluno e seu projeto.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Bibliografia por conta do aluno e seu projeto.

1.6.8.04 Componente Curricular: JEMP – Jogos de Empresa (CoFC) – 03 – 60

EMENTA

Modelos de tomada de decisão. Planejamento estratégico e análise do ambiente. A Função Produção. A Função Marketing. A Função Financeira. A Função Recursos Humanos. Pesquisa e Desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Todas as disciplinas já cursadas até o presente período do curso de administração.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Todas as disciplinas já cursadas até o presente período do curso de administração.

1.7. Metodologia



Faculdade de Educação Social da Bahia

As metodologias ativas de ensino e aprendizagem adotados seguem o princípio da formação com densidade intelectual e aderência profissional, quando a teoria não está dissociada da prática.

Essa metodologia promove um processo de aprendizado ativo, capaz de estimular a troca de informações entre professores e alunos e entre os próprios alunos, estimulando a criatividade e levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, serão impostas pela prática profissional, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo de conhecimentos, habilidades e atitudes dos estudantes. Uma metodologia facilita o desenvolvimento, a seleção de conteúdos, o trabalho em equipe e o aprender a aprender.

As metodologias ativas de ensino e aprendizagem são apresentadas nas seguintes atividades: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, ensaios em laboratórios, estudos de meio, pesquisa bibliográfica, iniciação científica, debates; mesa redonda; seminário; simpósio; painel; entrevista; estudo de casos.

Na Metodologia Ativa o estudante se envolve de forma ativa e atuante no seu processo de aprendizagem e o professor assume o papel de orientador e mediador da discussão sobre a solução de problemas expostos.

De acordo com autores que estudam esse processo como Meyers & Jones, a Metodologia Ativa pode ser definida como o conjunto de atividades que ocupa o estudante a fazer algo ao mesmo tempo em que deve pensar sobre o que está fazendo. Na prática, o estudante interage com o assunto em estudo em vez de somente recebê-lo de forma passiva do professor. Este por sua vez, assume o papel de orientador, supervisor, facilitador da aprendizagem, mas não é a única fonte de informação do estudante.

Essa Metodologia Ativa de aprendizagem é antiga e praticada desde a época de Aristóteles, na Grécia, por volta de 300 a. C., e uma tendência interessante no século XXI, nesse mundo globalizado que exige amplos conhecimentos de todos. A quantidade e a velocidade da informação impõem grande capacidade de análise crítica e discernimento.

Além de Aristóteles, o pensador chinês Confúcio escreveu há 500 a. C, “o que eu ouço, eu esqueço; o que eu vejo, eu lembro; o que eu faço, eu compreendo”.

As Metodologias Ativas de Aprendizagem geram interações entre docentes e estudantes nas atividades acadêmicas, de modo que não haja um único detentor pleno e absoluto do conhecimento. O estudante é colocado como parte integrante e participativa da construção de seus saberes, habilidades e competências.

Um dos estudiosos dos efeitos do método, Mel Silberman, afirma que as Metodologias Ativas levam à assimilação de um volume de informação maior e geram mais confiança nas decisões e aplicação do conhecimento em situações práticas.

A Metodologia Ativa é aplicada naturalmente na sociedade, pois os problemas aparecem sem aviso prévio e há que resolvê-los, adaptando-se à nova realidade no menor intervalo de tempo. Nessa Metodologia Ativa o estudante é exposto a problemas ou desafios em que as soluções requerem identificação das principais variáveis intervenientes. As variáveis são estudadas conforme a literatura pertinente e o estudante passa a elaborar hipóteses de solução do problema, com vistas à aplicação das melhores soluções, a partir das discussões com outros estudantes e o professor orientador e mediador.

As Metodologias Ativas aplicam-se a qualquer área do conhecimento, pois existem mais de 30 técnicas descritas na literatura que colocam o estudante de forma ativa e atuante no seu processo de aprendizagem.

A eficácia da Metodologia Ativa é avaliada por meio da resposta do estudante no transcorrer do processo de ensino-aprendizagem. Durante essa fase, o professor observa as dificuldades do estudante e personaliza a orientação.

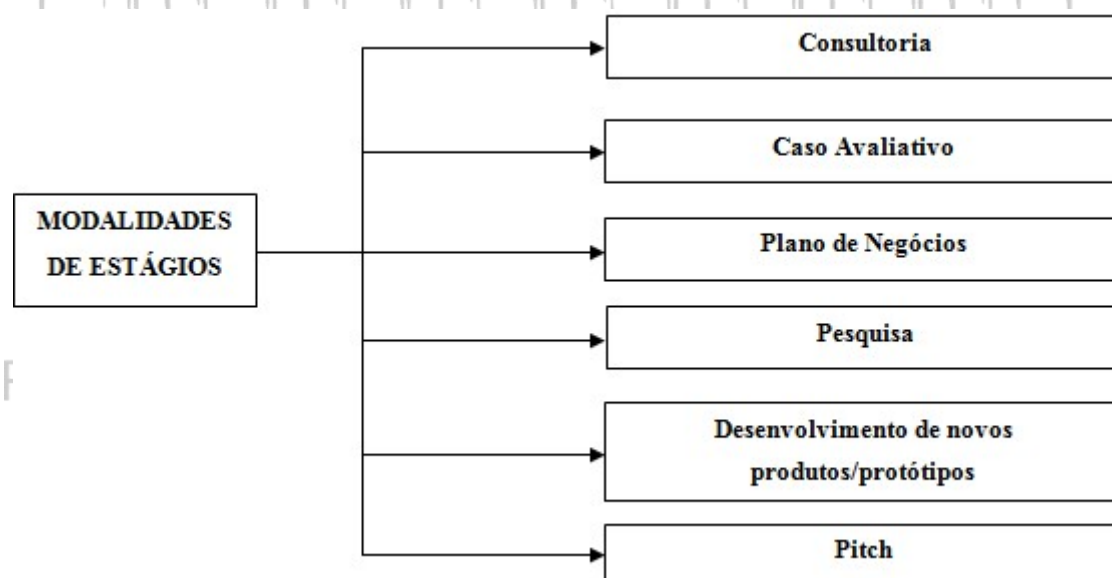
1.8. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, que visa proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional.

É concebido para propiciar ao aluno a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação. As atividades de Estágio Supervisionado são exclusivamente práticas, sem utilização de aulas expositivas.

A Resolução CNE/CES nº 5, de 14 de outubro de 2021 e com base na Nº 4, de 13 de julho de 2005, estabeleceu em seu Art. 2º, parágrafo 1º, Inciso IX, que a concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado devem ensejar diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento.

Além disto, considerando-se o perfil do egresso pretendido pelo curso de graduação em Administração, a visão, missão e valores da FAESB, o perfil do ingresso do aluno do curso de Administração, as tendências do mercado e dos cursos de graduação em Administração e os fundamentos da LDB, dentre outros, busca-se, proporcionar aos estudantes diferentes experiências para desenvolver o estágio curricular supervisionado por meio do Programa de Práticas Empreendedoras, com caráter de análise, diagnóstico e intervenção, a partir das seguintes modalidades:



Para o Estágio NÃO obrigatório – VIDE ANEXO III - REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA – FAESB

1.8.1 Estágio Supervisionado Tipo Pesquisa

O estudante poderá desenvolver o **estágio curricular supervisionado tipo pesquisa** de campo, nas situações em que envolver diferentes tipos de organizações ou tipologias específicas de organizações, bem como a comunidade ou uma determinada empresa. Este tipo de estágio pode abranger desde pesquisa de mercado, pesquisa de clima organizacional, pesquisa de satisfação, pesquisa-ação, dentre outras modalidades de pesquisa, bem como assuntos pertinentes às áreas estratégicas da Administração.

O estágio envolverá a elaboração de um artigo científico que contemple revisão bibliográfica, elaboração de instrumentos de coleta de dados, a coleta de dados, organização das informações coletadas, interpretação das informações coletadas e a elaboração de prognósticos.

O produto deste tipo de estágio será denominado de **Relatório de Estágio Curricular Supervisionado – modalidade Pesquisa**.

1.8.2 Estágio Curricular Supervisionado Tipo Estudo de Caso Avaliativo

O estudante poderá desenvolver o **estágio curricular supervisionado tipo Caso Avaliativo** nas situações em que o mesmo tem por interesse estudar determinado assunto estratégico da Administração em uma determinada empresa. Engloba, dentre outros assuntos, a caracterização da empresa, diagnóstico, análise e a proposta de intervenção.

O estágio envolverá a elaboração de um artigo científico que contemple revisão bibliográfica, elaboração de instrumentos de coleta de dados, a coleta de dados, organização das informações coletadas, interpretação das informações coletadas e a elaboração de prognósticos.

O produto deste tipo de estágio será denominado **Relatório de Estágio Curricular Supervisionado – modalidade Caso Avaliativo**.

1.8.3 Estágio Curricular Supervisionado Tipo Plano de Negócios

O estudante poderá desenvolver o **estágio curricular supervisionado tipo Plano de Negócios** quando o mesmo tem interesse em apresentar uma proposta de constituição de um empreendimento. Este tipo de estágio envolve a realização do diagnóstico setorial e da análise, visando ao desenvolvimento do plano de negócios, dentre outras ações.

O estágio envolverá a elaboração de um plano de negócios que contemple revisão bibliográfica, diagnóstico setorial, elaboração de instrumentos de coleta de dados e análise das informações coletadas.

O produto deste tipo de estágio será denominado de **Relatório de Estágio Curricular Supervisionado – modalidade Plano de Negócios**.

1.8.4 Estágio Curricular Supervisionado Tipo Consultoria

O aluno poderá desenvolver um **estágio curricular supervisionado tipo Consultoria como produto dos trabalhos desenvolvidos junto Núcleo de Práticas Empreendedoras**. Engloba, dentre outros assuntos, a caracterização da empresa, diagnóstico, análise, proposta de intervenção, implantação e de acompanhamento, conforme o caso. Poderá envolver diferentes assuntos estratégicos da Administração ou um determinado assunto.

O estágio envolverá a elaboração dos elementos pré-textuais, revisão bibliográfica, diagnóstico setorial, análise das informações coletadas, bem como a elaboração da proposta de intervenção, implantação e, conforme o caso, de acompanhamento e de avaliação e a elaboração dos elementos pós-textuais.

O produto deste tipo de estágio será denominado de **Relatório de Estágio Curricular Supervisionado – modalidade Consultoria**.

1.8.5 Estágio Curricular Supervisionado tipo desenvolvimento de novos produtos e/ou protótipos

O aluno poderá desenvolver um **estágio curricular supervisionado tipo desenvolvimento de novos produtos e/ou protótipos**. Engloba desde o diagnóstico setorial, a concepção, o desenvolvimento e o lançamento e/ou exposição do produto e/ou protótipo.

O estágio envolverá a elaboração dos elementos pré-textuais, revisão bibliográfica, diagnóstico setorial, concepção do produto e/ou protótipo, o desenvolvimento e o lançamento e/ou exposição do produto ou protótipo, bem como, conforme o caso, a elaboração dos elementos pós-textuais.

O produto deste tipo de estágio será denominado de **Relatório de Estágio Curricular Supervisionado – modalidade Desenvolvimento de novos produtos e/ou protótipos**.

1.8.6 Estágio Curricular Supervisionado tipo pitch para captação de investidores

O aluno poderá desenvolver um **estágio curricular supervisionado tipo pitch para captação de investidores** simulando despertar o interesse da outra parte (investidor ou cliente) para seu negócio. Engloba as informações essenciais e diferenciadas para a tomada de decisão de investimento ou não na proposta.

O estágio envolverá a elaboração das oportunidades do negócio, diagnóstico setorial do mercado de atuação, concepção da solução que será entregue, os diferenciais competitivos, bem como a explanação da proposta indicando o estágio em que se encontra o negócio, o valor do investimento, proposta comercial e protótipo.

O produto deste tipo de estágio será denominado de **Relatório de Estágio Curricular Supervisionado – modalidade Pitch para captação de investidores**.

1.8.7 Avaliação e democratização das informações

Independente da modalidade de estágio curricular supervisionado, a avaliação do relatório de estágios deve ser feita por Comissão integrada por dois ou três professores/tutores da área. Pode envolver a participação de membros externos convidados pelo estagiário e/ou pelo Professor/Tutor orientador e coordenação de estágio.

Visando à democratização das informações, como produto do relatório de estágio, independente da modalidade, o aluno em conjunto com o Professor/Tutor orientador, deve elaborar relatório técnico-científico para fins de publicação no Caderno de Estágios da Faculdade FAESB. Além disso, o estudante será submetido a defesa oral pública na qual fará a exposição das informações do trabalho de estágio para a comunidade acadêmica, empresarial, do entorno e demais interessados.

1.9. Atividades complementares

As Atividades Complementares possibilitam o reconhecimento, por avaliação de conhecimento, habilidades e atitudes do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão à comunidade.

São concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades do curso, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer as competências propiciadas pelo curso.

Atividades Complementares não compreendidas nas atividades previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares, obrigatórios, da matriz curricular do curso, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento



Faculdade de Educação Social da Bahia

pessoal e profissional do futuro profissional. Elas não se confundem com as disciplinas do curso.

Consideram-se Atividades Complementares aquelas promovidas pela Faculdade, ou por qualquer outra instituição, classificadas nas seguintes modalidades:

- I – Grupo 1: Atividades vinculadas ao ensino;
- II – Grupo 2: Atividades vinculadas à pesquisa;
- III – Grupo 3: Atividades vinculadas à extensão;
- IV – Grupo 4: Atividades vinculadas ao serviço comunitário;
- V – Grupo 5: Atividades vinculadas à representação estudantil.

São consideradas atividades vinculadas ao ENSINO, no GRUPO 1, as seguintes:

- I – A frequência e o aproveitamento em disciplinas não incluídas na matriz curricular, oferecidos pela Faculdade, compreendendo a área do curso ou outras áreas do conhecimento;
- II – O exercício efetivo de monitoria na Faculdade, com formalização institucional e exigência de parecer final favorável do docente responsável;
- III – O efetivo exercício de estágio extracurricular em entidade pública ou privada, como processo de complementação da formação do aluno, e mediante comprovação fornecida pela instituição em que o interessado completou a exigência legal do estágio;
- IV – A participação em atividades extraclasses promovidas como parte da formação integral do aluno, seja pela Faculdade ou por outras instituições: semana acadêmica, palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, workshops e eventos similares.

São consideradas atividades vinculadas à PESQUISA, no GRUPO 2, as seguintes:

- I – A participação em projetos institucionalizados de pesquisa como aluno colaborador; a participação em projetos de iniciação à pesquisa, orientado por docente



Faculdade de Educação Social da Bahia

pesquisador da área do curso com ou sem financiamento de instituições públicas ou privadas; ou, ainda, a participação em qualquer outra espécie de projeto de pesquisa acadêmica comprovado;

II – O trabalho de pesquisa e de redação de artigo ou ensaio, publicado efetivamente em jornal ou revista acadêmica, impressa ou eletrônica, do qual será procedida a juntada de documento comprobatório respectivo;

III – A participação em grupos de estudo de temas da área do curso ou afins, coordenados ou orientados por docentes da Faculdade;

IV – A apresentação comprovada de trabalhos ou comunicações em eventos culturais ou científicos, individual ou coletivamente, em semanas de iniciação científica, seminários, e outros, organizados no âmbito da Faculdade ou em outras instituições de ensino superior, ou até mesmo fora do âmbito acadêmico;

V – O comparecimento comprovado a sessões públicas de defesa de monografias, dissertações de mestrado ou de teses de doutorado, na área do curso ou afins, do qual será procedida a juntada de breve relatório.

São consideradas atividades vinculadas à EXTENSÃO, no GRUPO 3, as seguintes:

I – A participação em atividades de extensão acadêmica, promovidas pelas Coordenações de curso da Faculdade;

II – O comparecimento comprovado a eventos científico-culturais, realizados fora do âmbito da Faculdade, mas cujo conhecimento teórico ou técnico seja conexo ao perfil e às habilidades da área do curso.

É considerada atividade vinculada ao SERVIÇO COMUNITÁRIO, no GRUPO 4, a participação efetiva em programas ou projetos de serviço comunitário e ou de promoção social, patrocinados, promovidos ou reconhecidos pela Faculdade.

É considerada atividade vinculada à REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL, no GRUPO 5, o exercício de cargo de representação estudantil em entidade nacional ou



Faculdade de Educação Social da Bahia

estadual, na diretoria do Diretório Acadêmico e ainda nos órgãos colegiados da Faculdade, e nas representações de turma, computado apenas o período em que estiver efetivamente matriculado no curso.

O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a **carga horária mínima de 200 h/a** a serem cumpridas, conforme determinado na matriz curricular do curso.

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias acadêmicas, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino ministrado no curso, que são prioritárias.

A escolha e a validação das Atividades Complementares devem objetivar a flexibilização curricular, propiciando ao aluno a ampliação epistemológica, a diversificação temática e o aprofundamento interdisciplinar como parte do processo de individualização da sua formação acadêmica.

As Atividades Complementares devem ser planejadas conjuntamente pela Coordenação do curso, professores e alunos, semestre a semestre, e podem ser cumpridas, de acordo com os interesses dos alunos e suas vocações, dentro da própria Instituição, ou fora dela.

Para assegurar seu caráter autônomo e flexível, as Atividades Complementares devem ser livremente escolhidas pelo aluno, observando o rol de possibilidades admitidas pela Faculdade. Na execução das Atividades Complementares, o aluno deverá cumprir sempre mais de uma modalidade prevista no Regulamento das Atividades Complementares do curso, visando à diversificação de experiências úteis à compreensão holística da profissão e da formação acadêmica. Para se assegurar a sua diversidade, não será permitido o cômputo de mais de 50% da carga horária exigida em única modalidade.

A programação das Atividades Complementares estará sujeita a validação da Coordenação do curso, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos didático-pedagógicos e profissionalizantes do curso, expressos no Projeto Pedagógico.



Faculdade de Educação Social da Bahia

A validação das Atividades Complementares será requerida pelo aluno, instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação nos eventos extracurriculares.

Serão consideradas válidas, independente de justificção do aluno ou de exame de compatibilidade, as Atividades Complementares oferecidas pela Faculdade, ou por elas referendadas.

O processo de requerimento, comprovação e validação das Atividades Complementares ficará registrado na Coordenação do curso.

O acompanhamento das Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos será exercido por um professor vinculado ao corpo docente da Faculdade, indicado pela Coordenação do curso e designado por ato do Diretor Geral, competindo-lhe:

- I – cumprir e fazer cumprir as normas constantes neste Regulamento;
- II – cooperar com a Coordenação do curso na elaboração de Programas de Atividades Complementares, dando-lhe ampla publicidade aos alunos;
- III – acompanhar e controlar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela Instituição, que visem o aproveitamento como Atividades Complementares;
- IV – apreciar e decidir a respeito da validade de documentos apresentados pelos alunos, que objetivem aproveitamento de eventos externos como Atividades Complementares.
- V – apresentar à Coordenação do curso, Relatório Semestral detalhando as Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos e validadas, acompanhado dos documentos comprovantes da sua realização, com a indicação das cargas horárias e da frequência registrada de cada um dos alunos.

Compete ao Coordenador do curso examinar e aprovar o relatório elaborado pelo professor responsável pelo acompanhamento das Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos, bem como encaminhá-lo à Secretaria Acadêmica, no

prazo estabelecido, para os efeitos de contabilização e de registro nos históricos escolares dos alunos.

Compete à Coordenação do curso a elaboração do Programa de Atividades Complementares, incluindo o elenco de atividades institucionais, devendo ser publicado e distribuído aos alunos no início de cada período letivo.

Independentemente de participar de eventos que forem promovidos ou oferecidos pela Faculdade, compete ao aluno desenvolver esforços para buscar e participar da realização de outros promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados, com vistas à integralização das Atividades Complementares.



Fonte: Sistema acadêmico - Mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, Gestão e aproveitamento

Faculdade de Educação Social da Bahia

VIDE ANEXO IV - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA - FAESB



Faculdade de Educação Social da Bahia

1.10. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC

É fato que uma instituição de Ensino Superior estabelece seu crescimento e qualidade acadêmica a partir de uma longa trajetória e está se faz mediante a construção e arquivamento de sua história.

Desse modo, é de suma importância que os Trabalhos de Conclusão de Curso sejam guardados sistematicamente em um repositório físico e digital na IES, pois eles contarão a história do curso e a trajetória qualitativa da IES com o passar dos anos a partir das trocas de conhecimento e disseminação científica acadêmica.

Além disso, é de suma importância que os próprios alunos tenham os seus trabalhos divulgados digitalmente para consulta por outras IES e alunos, afinal, a ciência e a construção do conhecimento se dá a partir do diálogo e não a partir da investigação e solução solitárias de problemas.

Desse modo, será obrigatório que os alunos aprovados no TCC tenham seus trabalhos físicos depositados na biblioteca, em local apropriado e digitalmente a partir de um repositório de TCC's no site institucional.

OBS* VIDE REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA

Faculdade de Educação Social da Bahia



Fonte: <https://faculdefaesb.com.br/repositorio-faesb/>

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Art. 2º O TCC consiste em uma pesquisa orientada, relatada sob forma de uma monografia ou relatório de pesquisa, podendo ser realizada individualmente ou em grupo de até três alunos.



Faculdade de Educação Social da Bahia

Art. 3º Os objetivos gerais do TCC são os de propiciar ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica e à consulta de bibliografia especializada.

II – DA COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

Art. 4º Compete ao Coordenador de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, no que é pertinente ao TCC:

I – atender aos alunos matriculados nas disciplinas de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso;

II – proporcionar com a ajuda do professor da disciplina Introdução aos Estudos Universitários, orientação básica aos alunos em fase de iniciação do projeto do TCC;

III – DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 5º O TCC é desenvolvido sob a orientação do professor indicado pela Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

IV – DOS ALUNOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TCC

Art. 12. É considerado aluno em fase de realização de TCC, todo aquele regularmente matriculado em qualquer das disciplinas de TCC pertencentes ao currículo pleno dos Curso.

V – DOS PRÉ-REQUISITOS E DAS VAGAS

Art. 14. Para se matricular na disciplina de TCC, o aluno deve ter cursado a disciplina Introdução aos Estudos Universitários, além de ter seu projeto de TCC aprovado pelo Coordenador de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

VI – DAS ETAPAS DO TCC

Art. 15. A elaboração do TCC será realizada durante o tempo previsto no Curso, ou seja, nos dois últimos módulos do respectivo Curso.

VII – DO PROJETO DE TCC

Art. 16. O aluno deve elaborar seu projeto de pesquisa de acordo com este Regulamento e com as orientações do seu professor orientador.

Parágrafo único. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que for aplicável.

VIII – DO RELATÓRIO PARCIAL

Art. 21. O relatório parcial sobre o desenvolvimento do TCC deve conter informações detalhadas acerca das pesquisas e estudos realizados nessa primeira fase.

§ 1º Aplicam-se à avaliação do relatório parcial, no que couberem, os mesmos critérios, notas e conceitos utilizados para a avaliação das demais disciplinas.

§ 2º O aluno que tiver seu relatório parcial reprovado deverá reapresentá-lo, mantendo ou não, a seu critério, o mesmo tema, de forma conclusiva e correta.

§ 3º Havendo a manutenção do tema, a substituição do orientador depende da sua expressa concordância e da aceitação da orientação por outro docente da área específica.

IX – DO TCC

Art. 22. O TCC deve ser elaborado considerando-se:

I – na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem eles aplicáveis;

II – no seu conteúdo, as finalidades estabelecidas neste Regulamento e a vinculação direta de seu tema com as áreas específicas pela sua inscrição nas áreas de conhecimento identificadas pelas disciplinas ofertadas no currículo pleno do Curso.

X – DO CONTEÚDO, DO TAMANHO E DA ENTREGA DO TRABALHO

Art. 25. O trabalho de curso deve o aluno privilegiar temas atuais da realidade brasileira, ter visão interdisciplinar e inovadora e apresentar coerência, coesão, inteligibilidade, fundamentação e capacidade crítica.

Art. 26. O trabalho escrito deve ter de 15 (quinze) a 40 (quarenta) laudas, exceto apresentação e bibliografia.

Art. 27. O autor do TCC deverá assinar Termo de Compromisso de Originalidade, pelo qual declara a ausência de plágio e a autenticidade da autoria.

Art. 28. O aluno deverá entregar seu TCC dentro do prazo estipulado, em três vias impressas e uma via em mídia eletrônica (CD), ou por email, a critério do coordenador de TCC diretamente na Secretaria Acadêmica.

1.11. Apoio ao discente

Programa de apoio extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador de Curso, pelos membros do Núcleo Docente Estruturante, pelos professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno.

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo Coordenador de Curso e pelos professores com jornada semanal específica para atendimento ao aluno. Essa orientação é feita de forma personalizada e individualmente, mediante a prática de “portas abertas” onde cada aluno pode, sem prévia marcação, apresentar suas dúvidas.

Apoio psicopedagógico

Disponibilização aos estudantes de uma equipe de educadores e psicopedagogos, composta por docentes dos cursos da Instituição, para acompanhamento pedagógico e psicopedagógico dos alunos dos cursos de graduação.

A Coordenação de Apoio Psicopedagógico objetiva contribuir para a formação de um ambiente adequado, pressupondo bem-estar e qualidade organizacional/funcional da comunidade acadêmica e administrativa da Faculdade.



Faculdade de Educação Social da Bahia

Este programa de Apoio Psicopedagógico pretende desenvolver nos discentes novos recursos educativos para melhorar a postura acadêmica mais ativa e interagir diretamente com o discente para auxiliá-lo na aquisição de novos hábitos de estudo e novas formas de conduzir o próprio aprendizado ao longo da vida acadêmico-profissional.

Também oferecer, aos docentes, subsídios originários das ciências humanas, psicológicas e da educação para aprimoramento de sua prática pedagógica e qualidade de vida, além de desenvolver um ambiente onde seja possível criar relações com docentes e funcionários da instituição e, principalmente, com alunos dentro e fora de sala de aula.

É importante para o bom rendimento do discente que a escola realize atendimento aos familiares com conhecimento e anuência do discente envolvido, promovendo integração entre as famílias dos alunos.

Com relação aos centros acadêmicos, incentivar o discente a participar das atividades sociais, orientar e apoiar o processo de eleição estudantil.

Programas de acessibilidade

Programa que promove o apoio pedagógico aos alunos por meio de mecanismos de nivelamento (oficinas pedagógicas e monitorias de ensino) que busque, tanto o saneamento de lacunas de aprendizagem da educação básica, como o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem dos acadêmicos no curso de graduação.

Em relação aos alunos portadores de deficiência e/ou mobilidade reduzida advindas de deficiência física, auditiva e/ou visual, o programa tende a minimizar as consequências negativas da deficiência física, auditiva e/ou visual.

O Programa atende às seguintes disposições legais:

- a) Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que refere-se à educação especial como modalidade da educação escolar oferecida para portadores de necessidades especiais. No Art. 58, §1º, assegura serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial;
- b) Decreto nº 3.298/99 – que dispõe sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. No Capítulo VII, Da Equiparação de Oportunidades, Seção II, Educação, no artigo 24, assegura direito à matrícula e no artigo 27, determina que as Instituições de Educação Superior ofereçam adaptações de provas, inclusive em termos de tempo adicional, apoios necessários previamente solicitados aos portadores de deficiência e adaptem, para eles, os seus processos seletivos para ingresso em cursos universitários (Anexo 1);
- c) Lei nº 10.098/00 – que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- d) Lei nº 10.436/02 – que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).
- e) Portaria MEC nº 3.294/03 – que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Essa Portaria, em seu artigo 2º, determina os requisitos de acessibilidade para os portadores de deficiência física (inciso I), para os portadores de deficiência visual (inciso II), e para os portadores de deficiência auditiva (inciso III).

O programa busca atender aos seguintes objetivos:

- Promover a inclusão dos alunos portadores de deficiência e/ou mobilidade reduzida, advindas de deficiências físicas, visuais e auditivas.
- Atender aos requisitos de acessibilidade previstos na Portaria MEC nº 3.294/03 e demais medidas legais.
- Desenvolvimento de ações para atendimento aos requisitos de acessibilidade para alunos portadores de deficiência e/ou mobilidade reduzida:
- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo.
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço.

- Construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas.
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas.
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros.
- Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.
- Desenvolvimentos de ações para atendimento aos requisitos de acessibilidade para alunos portadores de deficiência auditiva:
- Utilização de intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas.
- Adoção do critério de flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.

Atividades de nivelamento e extracurriculares

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, a Faculdade oferece cursos de nivelamento em Língua Portuguesa e em Matemática. Os cursos de nivelamento são oferecidos a todos os alunos do primeiro semestre, logo nas primeiras semanas de aula. São realizados aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

A Faculdade oferece suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso oferecido. Dessa forma, outros conteúdos poderão ser apresentados para nivelamento dos alunos de acordo com as necessidades detectadas pelas Coordenações de Curso, por indicação dos professores.

As atividades de nivelamento e extracurriculares fazem parte do Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante que visa oferecer ao estudante e seus familiares, logo em seu primeiro semestre, orientações sobre os serviços que a Faculdade dispõe e que podem ser um importante apoio à vivência universitária de qualidade. As ações começam no processo de matrícula, com distribuição de *folders* e esclarecimento de dúvidas sobre os serviços de assistência estudantil.

O programa de acolhimento se constitui uma porta de entrada do estudante em diversos serviços e, com isso, contribui de maneira significativa para cumprir os

principais objetivos da assistência estudantil, combater a evasão e o baixo desempenho acadêmico.

A programação visual de acolhimento aos alunos, desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Integrada, que inclui banners, volantes, faixas e outros materiais visuais também contribui para a ambientação dos estudantes nos espaços acadêmicos.

Adiciona-se a estas ações a realização de um encontro prévio com os alunos ingressantes, num dia antes do início regular das aulas, envolvendo outros profissionais da Instituição, a representação estudantil e alunos bolsistas, onde é ministrada uma palestra inicial e uma visita orientada ao campus para apresentação de todos os setores e seus responsáveis e demais dependências.

Diante disto, o programa de acolhimento ao aluno ingressante nas suas especificidades propõe as seguintes ações:

- Ajudar na superação das dificuldades de aprendizagem, como forma de promover o êxito e permanência. Objetiva minimizar deficiências em relação à aprendizagem de conteúdos fundamentais da Educação Básica;
- Manter comunicação com a família do estudante ingressante, sobre a importância do acompanhamento familiar para o sucesso acadêmico;
- Acolher os alunos ingressantes (por processo seletivo ou por transferência) de forma a dar-lhes as boas vindas, possibilitar-lhes um contato direto com os dirigentes da Instituição e do curso, o conhecimento da missão institucional e do seu papel na Educação Superior, o conhecimento do campus e dos próprios alunos ingressantes na concretização dessa missão;
- Divulgar aos alunos ingressantes os aspectos fundamentais do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em que ingressaram, permitindo-lhes a aquisição de uma visão de sua totalidade;
- Integrar os acadêmicos ingressantes à rotina universitária e adaptá-los ao clima de trabalho por ela mantido.

Programas de monitoria

A Monitoria deve cumprir sua finalidade consoante os princípios norteadores de sua criação legal e as regras institucionais, a saber:

- Despertar no discente o interesse pela prática pedagógica, nos cursos de graduação, no compartilhamento de experiências do processo de ensino aprendizagem, de formação integral e autônoma na construção do conhecimento e no desenvolvimento de disciplinas práticas, disciplinas com um

número elevado de alunos e disciplinas com alto índice de dificuldades que geram reprovações, regularmente descritas em projeto aprovado pela Diretoria, com a devida justificativa da necessidade de Monitor;

- Estimular no discente o interesse de continuar com os estudos após a graduação, fazendo com que ele seja protagonista de sua história e do seu grupo, interagindo para a docência superior;
- Assegurar a transmissão da filosofia educacional e das linhas de pesquisa a novas gerações.

A Monitoria é exercida, única e exclusivamente, em ambiente acadêmico no campus ou em áreas afins à atividade, e necessária ao cumprimento das atribuições do Monitor.

A duração máxima do exercício da Monitoria será de um semestre, renovável uma única vez pelo mesmo período, mediante avaliação e recomendação do Professor Orientador.

Compete ao Monitor, respeitado o projeto de Monitoria, dentre outras tarefas designadas pelo Professor Orientador da disciplina:

- Colaborar nas aulas, seminários, eventos científicos e acadêmicos, trabalhos práticos e de laboratórios ou ateliês.
- Assistir o professor na orientação de alunos, esclarecendo e auxiliando os estudantes nas atividades realizadas em classe e/ou em laboratórios e em pesquisas.
- Selecionar bibliografia e elaborar pesquisas na área da disciplina ou do projeto.
- Promover as ações necessárias ao cumprimento e desenvolvimento do projeto a que se encontrar vinculado.
- Auxiliar o professor na elaboração de listas de exercícios e trabalhos complementares.
- Dirimir as dúvidas dos alunos quanto aos exercícios e trabalhos complementares.
- Dar assistência ao professor na coleta de dados e informações que possam contribuir para a elaboração das atividades em sala de aula e extraclasse.
- Disponibilizar um horário específico para plantão de dúvidas.
- Apresentar, ao término da Monitoria, relatório das atividades desenvolvidas, em que conste avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que desenvolveu suas atividades.
- Desenvolver outras atividades inerentes às funções de Monitor, sob a orientação do professor a que se vincula a disciplina.



Faculdade de Educação Social da Bahia

Programa de Nivelamento

Há que se destacar também que em atendimento às Políticas de Atendimento ao Discente exigidas pelo Ministério de Educação (MEC) através do artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, o núcleo será responsável por ofertar na IES o nivelamento acadêmico.

Trata-se de um processo que se constitui em buscar, a partir da análise de dados do vestibular e do andamento das primeiras aulas, suprir as possíveis deficiências acerca de conhecimentos necessários para a integração ao Ensino Superior que deveriam ter sido supridos no Ensino Básico.

O Núcleo organizará as aulas de Nivelamento nas disciplinas em que os alunos apresentarem defasagem de aprendizagem. Vale destacar que todo o processo e as perspectivas acerca do nivelamento acadêmico deverão ser delineados em um Projeto/Regulamento proposto pelo Núcleo.

O Programa de Nivelamento é um dos programas de apoio aos discentes mantidos pela IES que propicia ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

Há que se destacar que, apesar ser ofertado a todos os ingressantes, o aluno terá o direito de solicitar uma avaliação de proficiência dos conhecimentos básicos do nivelamento, antes do início do semestre e, a partir disso, ser dispensado de frequentar essas aulas.

Os conteúdos do Nivelamento são estabelecidos a partir dos resultados globais de cada vestibular, bem como, quando necessário, a partir de prova de conhecimentos gerais. O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a



Faculdade de Educação Social da Bahia

apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Dessa forma, durante o primeiro semestre são oferecidos cursos nas seguintes áreas:

- Matemática e Raciocínio Lógico;
- Língua Portuguesa;
- Informática

A FAESB procura lidar sempre com a realidade de deficiências advindas do Ensino Básico, haja vista a maior parte de seus alunos serem provenientes de escolas públicas, e institui para seus alunos, esse programa que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação.

Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os acadêmicos a realizar um curso superior com maior qualidade. Há que se destacar que o programa de nivelamento não pode ser utilizado para validar as Atividades de Complementação Profissional.

São objetivos do Programa de Nivelamento:

- Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior;
- Possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;
- Revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.

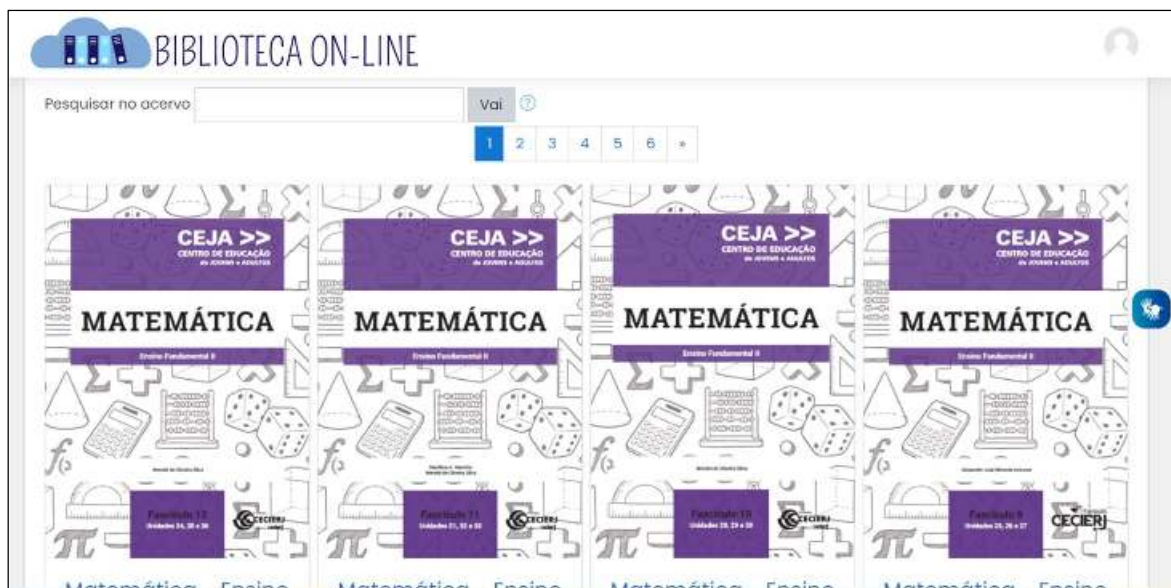
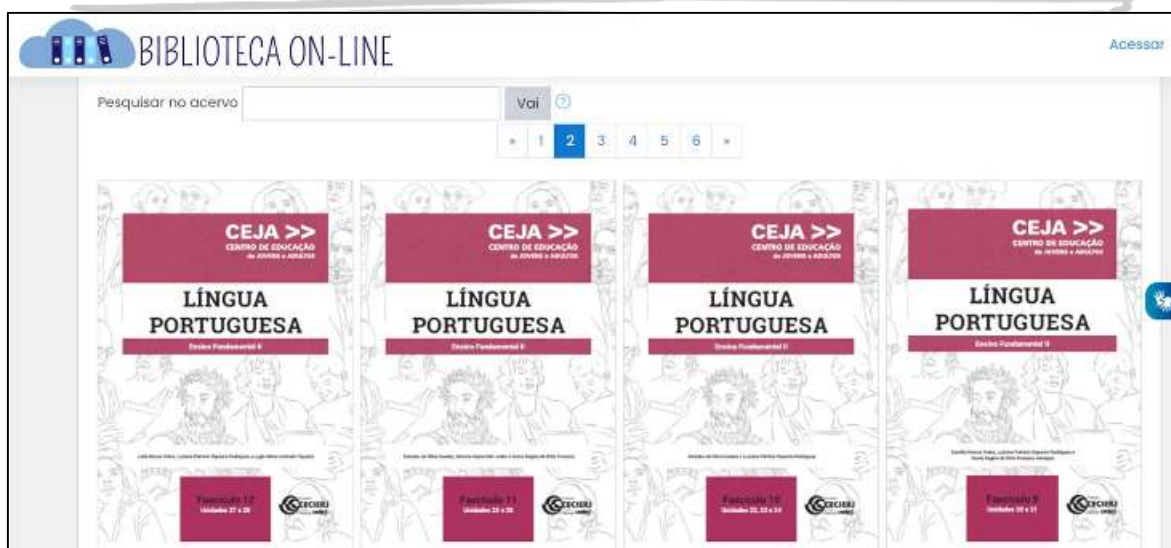
O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa frequentar mais de uma disciplina. Os cursos de nivelamento devem ser ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos. Para tal, as aulas de nivelamento já são estipuladas em Calendário Acadêmico e disponibilizadas aos sábados e/ou contra-turnos.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:

- Condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- Elaboração e aplicação de testes de aprendizado;
- Esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- Verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas.

O programa será oferecido com caráter opcional. O aluno não tem qualquer compromisso em realizar os testes, nem frequentar as aulas do programa. A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, alunos ou pelo coordenador de curso.

Conteúdo didático de apoio ao estudo: O aluno encontra na plataforma da Biblioteca on-line da CURATORIA EDITORA os livros de apoio ao estudo do Nivelamento, conforme telas abaixo:



Fonte: <https://bibliogratiuita.curatoriaeditora.com.br/>

Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científicas didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural



Faculdade de Educação Social da Bahia

As ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas (científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural) são realizadas de forma pontual, de acordo com as áreas de atuação das unidades. A Faculdade pretende empreender uma Editora com as seguintes funções:

- a) difundir, pela coedição ou reedição de obras de significativo valor científico, tecnológico e cultural, o conhecimento produzido na Faculdade ou na sociedade;
- b) promover intercâmbio com outras editoras universitárias, com o sistema de bibliotecas e com entidades congêneres;
- c) estimular, sobretudo na comunicação universitária, a produção, circulação e a tradução de obras de interesse científico, cultural e didático;
- d) editar materiais gráficos e não gráficos aprovados pelo Conselho Editorial;
- e) publicar prioritariamente os trabalhos de conclusão de curso relevantes e as dissertações e teses dos docentes da instituição, revistas temáticas, publicações específicas de interesse institucional, além de dar suporte a outras produções originárias de pesquisa, ou obras de relevância artística e cultural;
- f) promover concursos, eventos, reuniões científicas e culturais;
- g) consultadas as devidas instâncias, filiar-se a associações de classe nacionais e internacionais.
- h) Apoio financeiro para difusão de ações de produção acadêmica. As Coordenações dos cursos deverão encaminhar as solicitações à Diretoria Geral, que submeterá o pleito à Mantenedora. Estão habilitados ao auxílio, estudantes regularmente matriculados. Documentos necessários:
 - i) carta de solicitação do estudante ao Coordenador do curso;
 - j) documento de aceitação do artigo ao evento científico;
 - k) cópia do folder do evento, contendo local, data do evento e instituição/órgão promotor do evento;
 - l) cópia do trabalho aceite, a ser apresentado no evento;
 - m) formulário preenchido;
 - n) comprovante de matrícula.

A Faculdade editará periódicos próprios para divulgação de trabalhos científicos dos alunos, dos professores e pesquisadores da instituição e de outras Instituições de ensino; promoverá Seminários para apresentação de trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, de professores e alunos, com publicação dos resumos em Anais.

A FAESB perseguirá os seguintes objetivos e metas para ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas:

- Implantar e difundir a Produção Acadêmica.
- Registrar e manter atualizado 100% dos Currículos Lattes dos servidores de nível superior.
- Produzir material didático-pedagógico articulado às áreas de atuação dos cursos.

Participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas)

Programa que visa garantir a participação dos estudantes de cursos de graduação e pós-graduação em diversos tipos de eventos para apresentarem trabalhos que estejam em desenvolvimento.

O Programa de Participação de Eventos Acadêmicos é um programa de apoio à participação e organização de eventos acadêmico-científico-culturais, tais como: congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas, oficinas, semanas de estudos, jornadas, exposições, colóquios, mini-cursos, painéis e fóruns, entre outros, e visa subsidiar as atividades acadêmico-científico-cultural.

As propostas deverão ser aprovadas pelos respectivos colegiados de cursos e poderão ser submetidas pelos interessados, grupo de alunos sob a coordenação de um professor, e professores do curso com participação de alunos na organização do evento. A aprovação será pela Mantenedora, mediante disponibilidade orçamentária.

Programa de Assistência Financeira

Programa voltado, especialmente, para o aluno carente, oferecendo os seguintes tipos de bolsas:

- Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior – Fies: a instituição se cadastrará no Fies e oferecerá, anualmente, cotas de financiamento aos estudantes por meio deste programa oferecido pelo governo federal;
- Programa Universidade para Todos – PROUNI/FIES: a instituição se cadastrará no PROUNI/FIES e oferecerá, em parceria com o Governo Federal, bolsas parciais e integrais aos estudantes carentes por meio deste programa;

- Outros instrumentos de bolsas da própria instituição, em convênio com os governos estadual e municipal e empresariado local.

Os Meios de Comunicação e Informação

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e, além disso, outras ações, tais como:

- a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação;
- b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site;
- c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos;
- d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição;
- f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

1. Comunicação através do portal do aluno:



Fonte: <http://educacional.usecerbrum.net/home.aspx#comunicacaoInterna>

2. Comunicação através do canal no Youtube – TV FAESB:

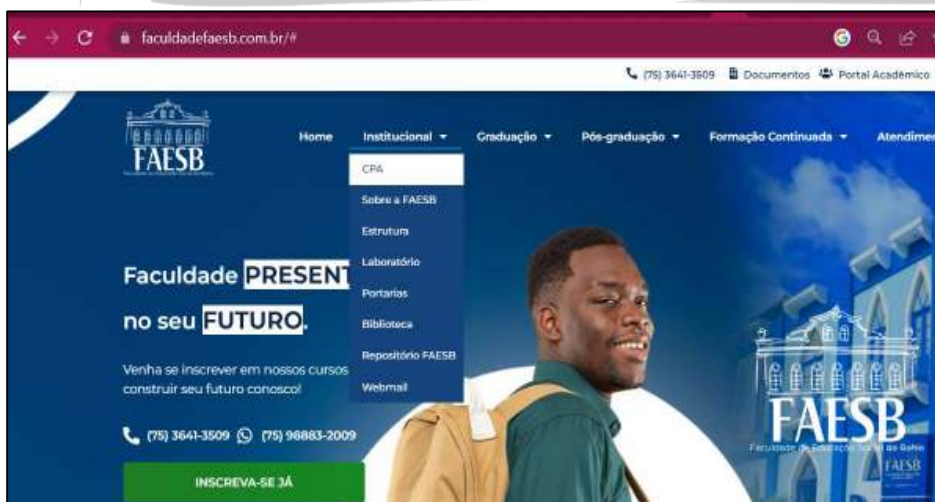


Faculdade de Educação Social da Bahia



Fonte: <https://www.youtube.com/@faculdefaesb5193/videos>

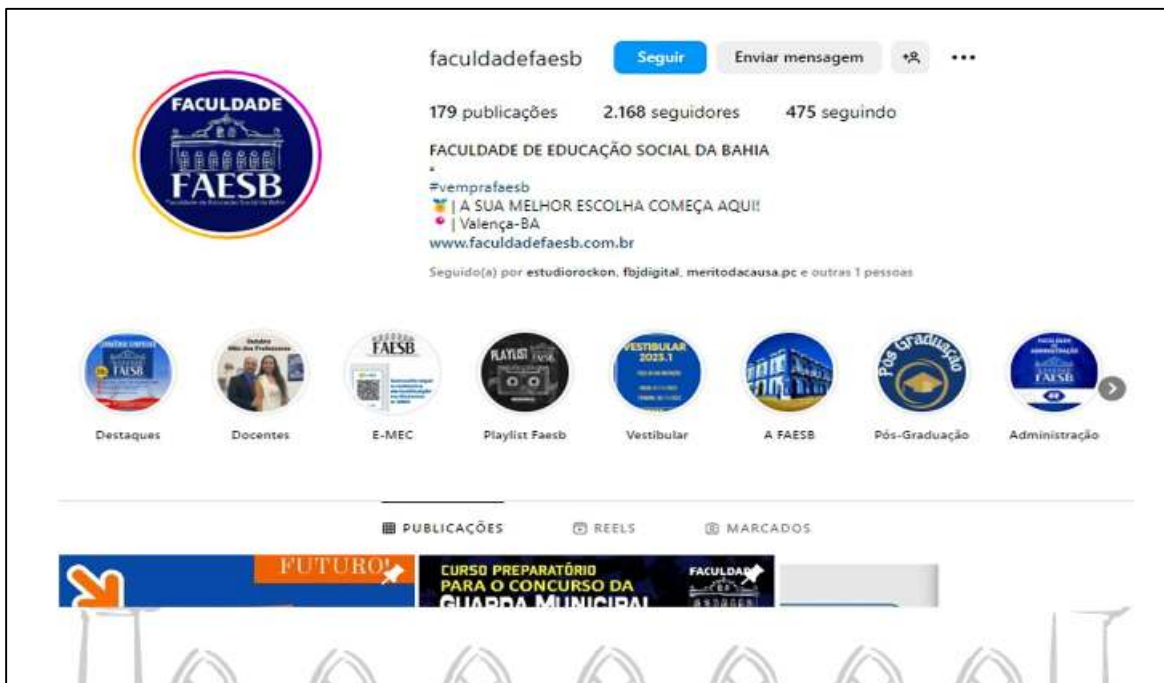
3. Comunicação através do site:



Fonte: <https://faculdefaesb.com.br/>

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdefaesb@gmail.com

4. Comunicação através do canal no Instagram:



Fonte: <https://www.instagram.com/faculdefaesb/>

Atendimento Prioritário

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário;
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados;
- c) Preferência no atendimento.

Tratamento Especial

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso, o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

- a) Pessoa com deficiência, com afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes e que a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico, incluindo, entre outros, os quadros de síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, convalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;
- b) Alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado à instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

1.12. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

O Projeto Pedagógico do Curso é analisado constantemente a luz da legislação vigente e das recomendações das portarias e regulamentações relacionadas ao curso.

No âmbito acadêmico, a constante avaliação crítica e contextualizada dos conteúdos curriculares e sua atualização sejam por meio da Comissão Permanente de Avaliação, pela Ouvidoria da Faculdade ou sugestão de docentes por meio do **NDE**, geram reflexões e alterações para uma melhor adequação de conteúdo, carga horária, metodologia ou bibliografia.

A faculdade também capacita seus docentes com oferta constante de cursos e oficinas regulares de discussão e aprofundamento do processo de ensino-aprendizagem e a atualização por meio de cursos de capacitação e Pós-graduação *latu sensu*.

Dentre as ações que podem decorrer do processo de avaliação do curso, destaca-se:

- Intensificação do programa de formação continuada e qualificação docente;
- Mais envolvimento do corpo docente na elaboração e revisão do projeto pedagógico;
- Revisão de critérios para a formação do quadro docente;
- Busca constante de métodos inovadores que qualificam o ensino e da pesquisa;
- Melhorias na infraestrutura disponibilizada aos docentes e discentes;
- Intensificação no relacionamento entre a direção e os representantes estudantis.

A avaliação docente deve ser encarada como um processo de melhoria contínua do ensino-aprendizagem e um instrumento para alcançar uma elevada qualidade na formação profissional e pessoal. É importante respeitar o ser humano que está sendo avaliado, e promover mudanças para atingir os objetivos desejados.



Faculdade de Educação Social da Bahia

Gestão do curso e o Sistema de avaliação

A avaliação do curso será realizada de forma participativa, coordenada pela comissão própria de avaliação, que contará com o auxílio de monitores para o tratamento dos dados.

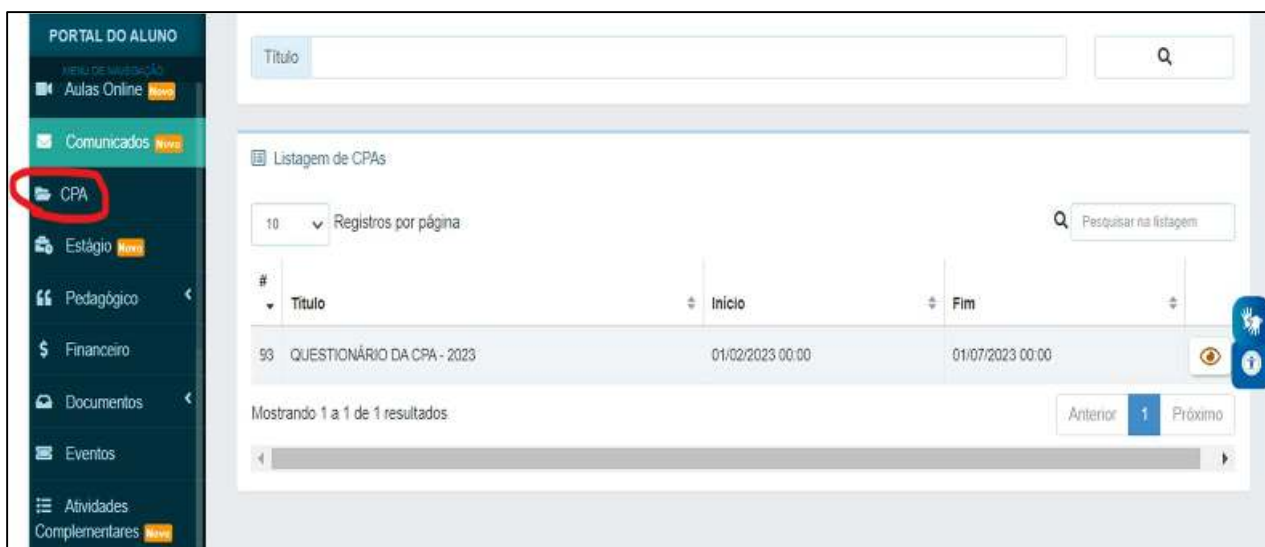
Serão enfocados os aspectos qualitativos com a preocupação de avaliar continuamente o processo desenvolvido pelo curso, incluindo a adequação do projeto pedagógico do curso, para atendimento do disposto no art. 3º do Inciso VIII da Lei 10.861, de 14.04.2004, envolvendo a opinião dos alunos, dos professores, do corpo técnico-administrativo e da comunidade.

Os alunos avaliarão o desempenho dos docentes em sala de aula, a didática e metodologia, o planejamento das aulas e os critérios de avaliação do ensino aprendizagem; o trabalho da coordenação e do colegiado do curso, o atendimento às demandas dos alunos; avaliarão também o corpo técnico administrativo, o atendimento, o apoio técnico, os registros acadêmicos; avaliarão a alta direção da instituição, o cumprimento dos compromissos assumidos com o MEC, o reconhecimento do curso e sua inserção no mercado de trabalho.

Os docentes avaliarão os alunos, sua participação em sala de aula, a frequência às aulas, o desempenho nas avaliações; o trabalho da coordenação e do colegiado do curso, o apoio ao docente; avaliarão também o corpo técnico administrativo, o atendimento, o apoio técnico, os registros acadêmicos; avaliarão a alta direção da instituição, o cumprimento dos compromissos trabalhistas e o apoio à capacitação docente.

O corpo técnico administrativo avaliará os alunos, o relacionamento com os funcionários da casa, comportamento no interior da instituição e cumprimento de suas responsabilidades; o trabalho da coordenação e do colegiado do curso, os registros das decisões sobre os alunos, a entrega das pautas em tempo hábil.

Concluída a aplicação dos instrumentos, os dados serão tratados, analisados e categorizados e posteriormente levados aos professores e demais atores do processo.



Fonte: Sistema Acadêmico CERBRUM - <http://educacional.usecerbrum.net/home.aspx#cpa>

1.13. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem, conforme o PPC.

As modernas tecnologias de informação e comunicação são ferramentas para a promoção do desenvolvimento curricular, integração interdisciplinar e transdisciplinar, elaboração de recursos educativos digitais e a sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem.

Com o apoio dessa importante ferramenta a IES incentiva seus docentes a produzirem material de apoio ao ensino e sua disponibilização on-line, potencializando o processo ensino-aprendizagem, incentivando o trabalho colaborativo em rede, oportunizando o tratamento das competências transversais, a realização de tarefas de forma autônoma e ainda a inclusão de novas áreas curriculares não disciplinares.

O uso de softwares interativos, disponibilização de conteúdos on-line e outros recursos contribuem para a promoção de interação, prendem a atenção do aluno e tornam a aula mais interessante e produtiva, contribuindo assim para o processo de ensino-aprendizagem.



Faculdade de Educação Social da Bahia

A estrutura física de Tecnologia da Informação da IES está disponibilizada no laboratório de informática, com acesso à internet.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC’S.

Sabedora da necessidade da inclusão digital em razão das necessidades da sociedade globalizada, os cursos de graduação da FAESB oferecem, além das aulas práticas no laboratório de informática, os serviços de tecnologia da Informação a partir do uso excepcional do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem.

O ambiente é instalado e utilizado tanto para a constituição de atividades de extensão, necessárias para o cumprimento das Atividades Teórico-Prática de Aprofundamentos, como nas disciplinas do curso como ferramenta de ensino-aprendizagem. Trata-se da Plataforma *Moodle*, *software* livre utilizado pelas maiores universidades do mundo como ambiente virtual de aprendizagem. O AVA está disponível para acesso por todos os alunos da IES.

Ademais, ainda são utilizados os recursos do Canal do Aluno, espaço onde professores e alunos podem trocar informações e materiais.

Para atender a essas ações, a FAESB disponibiliza recursos de informática aos seus discentes em laboratórios e na biblioteca.

As necessidades de recursos de hardware e software serão implementadas de acordo com as necessidades do curso.

Todos os laboratórios atendem às aulas e também às atividades de monitorias. Os alunos possuem acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores (estagiários alunos).

Além dos diferentes softwares, disponibilizam-se também acesso à Internet através de wireless em todo o ambiente da IES.

1.14. Procedimentos ou Sistema de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Além das autoavaliações do curso que possibilitam conhecer a percepção dos alunos acerca do ensino-aprendizagem, a FAESB optou pela avaliação do ensino-aprendizagem por disciplina.

Vale ressaltar que o Curso está sempre atento aos procedimentos de avaliação externos, como o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tanto, o curso indica aos professores que sejam contemplados os conteúdos nas avaliações no formato semelhante ao exigido pelo ENADE.

A avaliação da aprendizagem obedece a normas específicas, estabelecidas pelo Regimento Geral da FAESB (Disponível no site <https://faculdefaesb.com.br/>), de acordo com a forma de organização dos cursos, ou seja, neste caso, por disciplinas.

A avaliação do rendimento escolar do aluno da FAESB é realizada em cada disciplina ou atividade acadêmica, no decurso do período letivo, abrangendo diferentes ações ou iniciativas didático-pedagógicas.

Compete ao professor da disciplina determinar a natureza e a forma dos trabalhos acadêmicos, bem como julgar-lhes os resultados.

Os trabalhos acadêmicos, em número mínimo de 2 (dois) por semestre, visam a avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e constam de participação em seminários, pesquisas, etc. e outras formas de verificação previstas no plano de ensino de cada disciplina.

Essas atividades acadêmicas devem constituir 40% do rendimento acadêmico do aluno no semestre.



Faculdade de Educação Social da Bahia

Além disso, serão feitas duas avaliações formais por semestre, cada uma constituindo 60% do aproveitamento total das disciplinas.

Vale destacar que componentes curriculares como as Atividades de Complementação Profissional, Práticas Interdisciplinares, TCC e Estágios Projetos, não são passíveis dessas verificações de rendimento supracitadas, ficando a cargo do professor determinar a melhor maneira de avaliar semestralmente os alunos.

A cada verificação de aproveitamento semestral do aluno é atribuída uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Atendidas as perspectivas do plano de ensino, é aprovado:

- I. independentemente de prova final, o aluno que obtiver, no mínimo, média 7 (sete) nas provas e demais atividades solicitadas como avaliação nas disciplinas do currículo;
- II. mediante exame final, o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento durante o período letivo inferior a 7 (sete) e não inferior a 4 (quatro), obtiver nota final não inferior a 5 (cinco), correspondendo está a média ponderada entre a nota de aproveitamento e a nota do exame final, tendo a primeira peso 2 (dois) e a segunda peso 1 (um).

Do exame final constarão, obrigatoriamente, todos os conteúdos programáticos do semestre.

O aluno reprovado por não ter alcançado a nota mínima exigida, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de aproveitamento estabelecidas no Regimento.

1.14.1. A Avaliação e a Autonomia do Aluno

Conforme especificado acima, 40% do peso avaliativo de cada semestre é estabelecido a livre escolha do professor que é o gestor da disciplina ou componente curricular. Neste sentido, há considerável espaço nas regras estabelecidas pela IES para que o professor possa desenvolver procedimentos avaliativos em que coexista a participação ativa dos alunos no processo, como seminários e apresentação de trabalhos.

Além disso, deve-se considerar que o NDE do curso tem plena consciência de que não deve ser dissociada a metodologia de aprendizado do processo avaliativo. Com isso, a regra já apresentada no capítulo sobre a metodologia configurada a partir das aulas invertidas ou *flipped classroom* são essencialmente interligadas: no momento em que o professor determina o estudo individual pelo aluno antes da explicitação ou exposição dos conteúdos pelo docente, já se configura ali uma abertura para que a avaliação possua um nível satisfatório de autonomia do aluno.

O NDE parte do princípio de que a palavra autonomia significa faculdade de se governar, caminhar por sua própria vontade, o que nos leva a pensar num modelo de administração do aprender por parte do aluno, do tempo e espaço (autogestão) durante a vida acadêmica dos estudantes, e quando se refere ao aprender pelo sistema de aulas invertidas, o sujeito que possui autossuficiência tem mais possibilidade de lograr êxito.

O aluno enquanto gestor dos seus estudos caminha sozinho, com seus próprios pés, enfrentando os desafios e descobertas que estão ali diante de si, o que não significa deixá-los sentirem-se abandonados pelo professor ou incapazes de seguir a frente, esse poder de gerir seu próprio estudo é um fator preponderante, posto que, a avaliação deve ser vista e colocada em prática como uma ferramenta que visa o avanço e o melhoramento do processo ensino e aprendizagem, e para isso deve-se

dar relevância para as atividades que apontam e exercitam para a conquista da autonomia, permitindo aos envolvidos neste artifício uma postura proativa.

1.14.2 A avaliação e a Disponibilização de Informações aos Discentes e o Planejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem

Para que os alunos possuam a autonomia avaliativa citada na seção anterior, faz-se necessário que exista, por parte dele, um entendimento pleno acerca dos objetivos das aulas invertidas, dos trabalhos diferenciados de avaliação como seminários, pesquisas etc.

Nesse sentido, o NDE estabelece que a obrigatoriedade no curso de entrega e discussão do plano de ensino para os alunos, afinal somente a partir de tal prerrogativa poder-se-á constituir uma relação de autonomia avaliativa plena.

Ademais, essa perspectiva se estabelece como a concretização do que inferimos em outros momentos do Projeto Pedagógico: a necessidade de indissociabilidade entre a metodologia e o processo avaliativo.

Da mesma forma, é necessário que a cada trabalho realizado em sala de aula, os alunos sejam informados sobre os objetivos da sua aplicação, bem como de ampla discussão individual, quando necessário, do conceito inferido pelo professor ou medição do conhecimento atingido pelo aluno.

Somente desse modo, a avaliação não é considerada simplesmente uma medidora da aquisição de competências e habilidades do aluno, para ser uma ferramenta de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, um plano de ensino também não pode ser completamente engessado, mas dar vazão para que os professores possam durante o semestre letivo

reavaliar suas ações de modo a planejarem e replanejarem a eficácia ou não das ferramentas avaliativas e poder modificá-las sempre que necessário.

1.15. Número de vagas

A Faculdade está solicitando 200 vagas anuais para o curso de administração. A Faculdade ofertará as vagas em sede própria. Sempre que surgir a necessidade, novas salas aulas, amplas e arejadas, serão construídas. O espaço físico é amplo, corpo docente de excelente qualidade; biblioteca ampla e bem suprida.

(VIDE ANEXO VIII - RELATÓRIO DE ESTUDO DAS VAGAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO)

1.15.1 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente

Para a captação e adequação das vagas ao corpo docente disponível, o NDE e a gestão da FAESB estabeleceram os seguintes procedimentos:

QUALIDADE E PERFIL DO CORPO DOCENTE:

a) Estudo do perfil de professores da área disponíveis na Região de Valença - BA;

- Professores que já ministraram aulas em outras IES;
- Professores que possuam titulação mínima de especialização;
- Professores inseridos no mercado de trabalho.



Faculdade de Educação Social da Bahia

- b) Preferência por professores que unam a academia ao mercado de trabalho, ou seja, professores que tenham experiência prática em suas profissões, no que concerne ao componente curricular a ser ministrado no curso;
- c) Preferência por professores que tenham total aderência em suas formações no que diz respeito aos componentes curriculares que ministrarão no curso;
- d) Preferência por professores que unam os itens a e b com uma titulação *stricto sensu*;
- e) Professores que tenham carga horária disponível acima das horas de suas disciplinas para a ocupação de afazeres extra aulas como a gestão de núcleos e coordenações como estágio, TCC, Atividades de Complementação Profissional etc.;
- f) Professores que venham de municípios próximos de modo que as atividades na IES não tenham contratempos com longos deslocamentos;
- g) Professores com experiência de magistério superior em outras IES;
- h) Professores que tenham carga horária disponível para assumir disciplinas com o crescimento do curso e a relação de vagas anuais.

QUANTIDADE

- a) Número de professores que além de possibilidade de disciplinas do curso em tela, também possam assumir disciplinas em outros cursos da IES. Essa ação é imprescindível para que o professor tenha um salário maior na FAESB do que em outras IES que venha a ofertar seus serviços e assumir relativa quantidade de vagas.
- b) Número de professores suficiente para atender ao NDE do curso e ao Colegiado, indiferente ao número de vagas a ser ofertado.

c) Número de professores suficiente para atender aos dois primeiros anos do curso, considerando o número de vagas e o número de professores disponíveis no mercado.

d) Número de professores suficiente para atender à oferta semestral de suas disciplinas, dada a perspectiva de vagas com duas entradas anuais via processo seletivo. Por exemplo, se o professor ministra uma disciplina no primeiro semestre, a mesma disciplina será ofertada no segundo semestre com uma nova entrada de turmas.

e) Número de professores suficiente para atender às cargas horárias parcial e integral para formação de NDE's, atendimento de núcleos etc.

De posse dos dados acima, o NDE determinou a continuidade da possibilidade de oferta de vagas anuais no curso, considerando o número de professores disponíveis e aqueles que podem se deslocar de lugares mais distantes como na Região. Essas perspectivas aqui discriminadas estão disponíveis no relatório do NDE acerca da adequação do corpo docente para o curso.

Deve-se ressaltar que os estudos tiveram a participação da comunidade acadêmica (coordenadores de curso, gestores e funcionários).

1.15.2 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica

Para determinar as 200 vagas estipuladas para o curso, o NDE constitui o seguinte processo:

QUANTIDADE E QUALIDADE

a) Conforme a necessidade de infraestrutura foi-se definindo a qualidade das salas de aula e dimensões capazes de atender as vagas do curso.

- b) A disponibilidade de espaço da biblioteca e a quantidade de bancadas e computadores também determinou o número de vagas passíveis de ser solicitadas.
- c) A quantidade de livros passível de ser adquirida pelo orçamento da mantenedora também influenciou o número de vagas a ser solicitado.
- d) As dimensões do prédio no que tange à circulação de alunos determinou o número de vagas solicitadas.
- e) O número de salas de aula disponibilizadas para o curso, considerando os dois primeiros anos de oferta determinaram o número de vagas solicitadas.
- f) A relação entre o espaço do terreno e a necessária ampliação para os anos seguintes do curso (após o quarto semestre de oferta) impactaram também sobre a escolha do número de vagas ofertada.

Deve-se destacar que o estudo acima só se tornou possível a partir da projeção da mantenedora para todos os espaços da IES, tanto no projeto do prédio, quanto do orçamento passível de ser investido no curso.

1.16. Responsabilidade social

A FAESB nasce com uma relação de pertencimento ao município de **Valença**, na Bahia, e a compreensão de que pode ser a locomotiva que vai guiar as ações sociais de responsabilidade na região.

Está assumindo o “compromisso contínuo de atuar de forma ética e contribuir para o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida

dos funcionários e suas famílias, bem como da comunidade local e da sociedade com um todo”, de acordo com a definição do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council on Sustainable Development).

Comunidade acadêmica x responsabilidade social

A Faculdade assume o compromisso de desenvolver atividades que envolvem a comunidade acadêmica no trabalho voluntário, bem como atuar para que alunos, professores e funcionários atuem em ambiente de respeito e colaboração mútua para alcançar as seguintes finalidades:

- Incentivo aos colaboradores para acesso aos cursos da Faculdade;
- Capacitação constante a colaboradores de todos os níveis;
- Apoio à erradicação do trabalho infantil;
- Extenso elenco de eventos culturais abertos à comunidade local e regional;
- Campanhas educacionais de preservação do meio ambiente;
- Seminários/fóruns sobre Meio Ambiente.

Parcerias e contribuição para a concepção

No mundo do compartilhar e curtir as parcerias institucionais se consolidaram como cultura padrão e na FAESB busca-se contribuir para conceber:

- Desenvolvimento de programas e parcerias com órgãos públicos, instituições sociais, igrejas e demais segmentos da sociedade;
- Criação de um projeto permanente de Ação Voluntária dos Estudantes, envolvendo toda a comunidade universitária.

Planejamento e atividades educacionais

Planejar é pensar antes de agir. As atividades educacionais têm se tornado cada vez mais presentes com mais força no ensino superior e incluem ludicidade e

fluidez nas tarefas relacionadas ao aprendizado para gerenciar a permanência e desenvolver alguns aspectos, a saber:

- Investir no nivelamento dos alunos;
- Capacitar um funcionário para auxiliar os alunos a se cadastrarem em projetos que envolvem bolsas de estudo, restituível e não restituível;
- Investir num projeto de monitoria e acompanhamento sistemático dos alunos com dificuldades em todas as disciplinas.

Associa-se a isto, a possibilidade de incrementar essas ações ao assumir compromissos de abrangência internacional tais como:

- Respeitar e proteger os direitos humanos;
- Impedir violações de direitos humanos;
- Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
- Abolir o trabalho forçado;
- Abolir o trabalho infantil;
- Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;
- Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- Promover a responsabilidade ambiental;
- Encorajar tecnologias que não agredem o meio ambiente;
- Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.
- Acabar com a fome e a miséria;
- Educação de qualidade para todos;
- Igualdade entre sexos e valorização da mulher;
- Reduzir a mortalidade infantil;
- Melhorar a saúde das gestantes;
- Combater a AIDS, a malária e outras doenças;
- Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

1.17. Participação dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC

Os documentos da instituição – PPC e PDI – demonstram sobejamente a participação dos discentes no acompanhamento, na avaliação do PPC e a atenção dada pela Faculdade.

Oportunidades diferenciadas de integralização do curso

No item 4.3.7 do PDI, ao tratar das oportunidades diferenciadas de integralização do curso assegura que os discentes devem acompanhar critérios para análise de solicitação de integralização curricular atentando para os dispositivos da legislação educacional que prevê o período mínimo e máximo de permanência nos diferentes cursos da IES.

Também os discentes devem seguir o Coeficiente de Progressão para acompanhar a quantidade de créditos cumpridos e a relação com o total exigido para integralização do currículo.

Participação no Conselho Superior-Acadêmico

O Conselho Superior-Acadêmico, foro de importantes decisões sobre o PPC, é integrado por um representante do corpo discente.

O Colegiado de Curso, por sua vez, foro de decisões sobre o PPC e seus ajustes, é composto também por um representante do Corpo Discente, indicado pelo Diretório Acadêmico após eleição entre seus pares.

Compete ao Colegiado do Curso, entre outras atribuições:

- Aprovar os planos de ensino dos professores;
- Deliberar sobre atividades didático-pedagógicas e disciplinares do curso e proceder a sua avaliação periódica;
- Deliberar sobre projeto pedagógico do curso, observando os indicadores de qualidade institucionais e os definidos pelo MEC;
- Analisar e decidir pleitos de aproveitamento de estudos e adaptação de disciplinas, mediante requerimento expresso dos interessados, encaminhados pela Secretaria Acadêmica;

Autoavaliação

A autoavaliação será feita, considerando os atores envolvidos: docentes, discentes, e pessoal técnico-administrativo, além de egressos desta IES, quando for o caso, e membros da comunidade externa.

Gestão do Curso e a Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA será composta de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, dentre eles um representante dos discentes. Seus resultados subsidiarão as ações (re)formulação do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos PPCs.

O Regimento da Faculdade, em seu capítulo III – do corpo discente, trata da vida estudantil e reforça a participação de estudantes em órgãos colegiados nos seguintes artigos:

- Art. 91. O corpo discente será representado nos órgãos colegiados, com direito a voz e voto;
- Art. 93. A representação estudantil, com mandato de um ano nos órgãos colegiados, se torna efetiva se o representante designado preencher as seguintes inerentes à representação.

2. CORPO DOCENTE

VIDE ANEXO II – RELATÓRIO DE ANÁLISE E ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE PELO NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso é composto por docentes responsáveis pela formulação da proposta pedagógica, pela implementação e desenvolvimento do curso de Administração na FAESB. Os professores que integram o NDE estão vinculados às atividades essenciais do curso, entre elas: docência, orientação de pesquisa e extensão, atualização do próprio Projeto Pedagógico etc.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso está integrado por 05 (cinco) membros (4 docentes mais o coordenador) e seus componentes se caracterizam pelo (a):

a) concessão de uma dedicação preferencial ao curso;

- b) porte de título de pós-graduação *stricto sensu*;
- c) contratação em regime de trabalho diferenciado do modelo horista; e
- d) estabilidade ou perenidade, que lhes permitirá construir uma história institucional, principalmente no que se refere ao curso.

No quadro a seguir está apresentada a relação nominal dos professores que compõem o Núcleo Docente Estruturante, seguido da titulação, regime de trabalho e atividade de monitoramento do Projeto Pedagógico do Curso, em que cada integrante se aprofundará, com rotação semestral das atribuições, para desenvolver visão sistêmica do PPC.

Composição do NDE de Administração			
Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Monitoramento no PPC
Dirceu Abreu Melo	Mestre	Parcial	Estudos quantitativos e suas tecnologias. Estágio Curricular Supervisionado.
Francisco Carlos de Aguiar Neto	Doutor	Integral	Conteúdos de formação básica. Conteúdos de formação complementar. Atividades Complementares. Trabalho de Conclusão de Curso.
Gilberto Augusto Araújo Muniz	Mestre	Parcial	Conteúdos de formação básica. Conteúdos de formação complementar. Atividades Complementares.
Jorge Henrique Valença Oliveira	Doutor	Parcial	Conteúdos de formação básica. Conteúdos de formação complementar. Atividades Complementares.
Paulo Teixeira Cardoso	Mestre	Integral	Competências Curriculares. Conteúdos de formação básica, conteúdos de formação profissional, conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias e conteúdos de formação complementar. Estágio Curricular Supervisionado. Atividades Complementares.

O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á, ordinariamente, por convocação e iniciativa do coordenador 2 (duas) vezes por semestre e, agendadas previamente no



Faculdade de Educação Social da Bahia

calendário acadêmico, e extraordinariamente, sempre que necessário, por solicitação da coordenação ou pela maioria de seus membros.

Conforme pode ser observado no quadro apresentado, 80% dos docentes possuem titulação acadêmica em programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos pela Capes, além disso, possuem experiência com gestão de organizações. Todos os Docentes do Núcleo Docente Estruturante têm previsão de contratação em regime de tempo Integral e ou parcial.

A FAESB investe na composição de um corpo docente que possua uma dedicação preferencial, cujo resultado seja a construção de uma carreira assentada em valores acadêmicos, ou seja, titulação e produção científica. Isso, certamente, contribui para a estabilidade docente e o estímulo à permanência dos integrantes. Neste sentido, a Faculdade compromete-se a estabelecer uma relação duradoura e perene entre si e o corpo docente, sem as altas taxas de rotatividade que dificultam a elaboração, com efetiva participação docente, de uma identidade institucional.

A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso, com mandato de 2 (dois) anos, exceto o coordenador, podendo ser reconduzido, ouvido o Diretor Geral e a Mantenedoras, para assegurar a estratégia de renovação parcial dos integrantes, de modo a conferir continuidade no processo de acompanhamento do curso.

REGULAMENTO DO NDE

Art. 1º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de **Administração** constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Parágrafo único. O NDE é constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do curso, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões

entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Art. 2º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.
- V – elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica;
- VI – avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso;
- VII – propor, no PPC, procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso;
- VIII – propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;
- IX – convidar consultores ad hoc para auxiliar nas discussões do projeto pedagógico do curso;
- X – levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;
- XI – propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando formação continuada.

Art. 3º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído de:

- I – quatro professores pertencentes ao corpo docente do curso, mais o coordenador do curso, seu presidente;
- II – 60%, pelo menos, dos professores, com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- III – professores em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

Art. 4º. A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso, com mandato de 2 (dois) anos, exceto o coordenador, podendo ser reconduzido, ouvido o Diretor Geral e a Mantenedora.

Parágrafo único. No primeiro mandato, dois professores terão um mandato de três anos, para assegurar a estratégia de renovação parcial dos integrantes, de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Art. 5º Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante:

- I – convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade;
- II – representar o NDE perante os órgãos da instituição;
- III – encaminhar as deliberações do NDE;
- IV – designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidido pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar atas;
- V – coordenar e promover a integração com os demais NDEs da Instituição.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento eventual do Coordenador do Curso, a presidência do Núcleo Docente Estruturante será exercida por docente por ele indicado.

Art. 6º O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á, ordinariamente por convocação de iniciativa de seu Presidente, uma (1) vez por semestre, no início do período letivo, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

Art. 7º Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- I – em todos os casos a votação é em aberto;
- II – qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- III – nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- IV – não são admitidos votos por procuração.

Art. 8º As decisões do Núcleo Docente Estruturante serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, e encaminhadas à análise e deliberação do Colegiado de Curso.

2.2. Atuação do (a) Coordenador (a)

O Coordenador do Curso é o Profº Adm. Me. Paulo Teixeira Cardoso que tem Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social pela Fundação Visconde de Cairu (2006), Especialização em Educação a Distância (EAD) pela Fundação Visconde de Cairu (2018), MBA em Finanças pela Estácio de Sá (2016), Especialização em Gestão de Instituições de Educação Superior pela Faculdade Maurício de Nassau (2009), Especialização em Administração Universitária pela Faculdade Maurício de Nassau (2007), Especialização em Administração de Pequenas Empresas pela Faculdade Ruy Barbosa (2002) e Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade Ruy Barbosa (1998), 15 anos de experiência na EAD com gravação de videoaulas, produção de material instrucional e ministração de aulas. Coordenação Técnica dos Cursos da Área de Gestão do Centro de Pós Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu. Foi Presidente da Associação dos Docentes e Egressos da Fundação Visconde de Cairu (ASDEC).

A Coordenação de Curso é cargo de confiança da Direção Geral e da Mantenedora.

Em suas faltas ou impedimentos eventuais o Coordenador de Curso é substituído por professor designado pelo Diretor Geral.

O gestor do curso é responsável pelo processo de planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades, assegurando a supervisão e acompanhamento, bem como a promoção de ações que visem a atualização e aprimoramento nos processos pedagógicos, com vistas ao cumprimento dos objetivos.

É de responsabilidade prioritária da coordenação, acompanhar o desenvolvimento adequado das atividades relativas ao curso, compreendendo os papéis assumidos pelas partes envolvidas no processo: corpo docente, corpo discente, e a comunidade acadêmica em geral, mobilizando todos os envolvidos quanto a sua importância nesse processo.

O coordenador do curso é um agente fundamental na construção de profissionais críticos, atentos às permanentes transformações da sociedade. Sendo assim, compete ao Coordenador de Curso:

- Appreciar e deliberar sobre sugestões de interesse do curso apresentadas por docentes e discentes;
- Aprovar os planos de ensino dos professores;
- Analisar irregularidades e aplicar sanções previstas no regime disciplinar, no Regimento e outras normas institucionais, no que se refere ao Corpo Docente e Corpo Discente, no âmbito de sua competência;
- Encaminhar projetos de pesquisa, pós-graduação e extensão relacionados ao curso, submetendo-os à apreciação e deliberação da Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão e do Conselho Superior-Acadêmico;
- Deliberar sobre atividades didático-pedagógicas e disciplinares do curso e proceder a sua avaliação periódica;
- Decidir quanto a recursos interpostos por alunos do curso contra atos de docentes naquilo que se relacione com o exercício da docência;
- Analisar e decidir sobre recurso de docente contra atos de discentes relativos ao exercício da docência;
- Deliberar sobre projeto pedagógico do curso, observando os indicadores de qualidade institucionais e os definidos pelo MEC;
- Analisar e decidir pleitos de aproveitamento de estudos e adaptação de disciplinas, mediante requerimento expresso dos interessados, encaminhados pela Secretaria Acadêmica;
- Indicar à Diretoria Geral a contratação, substituição e demissão de docentes no âmbito do curso;
- Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelos Conselhos de administração superior da Faculdade.

Além dessas atribuições o coordenador do curso deve representar o colegiado do curso no Conselho Superior-Acadêmico, órgão máximo deliberativo em matéria didático-pedagógica, ensino, pesquisa e extensão e na Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão.

2.3. Experiência de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a)



Faculdade de Educação Social da Bahia

O professor Paulo Teixeira Cardoso possui experiência profissional no magistério superior e de gestão acadêmica superior a 20 anos.

2.4. Regime de trabalho do (a) coordenador (a)

O coordenador é contratado em tempo integral para se dedicar à implantação do curso com qualidade. Regime Tempo Integral – 40 horas.

2.5. Carga horária de coordenação de curso

NSA para cursos presenciais.

2.6. Titulação do corpo docente do curso

O corpo docente do curso é constituído de mestres e especialistas. Serão apresentados à Comissão, bem como a documentação comprobatória.

**** Vide tabela docente em anexo.**

2.7. Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores

**** Vide tabela docente em anexo.**

2.8. Regime de trabalho do corpo docente do curso

Todos os docentes trabalham em regime de tempo parcial ou integral.

2.9. Experiência profissional em sua área de atuação docente

**** Vide tabela docente em anexo.**

2.10. Experiência no exercício da docência na educação básica

Obrigatório para cursos de Bacharelado e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos.

2.11. Experiência de magistério superior do corpo docente

**** Vide tabela docente em anexo.**

2.12. Relação entre o número de docentes e o número de vagas

Vide relatório de estudos de vagas.

2.13. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente

O Colegiado de Curso é órgão técnico da administração, responsável pelo regular funcionamento de todas as atividades acadêmicas e finalísticas constantes do Projeto Pedagógico do Curso.

O Colegiado de Curso é órgão de administração acadêmica da Faculdade constituído por ato do Conselho Acadêmico-Administrativo, sendo integrado por um Coordenador, 4 (quatro) professores indicados pelos seus pares (em regular exercício das disciplinas que os compõem) e um representante discente indicado pelos seus pares, na forma da lei, com mandato de um ano, não permitida a recondução.

O Colegiado se reunirá antes da abertura do semestre letivo e no final; e tantas vezes quando necessário para resolver os problemas do curso.

Nome	Integrante
Dirceu Abreu Melo	Representante Docente
Francisco Carlos de Aguiar Neto	Representante Docente
Gilberto Augusto Araújo Muniz	Representante Docente
Jorge Henrique Valença Oliveira	Representante Docente
Paulo Teixeira Cardoso	Coordenador do Curso
Estudante	Representante Discente

VIDE ANEXO X - PLANO DE GESTÃO DOCENTE E COLEGIADO DE CURSO

2.14. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

Inicialmente, vale destacar que a estrutura curricular do Curso de Administração permite que a cada semestre as áreas e disciplinas realizem um projeto intervencionista cuja pesquisa permite mobilizar o conjunto de saberes e experiências vividos a cada período.

Cada disciplina é aproveitada na medida em que o seu conjunto de teorias, conceitos e instrumentais de análises forneçam ferramentas para o desenvolvimento de uma pesquisa comum em determinadas ênfases. Dessa forma, somos sabedores que a pesquisa, e a decorrente produção científica e tecnológica terão um grande aumento no decorrer dos semestres do curso.

Torna-se igualmente importante ressaltar que a pesquisa tem um papel singular na formação dos docentes e discentes.

A Faculdade possui uma Coordenação Específica de Pesquisa e Iniciação Científica, regulamentada e publica periodicamente edital convocando para apresentação de projetos.

3. INFRAESTRUTURA

3.1. Gabinetes de trabalho para professores em Tempo Integral – TI

O Curso dispõe de gabinete de trabalho para professor em Tempo Integral – TI, equipado, segundo a finalidade e utilização, e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, necessários à atividade desenvolvida, permitindo a adequada permanência do corpo docente na Instituição.

3.2. Espaço de trabalho para a coordenação do curso e para os serviços acadêmicos

A Coordenação do Curso funciona em uma sala exclusiva, que atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, em perfeitas condições de salubridade, necessários à

atividade desenvolvida, permitindo a adequado ambiente de trabalho, e com microcomputador com acesso à Internet.

O pessoal técnico de apoio à Coordenação do Curso é composto por auxiliares administrativos que possuem habilidades para os serviços específicos e atendimento aos alunos e aos professores.

3.3. Sala de professores

A sala de professores é uma sala exclusiva, que atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, em perfeitas condições de salubridade, necessários à atividade desenvolvida, permitindo a adequado ambiente de trabalho, e com microcomputador com acesso à Internet.

O pessoal técnico de apoio à Coordenação do Curso é composto por auxiliares administrativos que possuem habilidades para os serviços específicos e atendimento aos alunos e aos professores.

3.4. Salas de aula

A IES disponibiliza salas de aula (para até 50 alunos) que atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, em perfeitas condições de salubridade, necessários à atividade desenvolvida, permitindo a adequado ambiente de trabalho, e com recursos multimídia, sempre que a situação requerer.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A Faculdade mantém um laboratório de informática especialmente montado para atender aos seus alunos. Durante os horários de aula, o laboratório é dividido, quando é o caso, mediante uso preferencial, de acordo com a disciplina, seu teor e a necessidade de uso frequente dos equipamentos de informática.

A utilização do laboratório fora do horário de aula é livre aos alunos, para que possam realizar pesquisas ou elaborar trabalhos acadêmicos, inclusive aos sábados,



Faculdade de Educação Social da Bahia

sempre que não estiver sendo utilizado pelo professor de disciplina específica que requer uso do equipamento de informática.

A Faculdade dispõe atualmente de infraestrutura de Tecnologia da Informação com rede de computadores que interliga equipamentos microcomputadores, impressoras, entre outros.

A Faculdade implantou uma estrutura de acesso à Internet, para uso acadêmico, por meio de computadores ligados à rede cabeada e transmissão de rede sem fio, cobrindo todo perímetro da instituição.

Esse recurso está disponível internamente aos alunos, tanto para as atividades de aula como para as atividades extraclases, oferecendo possibilidades de pesquisa e desenvolvimento de trabalhos.

Para manter este parque tecnológico a Instituição dispõe de um Departamento de Tecnologia da Informação, que é responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A atualização dos equipamentos e softwares é revista periodicamente, mediante revisões com base na Política de Atualização de Equipamentos e Softwares, a partir de orçamento projetado para esta finalidade.

O Plano Gestor da Tecnologia da Informação tem como objetivo fornecer diretrizes para planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos orçamentários de infraestrutura tecnológica. Este plano abrange os seguintes componentes de Tecnologia da Informação:

- Infraestrutura
- Hardware
- Softwares acadêmicos
- Equipamentos de rede
- Sistemas Operacionais
- Comunicações
- Pessoas (responsáveis pelos serviços)
- Processos

O Departamento de Tecnologia da Informação terá uma equipe de técnicos e monitores de laboratórios de informática, responsável pela manutenção da infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O Departamento de TI planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de Tecnologia da Informação da Instituição. As manutenções corretivas são realizadas por meio das ocorrências identificadas na manutenção preventiva.

O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte Programa de Manutenção:

- **Manutenção Permanente:** Realizada pelo técnico da Faculdade. Consiste na verificação diária do funcionamento normal de todos os computadores, antes do início de utilização do Laboratório de Informática;
- **Manutenção Preventiva:** Realizada semanalmente no Laboratório de Informática pelo técnico da Faculdade, para realizar a verificação das conexões e estado geral dos equipamentos;
- **Manutenção Corretiva (interna):** Realizada pelo técnico da Faculdade. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva;
- **Manutenção Corretiva (externa):** Realizada por empresa de suporte externa. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas.

3.6. Bibliografia básica

Os componentes curriculares ministrados no curso possuem títulos indicados para a bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, disponibilizados na **biblioteca on line da CURATORIA EDITORA** em proporção adequada de exemplares por vagas anuais autorizadas do curso, informatizados e devidamente tombados no patrimônio da Faculdade.

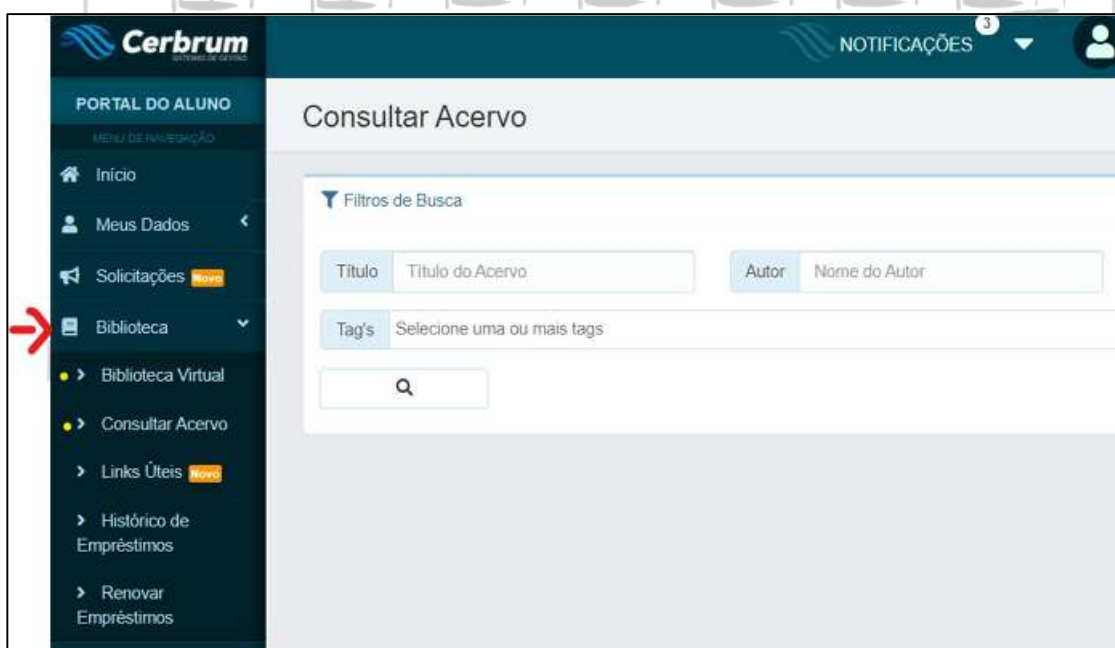
Foram adquiridos títulos e exemplares em número suficiente para atender à proposta pedagógica do Curso. A bibliografia básica atende às recomendações do instrumento de avaliação do INEP.

3.7. Bibliografia complementar

A bibliografia complementar dos componentes curriculares foi adquirida de acordo com o número de títulos e exemplares necessários para atender suficientemente a proposta pedagógica do Curso. A bibliografia complementar está informatizada e devidamente no patrimônio da Faculdade, o curso utiliza-se da **biblioteca on-line da CURATORIA EDITORA**.

A bibliografia complementar atua como um acervo complementar na formação dos alunos. A bibliografia complementar está dentro das recomendações da legislação.

Através do portal do aluno está disponível a consulta do acervo dos livros físicos da Faesb como do acervo on-line da CURATORIA EDITORA:



Fonte: <http://educacional.usecerbrum.net/home.aspx#consultarAcervo>



3.8. Periódicos especializados

O acervo do curso conta com assinatura corrente de títulos de periódicos que atendem às necessidades acadêmico-científicas do curso. Além das assinaturas de periódicos, a Instituição viabiliza aos alunos o acesso aos periódicos disponíveis livremente na rede e na plataforma da **biblioteca on line da CURATORIA EDITORA**.

Para o curso, a Faculdade mantém a assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, atualizados, e que abrangem as principais áreas temáticas, estando também distribuídos entre as principais áreas do curso.



Faculdade de Educação Social da Bahia

Periódicos de Administração:

RAC Eletrônica

http://www.anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=1

Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)

http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_serial&lng=pt&pid=1516-3717&nrm=iso

Contabilidade, Gestão e Governança

<http://www.cgg-amg.unb.br/>

Contextus (Fortaleza)

<http://www.contextus.ufc.br/index.php/contextus/index>

Desenvolvimento em Questão

<http://www.unijui.edu.br/revistaseletronicas/index.php/desenvolvimentoemquestao>

Dom (Fundação Dom Cabral)

<http://www.fdc.org.br/pt/Paginas/default.aspx>

Faces: Revista de Administração (Belo Horizonte. Online)

<http://www.fumec.br/revistas/index.php/facesp>

GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas (Online)

<http://revista.feb.unesp.br/>

Gestão & Planejamento (Salvador)

<http://revistas.unifacs.br/index.php/rgb>

Gestão & Regionalidade (Online)

http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/

Gestão e Sociedade (UFMG)

<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/gestaoesociedade>

Gestão.Org

<http://www.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/index>

REMark. Revista Brasileira de Marketing

<http://www.revistabrasileirmarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark>

Revista Brasileira de Administração Científica

<http://www.arvore.org.br/seer/index.php/rbadm>

Revista Brasileira de Gestão de Negócios (Online)
<http://200.169.97.104/seer/index.php/RBGN>

Revista Ciências Administrativas (UNIFOR)
http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=182&Itemid=214

Revista de Finanças Aplicadas
<http://www.financasaplicadas.net/ojs/index.php/financasaplicadas>



PORTAL DA CURATORIA EDITORA

• Periódicos de Administração

1. [RAC: Revista de Administração Contemporânea](#)
2. [RBFin – Brazilian Review of Finance](#)
3. [READ: Revista Eletrônica de Administração](#)
4. [Revista de Administração de Empresas](#)
5. [Revista de Administração Faces Journal](#)
6. [Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade \(RGFC\)](#)
7. [Revista Reunir: revista de administração, ciências contábeis e sustentabilidade](#)
8. [Revista de Administração: Management Journal – RAUSP](#)
9. [RACRE – UNIPINHAL](#)
10. [Revista Eletrônica de Administração – UNIFACEF](#)
11. [Revista de Administração, Ensino e Pesquisa – RAEP](#)

12. [Cadernos EBAPE.BR](#)
13. [Conjuntura Econômica](#)
14. [Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade](#)
15. [Revista Contabilidade & Finanças – USP](#)
16. [Revista Terceiro Setor & Gestão – UNG](#)
17. [Revista Direito Público – IDP](#)
18. [Revista de Ciências da Administração – RCA](#)
19. [Revista Eletrônica de Estratégias e Negócios – UNISUL](#)
20. [RAP – Revista de Administração Pública – FGV/EBAPE](#)
21. [Revista de Gestão Pública, Práticas e Desafios – UFPE](#)
22. [Administração Pública e Gestão Social – UFV](#)
23. [Revista Contabilidade, Gestão e Governança – UNB](#)
24. [Contextus \(Fortaleza\)](#)
25. [Cadernos de Psicologia Social do Trabalho \(USP\)](#)
26. [Dom \(Fundação Dom Cabral\)](#)
27. [Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia](#)
28. [Gestão & Planejamento \(Salvador\)](#)
29. [Gestão.Org](#)
30. [Inclusão Social](#)
31. [Perspectivas em Gestão & Conhecimento](#)

32. [Revista Brasileira de Análise do Comportamento \(UFPA\)](#)

33. [Revista de Gestão da USP \(REGE\)](#)

34. [Revista Eletrônica de Gestão Organizacional](#)

35. [Revista Gestão Contemporânea](#)

36. [Revista Gestão Organizacional](#)

37. [Revista Perspectivas em Análise do Comportamento](#)

38. [Revista Psicologia, Organizações e Trabalho \(UFSC\)](#)

39. [Revista Psicologia Política](#)

40. [Revista Temas em Psicologia](#)



Fonte: <https://bibliogratisa.curatoriaeditora.com.br/course/view.php?id=2600>

4. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

4.1. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado respeitando as diretrizes emanadas na Resolução CNE/CP Nº 4.2005, **atualizada pela RESOLUÇÃO Nº 5,**



Faculdade de Educação Social da Bahia

DE 14 DE OUTUBRO DE 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.¹

4.2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, conforme disposto na Resolução CNE/CEB N° 4, DE 13 DE JULHO DE 2010, NSA para bacharelados, tecnológicos e sequenciais.

4.3. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.

A temática sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena será tratada nas disciplinas: Filosofia e Ética, Sociologia Geral e Educação em Direitos Humanos e Identidade Cultural. Transversalmente será tratada por todos os docentes.

4.4. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.

A temática sobre os Direitos Humanos será tratada nas disciplinas: Educação em Direitos Humanos e Identidade Cultural e Sociologia Geral. Transversalmente por todos os docentes.

¹ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=212931-rces005-21&category_slug=outubro-2021-pdf&Itemid=30192

4.5. Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010). Essa resolução normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

4.6. Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Bacharelados
Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial).
Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial).
(Bacharelados).

O Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado respeitando, naquilo que compete, as diretrizes emanadas nas resoluções abaixo, do Conselho Nacional de Educação:

Resolução CNE/CES N° 02, DE 18 DE JUNHO DE 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial).

Este curso possui uma carga horária total de 3000 horas.

4.7. Tempo de integralização.

O tempo de integralização respeita o mínimo de 4 anos e máximo de 7 anos, atendendo ainda as exigências da Resolução CNE/CES N° 02, DE 18 DE JUNHO DE 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

4.8. Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, na Lei N° 13.146/2015, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

O Programa de acessibilidade da Faculdade, firmado nos termos da legislação em vigor, no que se refere à relação aos alunos portadores de deficiência e/ou mobilidade reduzida advindas de deficiência física, auditiva e/ou visual, atende às disposições legais, especialmente:

a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigos 205, 206 e 208 que assim se expressam:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – garantia de padrão de qualidade.

VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a

ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II – progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

b) NBR 9050, DE 31 DE MAIO DE 2004, 2ª edição, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

c) Lei nº 10.098/00 – que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

d) Decreto Nº 5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

e) Decreto nº 6949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

f) Decreto nº 7611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

g) Portaria MEC nº 3.294/03 – que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Essa Portaria, em seu artigo 2º, determina os requisitos de acessibilidade para os portadores de deficiência física (inciso I), para os portadores de deficiência visual (inciso II), e para os portadores de deficiência auditiva (inciso III).

VIDE ANEXO V - NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAIA)

4.9. Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)

A disciplina de libras, optativa para cursos de bacharelados, será ofertada, conforme especificada no projeto do curso.

4.10. Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).

A temática de Políticas de educação ambiental será trata na disciplina: **Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade.**

É política da instituição, instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; e Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

A Educação Ambiental, em cumprimento à Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e ao Decreto nº 4.281 de junho de 2002, é também uma preocupação da Faculdade, especialmente na sua vertente extensionista. A Faculdade oferece, com um enfoque interdisciplinar, eventos voltados para essa temática, garantindo a interdisciplinaridade e a transversalidade. A educação ambiental se apresenta como



Faculdade de Educação Social da Bahia

objetivo transversal nos cursos da Faculdade e é foco de conteúdos de diversas disciplinas de graduação e pós-graduação, conforme apontado nos PPCs.

Destaca-se, ainda, no escopo das atividades de Extensão, o Programa de Responsabilidade Socioambiental, que objetiva incentivar o desenvolvimento de ações que favoreçam a aproximação com a comunidade, por meio de projetos de responsabilidade social, focalizando a sustentabilidade e a gestão ambiental consciente, buscando parcerias e integração com outras instituições do setor público e ou privado.

Defesa do meio ambiente. A Faculdade está consciente do envolvimento necessário com a causa do meio ambiente, atuando, com seus alunos e professores, em causas governamentais e de iniciativa das diversas ONGs nesta região com o objetivo de promover ações de prevenção, conservação e de recuperação ambiental na região que contorna a atuação da faculdade.

A Faculdade está criando programas que objetivam incentivar o desenvolvimento de ações que favoreçam a aproximação com a comunidade, por meio de projetos de responsabilidade social, focalizando a sustentabilidade e a gestão ambiental consciente, buscando parcerias e integração com outras instituições, do setor público e ou privado. Programas que mostram a preocupação com o meio ambiente, seja a partir de uma reformulação no processo de produção industrial, seja no reaproveitamento de lixo reciclado ou, até mesmo, na requalificação urbana do entorno da faculdade envolvendo a preservação das árvores da região. De forma geral, nesses projetos, alunos e professores aceitam o desafio de aplicar, na prática, teorias discutidas em sala de aula, atuando, de forma consciente e cidadã, na esfera social na qual estamos inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABED. **Censo EAD.BR**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- ALMEIDA, M. E., & VALENTE, J. A. **Tecnologias e currículo: Trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paulus, 2011.
- BORDENAVE, J., & PEREIRA, A. **Estratégias de ensino-aprendizagem**, 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BRANCO, L. **O Exemplo nós já temos**. Brasil. Revista Exame. Edição nº 1098, ano 49, nº 18, 30/09/2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Mec nº 3.284**, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União, seção 1. Brasília, 11/11/2003. Brasil: MEC, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **DECRETO N 3.276, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999**, dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 07/12/1999.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 3.298**, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 21/12/1999.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 4.281**, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 26/06/2002.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 87.497**, que regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 19/08/1982.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 10.098**, que Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 20/12/2000.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 10.436**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 25/04/2002.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 11.788**, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 26/09/2008.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 9.394**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 23/12/1996.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 9.795**, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 28/04/1999.
- BURIOLLA M. A. F. **O estágio supervisionado**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011 – 2020**. Brasília: CAPES, 2010.
- CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar – A mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CASASSUS, J. **Fundamentos da educação emocional**. Brasília: Unesco; Liber Livro Editora, 2009.
- CNE. **Carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração de cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial**. Conselho Nacional de Educação – Resolução CNE/CES N° 02, de 18/06/2010. Brasília, DF, 2010.



Faculdade de Educação Social da Bahia

- CNE. **Carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração de cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.** Conselho Nacional de Educação – Resolução CNE/CES N° 02, de 18/06/2010. Brasília, DF, 2010.
- CNE. **Carga horária mínima para os cursos de graduação.** Conselho Nacional de Educação – Parecer CNE/CES N° 329, de 11/11/2004. Brasília, DF, 2004.
- CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.** Resolução N° CNE 4/2005, atualizada pela RESOLUÇÃO N° 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021.
- CNE. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Conselho Nacional de Educação - Parecer CNE/CP N° 03, de 10/03/2004. Brasília, DF, Brasil: MEC, 2004.
- CNE. **Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Conselho Nacional de Educação - Parecer CNE/CP N° 08, de 06/03/2012. Brasília, DF, Brasil: MEC, 2012.
- CNE. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Conselho Nacional de Educação - Resolução CNE/CP N° 01, de 17/06/2004. Brasília, DF, Brasil: MEC, 2004.
- CNE. **Procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.** Conselho Nacional de Educação – Resolução CNE/CES N° 03, de 02/07/2007. Brasília, DF, 2007.
- DAMIS, O. T. **Didática e sociedade: O conteúdo implícito do ato de ensinar.** Campinas: Papirus, 2012.
- DELORS, Jacques. **Educação: Um Tesouro a Descobrir.** UNESCO, MEC. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- DOLABELLA, Fernando. **Oficina do empreendedor.** São Paulo. Cultura Editores Associados, 1999.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- FERREIRA, Samuel. **Com a Palavra, o Português.** 1ª ed. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2012.
- FRAUCHES, C. C. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação.** Brasília: ABMES Editora, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política.** Barcelona: Península, 1976.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática,** 34ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 1994.
- LUCCHESI, Martha. **A universidade no limiar do terceiro milênio: Desafios e Tendências.** Editora Universitária: Leopoldiano, 2002.
- LUTHERO, Martin. **A los magistrados de todos las ciudades alemanas, para que construyam y mantegnam escuelas cristianas,** 1523.
- MOORE, M., & KEARSLEY, G. **Educação a distância: Uma visão integrada.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- MOREIRA, J. R., & FERREIRA, M. **Webfolios reflexivos: contributos para o desenvolvimento profissional do professor.** Formação, Educação e Tecnologias, 4 (2), 61-75, 2011.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 3ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- NAVARRO, E. A. **Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos.** 3ª edição. São Paulo: Global. 2005. p. 42.
- PAULA, A., CASTANHEIRA, N., & SELEME, R. **Educação a distância: proposta para avaliação do desempenho do tutor na educação a distância.** Anais do 14 Congresso Internacional da ABED (p. 23). São Paulo: ABED, 2008.
- SANTOS, J. A., & CARVALHO, T. J. **Relatório do Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper.** São Paulo: e-Learning Brasil, 2009.
- SARMENTO, Daniel. **A Igualdade Étnico-Racial no Direito Constitucional Brasileiro: Discriminação “De Facto”, Teoria do Impacto Desproporcional e Ação Afirmativa.** In: Livres e Iguais. Rio de Janeiro: Lumens Juris Editora, 2006.
- SCHAEFFER, Francis. **A morte da razão.** 1974



Faculdade de Educação Social da Bahia

SCHNEIDER, D. e. **Tutoria em Educação a Distância**: Indicadores para políticas públicas. In: E. e. MALLMANN, Tutoria e monitoramento eletrônico das atividades de estudo em ambientes virtuais de ensino-aprendizagem (p. 120). Foz do Iguaçu: ABED, 2011.

YOUNG, Michael. **O futuro da educação na sociedade do conhecimento**. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 48 set.-dez. 2011.

Referências digitais:

ANTONIO, J. C. **Uso pedagógico dos fóruns**. Disponível em Professor Digital: <http://professordigital.wordpress.com/2009/06/08/uso-pedagogico-dos-foruns/>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

BRASIL (IBGE) **Área territorial oficial**. Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02). Consultado em 14 de dezembro de 2016.

BRASIL (IBGE) **Censo Populacional 2016 (estimativa)**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Consultado em 14 de setembro de 2016.

BRASIL (IBGE) **Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Consultado em 14 de setembro de 2016.

BRASIL (IBGE). População (estimada) e Matrículas Ensino Médio (2015). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao, Acessado em 14.09.2016.

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. **Censo Educacional 2015**. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

BRASIL. **Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União sobre diagnóstico do ensino médio no Brasil**, disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/007.081-2013-8%20ensino%20medio.pdf, acessado em 14.09.2016.

CORREA, Wilson. **Flexibilização Curricular: O que? Como? Para que?** Disponível em <http://www.recantodasletras.com.br/pensamentos/2456982>. 15 de setembro de 2016.

NOGUEIRA, V. **O uso pedagógico do chat**. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/o-uso-pedagogico-chat.htm>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

SÃO PAULO. ESTADÃO. **Ranking do IDH-M pra todos os municípios do Brasil**. Disponível em: <http://blog.estadaodados.com/ranking-do-indice-de-desenvolvimento-humano-municipal/>, acessado em 14.09.2016.

SÃO PAULO. FOLHA. **Ranking de Eficiência dos Municípios – Folha**: Quem entrega mais saúde, educação e saneamento gastando menos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/remf/>, acessado em 14.09.2016.

Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO I – TABELA DOCENTE

	DOCENTES	TITULAÇÃO		EXPERIÊNCIA		REGIME DE TRABALHO			Cursos em que atua	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA IES		Total de Publicações nos últimos 03 anos
		Graduação	Maior Titulação	Docência no Ensino Superior (anos)	Experiência Profissional (anos)	Tempo de Vínculo Empregatício na FAESB	Regime de trabalho	CH		CH semanal em sala de aula	CH semanal em outras atividades não relacionadas e atividades de extensão	
		(CURSO/ANO/IES)	(título/IES)									
1	Ana Caroline Oliveira Costa	Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Faculdade Vale do Gortuba (MG - 2016). Especialista em Educação à Distância, pela Faculdade Vale do Gortuba (MG - 2015). Especialista em Administração Empresarial pela Faculdade Vale do Gortuba (MG- 2015). Licenciada em Administração pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (BA- 2013). Bacharel em Administração pela Faculdade de Ciências Educacionais (BA - 2013).	ESPECIALISTA	6	13	04 anos	TP	20	Administração	6	14	2



Faculdade de Educação Social da Bahia

2	Dirceu Abreu Melo	Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro (1992), Bacharelado em Matemática pela UFSC (2003), Bacharelado em Física pela FAC (2018), Pós graduação em interdisciplinaridade pela FACINTER (2002), Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática pela FAC (2017), Mestrado em Administração	MESTRE	17	17	04 anos	TP	20	Administração	6	14	2
		Eclesiástica pela Faculdade de Educação Teológica de São Paulo (2009).										

FAESB
Faculdade de Educação Social da Bahia

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculadefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

3	Francisco Carlos de Aguiar Neto	Bacharel em Direito - FAINOR -Faculdade Independente do Nordeste-Vitória da Conquista -Ba; Historiador Graduado pela UNEB-Universidade do Estado da Bahia-Campus V-SAJ-Ba ; Graduado em Filosofia-FBB-Faculdade Batista Brasileira; Graduado em Administração -FAC-Faculdade de Candeias; Bacharel em Teologia - FAERPI-Faculdade Integradas Entre Rios-PI ; Pós-Graduado em Direito Penal e Crime Organizado-FTC-Flex; Pós Graduado em Metodologia do Ensino Superior -FAC; Especialista em PsicoAdministração Institucional e Clínica - FACE- Valença-BA; Pós Graduado em Direito Penal e Processo Penal -FDDJ-SP; Mestre em Teologia e Educação Comunitária com Infância e Juventude -EST-São Leopoldo RS; Doutor em Direito- UCSF- Universidade Católica Santa Fé- Argentina; ; Especialista em Metodologia do Ensino da Historia e Cultura Afro	DOUTOR	19	25	04 anos	TI	40	Administração	26	14	7
---	---------------------------------	--	--------	----	----	---------	----	----	---------------	----	----	---

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte

Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826

faculadefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

		Brasileira- Faculdade de Filosofia e Letras de Candeias; Especialista em Direito Civil- Faculdade Afirmativo, Pós Graduação em Criminologia -Faculdade Afirmativo; Especialista em Gestão em Segurança Pública e Ordem Pública- Faculdade de Educação Social da Bahia- FAESB.									
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdedefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

4	Gilberto Augusto Araújo Muniz	Graduado em Marketing pela Faculdade de Tecnologia de Valença - FACTIVE (2014), Licenciado Em Matemática pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2001) e Especialista em Informática na Educação pela Universidade Federal de Lavras (2002). Mestrado profissional em Ensino de Ciências Exatas (2020).	MESTRE	21	4	04 anos	TP	20	Administração	6	14	5
---	-------------------------------	---	--------	----	---	---------	----	----	---------------	---	----	---



Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculadefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

5	Jorge Henrique Valença Oliveira	Possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), em Administração e Administração pela Faculdade Regional de Filosofia Ciências e Letras de Candeias (FAC). Especialista em Metodologia do Ensino Superior Faculdade Integradas de Patos (FIP), Gestão de Pessoas Faculdade de Ciências da Bahia (FACIBA), PsicoAdministração Institucional e Clínica (FAC), Educação e Gestão Ambiental (FAC) Educação Musical Faculdade Hélio Rocha (FHR) Doutorado em Teologia pela Faculdade de Ensino Teológico de São Paulo (FAETESP) Doutor Honoris Causa em Arte Cultura Direitos Humanos e Educação Universidade Ibero-Americana (UNIBERO).	DOUTOR	21	23	04 anos	TP	20	Administração	6	14	4
---	---------------------------------	---	--------	----	----	---------	----	----	---------------	---	----	---

Faculdade de Educação Social da Bahia

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

6	Paulo Teixeira Cardoso	Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social pela Fundação Visconde de Cairu (2006), Especialização em Educação a Distância (EAD) pela Fundação Visconde de Cairu (2018), MBA em Finanças pela Estácio de Sá (2016), Especialização em Gestão de Instituições de Educação Superior pela Faculdade Maurício de Nassau (2009), Especialização em Administração Universitária pela Faculdade Maurício de Nassau (2007), Especialização em Administração de Pequenas Empresas pela Faculdade Ruy Barbosa (2002) e Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade Ruy Barbosa (1998).	MESTRE	17	24	10 meses	TI	40	Administração	6	34	5
---	------------------------	---	--------	----	----	----------	----	----	---------------	---	----	---

Faculdade de Educação Social da Bahia

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdedefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO II

**RELATÓRIO DE ANÁLISE E ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE PELO NDE –
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**



**VALENÇA – BA
2023**

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdadefaesb@gmail.com

RELATÓRIO DE ANÁLISE E ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO:

ADMINISTRAÇÃO

O Núcleo Docente estruturante do Curso de Administração, da FAESB, elaborou um relatório que relaciona as necessidades do curso e a expectativa acerca do perfil do egresso do curso e sua interrelação com o corpo docente escolhido para o curso, de modo que a titulação, o regime de trabalho, a experiência profissional e outras expectativas ensejadas pelo NDE sejam a base que leve à melhor implantação de projeto pedagógico do curso, ao desenvolvimento do perfil do egresso pretendido e para o cumprimento dos objetivos do curso.

Composição do NDE:

Professor	Titulação	Regime de Trabalho
Dirceu Abreu Melo	Mestre	Parcial
Francisco Carlos de Aguiar Neto	Doutor	Integral
Gilberto Augusto Araújo Muniz	Mestre	Parcial
Jorge Henrique Valença Oliveira	Doutor	Parcial
Paulo Teixeira Cardoso	Mestre	Integral

1. TITULAÇÃO

A titulação do docente é indicativa da dedicação do professor com a sua formação acadêmica e de sua capacidade para exercer as atribuições do processo de ensino aprendizagem. Assim, para o desenvolvimento com excelência do futuro Bel. em Administração, que atenda as expectativas para o perfil do egresso previsto no PPC, o padrão do corpo docente do curso deverá ser estabelecido em função do percentual desejado de docentes que tenham obtido sua formação em cursos Lato Sensu (especialização) e/ou em cursos Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado). A titulação, dessa forma, deve possibilitar que os docentes:

- 1) Tenham um desempenho em sala aderente à disciplina ministrada, que possibilite que atuem na análise dos conteúdos dos componentes curriculares previstos/propostos, em conjunto com o NDE, visando garantir que o egresso do curso de Administração atenda às demandas profissionais e acadêmicas;
- 2) Que fomentem o raciocínio crítico com atualidade e amplitude, que incentive a produção do conhecimento por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, evidenciados em publicações acadêmico-científicas;
- 3) Tenham capacidade de relacionar perfil do egresso com os objetivos das disciplinas e com sua futura atuação profissional, trazendo ao aluno a contextualização da teoria e sua aplicabilidade em termos práticos para o necessário incentivo aos estudos.

Faculdade de Educação Social da Bahia

2. REGIME DE TRABALHO

Partindo-se da premissa que quanto maior a dedicação e o tempo dedicado ao exercício da docência, assume-se que, quanto maior for a disponibilidade do professor nas atividades docentes, melhor será a qualidade de seu trabalho. Dessa forma, busca-se adequar a disponibilidade do docente ao regime de trabalho, procurando

compatibilizar o atendimento das demandas do curso de forma excelente. Essa adequação deve possibilitar:

- 1) Dedicção excelente às atividades de docência, tais como planejamento pedagógico, preparação das aulas, elaboração e correção de exercícios e avaliações, participação em atividades de ensino e atendimento ao discente;
 - 2) Participação em NDE;
 - 3) Participação em colegiados;
 - 4) Processos avaliativos, bem como cursos e capacitações oferecidos pela instituição, buscando a melhoria contínua e aprimoramento constante.
- a) Pelo menos 50% dos professores(as) devem possuir regime de trabalho integral, sendo um(a) o(a) coordenador(a) do curso.**

Para o pleno atendimento aos discentes, docentes e para que se concretize um planejamento eficiente do curso de Administração é necessário que o(a) coordenador(a) e mais um(a) professor(a) tenham regime de trabalho integral. Existem inúmeras atividades (políticas, gerenciais, acadêmicas e institucionais) a serem realizadas pelo coordenador do curso, como as descritas a seguir, que demonstram a necessidade de dois professores(as) em tempo integral:

Atribuições políticas:

- Receber e acompanhar as Comissões do MEC nas visitas in loco, sob a coordenação da Direção Acadêmica, e se responsabilizar pelas informações necessárias solicitadas na ocasião;
- Promover e participar de reuniões de professores para o aprimoramento da qualidade do curso;
- Coordenar, organizar e participar de palestras diversas durante o semestre letivo, como, por exemplo, aulas magnas ou inaugurais, dentre outras atividades;

- Estimular a participação dos alunos nos programas de monitoria, iniciação científica e extensão;
- Incentivar a participação em eventos, congressos, concursos universitários, etc;
- Fazer a mediação na relação professor-aluno em situações de conflito;
- Estimular os egressos do curso a atualizarem seus dados na página da internet de egressos da FAESB;
- Convocar e presidir as reuniões e demais atividades deste órgão;
- Distribuir os trabalhos e os processos para relatos dos membros;
- Participar, quando julgar conveniente, dos trabalhos das comissões;
- Exercer, nas reuniões, o direito de voto e, nos casos de empate, também o de qualidade.

Atribuições gerenciais:

- Acompanhar e ajustar o perfil dos professores, obedecendo a critérios objetivos, baseados na experiência profissional sólida, na excelência da formação acadêmica e na competência didático-pedagógica, seguindo rigorosamente, não só os procedimentos estabelecidos pela FAESB para o recrutamento e seleção de docentes, como, também, as orientações dos padrões mínimos de qualidade sugeridos pelo MEC;
- Definir a formação das bancas examinadoras e acompanhar o processo de seleção dos docentes;
- Avaliar e solicitar a atualização, sempre que necessário, dos títulos bibliográficos;

Faculdade de Educação Social da Bahia

- Orientar os professores quanto aos objetivos do curso, PPC, novas metodologias de ensino e, sobretudo, quanto ao papel e desempenho dos docentes nas disciplinas, no curso e na FAESB, propondo medidas para melhoria da qualidade do curso;
- Discutir, a partir dos resultados semestrais fornecidos pela CPA, os pontos a serem melhorados em termos de estrutura física, recursos disponíveis para o processo ensino-aprendizagem e potencialidade docente;
- Incentivar a qualificação dos docentes e a produção acadêmica destes;
- Acompanhar a matrícula dos alunos, orientando-os sobre a montagem dos horários, assim como oferecer assistência às possíveis dificuldades do discente no processo ensino-aprendizado, de modo a orientá-lo e auxiliá-lo;
- Resolver as questões suscitadas em reuniões de colegiado, NDE, de gestão;
- Baixar atos, sob a forma de deliberação, das decisões do teor normativo do Colegiado de Curso e do NDE;
- Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- Convocar e presidir reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- Encaminhar as deliberações do NDE para aprovação no órgão competente da FAESB;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante do corpo docente pra secretariar e lavrar as atas;
- Coordenar a integração com os demais colegiados e setores da instituição.

Atribuições acadêmicas:

Faculdade de Educação Social da Bahia

- Executar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, em cada período letivo;
- Elaborar, atualizar, implementar e acompanhar, junto ao NDE, o PPC, buscando otimização entre as políticas educacionais e as DCN estabelecidas pelo MEC e as necessidades do mercado de trabalho, antecipando, se for o caso, prováveis tendências;
- Planejar, coordenar e acompanhar a organização didático-pedagógica do curso, visando assegurar, com qualidade, as condições de ensino e aprendizagem dos alunos;
- Implementar e acompanhar o processo estabelecido pela Direção Acadêmica para a realização do ENADE, no sentido de melhorar a qualidade e a performance dos alunos;
- Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades acadêmicas complementares;
- Participar do planejamento e da elaboração do orçamento do curso, em conjunto com a Direção da FAESB e o NDE;
- Acompanhar o desempenho da comunidade acadêmica em festivais e prêmios universitários e em eventos científicos;
- Determinar, as políticas de monitoria para o curso;
- Acompanhar a aderência dos professores às disciplinas para as quais estão alocados e garantir o cumprimento do plano de ensino;
- Manter uma relação harmônica com docentes, discentes, professores e funcionários em geral, com gerenciamento e conhecimento dos setores envolvidos diretamente com a coordenação.

Atribuições institucionais:

- Verificar, continuamente, a existência da infraestrutura necessária ao funcionamento do curso;
- Integrar-se com os coordenadores dos outros cursos, buscando o compartilhamento de ações e recursos da instituição com vistas a estabelecer a transdisciplinaridade;
- Incentivar e acompanhar, junto aos docentes, os projetos de iniciação científica e extensão;
- Encaminhar aos órgãos da FAESB as normas aprovadas;
- Decidir sobre os casos de urgência ou omissos no Regimento da Faculdade, *ad referendum* do Plenário, que deverá proceder à apreciação na primeira sessão posterior ao evento;
- Documentar e compartilhar um plano de ação, dispondo de indicadores de desempenho da coordenação.

3. EXPERIÊNCIA

3.1 Experiência Profissional

Em um curso como o de Administração, é fundamental que os docentes possuam a experiência profissional que garanta um excelente desempenho em sala de aula e que contribua para a formação do aluno no tocante a:

- 1) Capacidade de contextualizar a teoria com a futura prática profissional;
- 2) Tenham capacidade de mostrar a aplicabilidade prática dos conhecimentos em relação a profissão com reconhecimento das competências previstas no PPC para sua disciplina;
- 3) Reconhecer a necessidade da sua atualização e sua formação contínua;

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826

faculdefaesb@gmail.com

- 4) Reconhecer as nuances da docência em relação a interação entre a teoria e prática, e a interdisciplinaridade, inerente ao curso, no âmbito profissional.

3.2. Experiência Docente:

O exercício constante da docência permite que o professor desenvolva as habilidades e atitudes necessárias para a atuação docente. Nesse sentido, a meta é que o corpo docente seja composto por professores com experiência na docência do ensino superior, o que possibilitará o desenvolvimento com excelência desejada do futuro, atendendo a complexidade da demanda pelo perfil previsto do egresso no PPC. A experiência docente deve possibilitar que os professores:

- 1) Tenham excelente desempenho em sala caracterizado por ações que possam identificar as dificuldades dos alunos e propor formas de auxiliar a coordenação no saneamento;
- 2) Tenham capacidade excelente de comunicação que garanta o atendimento dos alunos com relação aos componentes curriculares e seus exemplos contextualizados;
- 3) Reconheçam e tenham capacidade de elaborar atividades específicas para a promoção de aprendizagem e avaliações, diagnósticos, formativas, somativas, utilizando os resultados para redefinições de sua prática docente;
- 4) Ser reconhecido como um líder profissionalmente, pessoalmente e academicamente.

Em suma, com base nestas premissas, fica estabelecido que, na seleção, para atuar no corpo Docente da FAESB, os professores deverão possuir experiência acadêmica/profissional, buscar estar sempre atualizado e que tenham a característica de busca constante por um aprimoramento crescente em sua área. A contratação dos mesmos será feita em função de preocupação e do cuidado em ter professores atualizados e que participem ativamente do curso, auxiliando a sua estruturação colaborando com a formação de um egresso com perfil generalista e humanista, conforme proposta do projeto pedagógico do curso.

a) É desejável que, pelo menos, 50% do corpo docente tenha participado de Grupos de Pesquisa Científica.

Considerando o perfil do egresso constante no PPC, o desempenho em sala de aula deve ser de excelente qualidade. Os(as) docentes devem ter capacidade de proporcionar o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, e incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de iniciação científica e participação em eventos científicos.

b) Pelo menos 50% do corpo docente devem participar de eventos científicos na sua área de atuação, no mínimo 01 (uma) vez a cada dois anos.

Para que os(as) docentes possam incentivar a participação dos discentes em eventos científicos, possam apresentar referências e pesquisas de ponta, possam destacar com mais profundidade os vínculos entre teoria e prática e possam conhecer novas metodologias de ensino é necessário que, pelo menos, metade dos professores participe de eventos científicos na sua área de atuação.

4. INDICADORES

Com base em uma série de entrevistas, no levantamento de dados disponível na plataforma Lattes, e na análise dos documentos comprobatórios de titulação, experiência docente e profissional apresentados, com o cuidado necessário para que o curso conte, como regra, somente com docentes que tenham obtido sua titulação em programas de pós graduação Lato sensu e pós-graduação Stricto sensu devidamente reconhecidos pela CAPES.

Para que os objetivos sejam atingidos, o NDE institui o conceito de Indicador de Qualidade, que pode, de acordo com a característica do atributo, ser expresso como número absoluto ou em termos percentuais. Os indicadores de Qualidade são definidos e representam para cada atributo o valor absoluto ou percentual mínimo para que o corpo docente atenda aos objetivos estabelecidos para os professores que compõem e comporão o curso desde sua autorização até sua consolidação e manutenção. Para tanto, o NDE planeja que os indicadores definidos a seguir sejam atendidos em relação aos docentes e seus atributos, tanto neste momento inicial quanto na consolidação do curso.

O NDE estabeleceu que o mínimo de qualidade do Corpo Docente do Curso de Administração deve acompanhar a evolução dos indicadores de qualidade institucional da FAESB. Posto isto, o NDE indicou como meta de qualidade mínima os seguintes indicadores, a cada ano:

Tabela 1, Indicadores de qualidade para o Corpo Docente de Administração de 2021-2025

DESCRIÇÃO	ANO				
	2021	2022	2023	2024	2025
DOCENTE COM TITULAÇÃO EM PROGRAMAS (%)					
Pós-graduação Lato Sensu (%)	15%	0%	0%	0%	0%
Pós-graduação Stricto Sensu (%)	85%	100%	100%	100%	100%
DOCENTES EM REGIME DE TRABALHO (%)					
Horista (%)	0%	0%	0%	0%	0%
Dedicação Parcial (%)	45%	45%	45%	45%	50%

Dedicação Integral (%)	55%	55%	55%	55%	50%
------------------------	-----	-----	-----	-----	-----

Indicador Percentual Mínimo de Qualidade do Corpo Docente

Produção científica nos últimos 3 anos (metade do corpo docente)

Estabelecida a métrica desejada para os Indicadores de qualidade do Corpo Docente, foram calculados os índices observados no corpo docente do curso de Administração

Com relação a titulação, pode-se observar na Tabela 2, que o corpo docente do curso está com titulação superior á meta de qualidade estabelecida para o curso.

Tabela 2. Percentual de Titulação Mínimo

TITULAÇÃO	INDICADOR DE QUALIDADE (%)	TITULAÇÃO OBSERVADA NO CORPO DOCENTE
STRICTO SENSU	25%	83%
(MESTRES E DOUTORES)		
LATO SENSU	75%	17%

Com relação ao regime de Trabalho, a característica geral observada no corpo docente está, da mesma forma, superior ao indicador mínimo de qualidade pretendido, conforme os dados da tabela 3.

Tabela 3. Percentual de Regime de Trabalho para o Corpo Docente

--	--	--

REGIME DE TRABALHO	INDICADOR DE QUALIDADE (%)	REGIME DE TRABALHO CORPO DOCENTE
TEMPO INTEGRAL	10%	33%
TEMPO PARCIAL	10%	67%
HORISTA	80%	0%

Com relação a experiência, pode-se observar na Tabela 4, que tanto em termos profissionais, quanto em termos de magistério no ensino superior, o corpo docente do curso atual supera a meta de qualidade estabelecida para o curso.

Tabela 4. Experiência do Corpo Docente – mínimo 3 anos

EXPERIÊNCIA ACADÊMICA, PROFISSIONAL			
	INDICADOR EXPERIÊNCIA MÍNIMA	PERCENTUAL DE DOCENTES ACIMA DO INDICADOR	EXPERIÊNCIA MÉDIA DO CORPO DOCENTE
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	5 anos	100%	17 anos
EXPERIÊNCIA MAGISTÉRIO SUPERIOR	3 anos	100%	16 anos

Adicionalmente, considera-se que a necessidade do índice de produção científica atinja, pelo menos, 50% dos docentes e que estes possuam, no mínimo, 09 (nove)

produções nos últimos 03 anos. Para incremento e manutenção dessas produções serão implantadas e mantidas ações de incentivo à produção constantes. O NDE pretende, também, assegurar a avaliação da área de formação e as afinidades de cada docente no sentido de associar estes aspectos com as disciplinas a serem ministradas. Dentro do corpo docente se buscará contemplar a relação entre a formação, capacitação e experiência docente e profissional com as disciplinas que serão ministradas por cada um dos professores.

Para tanto, o docente participará de reuniões periódicas promovidas em cada curso. Além de ser um momento de integração entre professores do curso, os docentes ficam a par das iniciativas administrativas e acadêmicas estabelecidas para o curso.

Os docentes serão avaliados permanentes, através de Avaliação Institucional, com base nos seguintes aspectos:

Engajamento:

- a) Participar ativamente das reuniões de colegiado superiores, de direção e de coordenação de curso;
- b) Participar de projetos especiais como iniciação científica, revista científica, estágios, monitorias, tccs, atividades complementares e ações de responsabilidades social;

Compromisso:

- c) Fortalecer a cultura Institucional, sintonizando-se com as informações disponibilizadas pela FAESB, no site Institucional, no docente online;
- d) Assegurar o cumprimento das atividades letivas, observando os prazos estabelecidos,
- e) Oferecer sempre um retorno às instâncias superiores,
- f) Oferecer soluções coerentes para as dificuldades do corpo discente, aproximando-se dos alunos não apenas com um professor de determinada disciplina, mas como uma referência;



Faculdade de Educação Social da Bahia

Qualidade:

- a) Ministrar conteúdos atualizados;
- b) Demonstrar com exemplos a conexão do seu campo de atuação com a realidade prática;
- c) Disponibilizar fontes de pesquisa e consulta para os alunos;
- d) Representar para o aluno uma referência, pessoal e profissionalmente.

A expectativa, é que ocorra um maior envolvimento do corpo docente possuindo professores em regime de trabalho em tempo integral ou parcial, o que permite destinar carga horaria ao curso nas atividades tais como: reuniões de colegiado e da coordenação, orientação de trabalhos de conclusão de curso, orientação em atividades de prática profissional, orientação de iniciação visitas técnicas, etc.

O corpo docente do curso exercerá atividades de docência e atividades extraclasse que somadas perfazem a carga horaria semanal do professor podendo, o docente, ser contratado em regime de trabalho em tempo parcial ou integral e horista.

Ressalta-se que para a seleção a contratação dos docentes para o curso, sempre sendo observada a titulação, mas igualmente a experiência profissional, mantendo sempre uma coerência entre a formação em nível de pós-graduação e profissional, sua expertise atualmente no mercado de trabalho e as disciplinas que ministrará. A Coordenação do Curso tem tido cuidado de avaliar a área de formação e as afinidades de cada professor no sentido de assumir estes aspectos com as disciplinas ministradas.



Faculdade de Educação Social da Bahia



FAESB

Faculdade de Educação Social da Bahia

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdadefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

TABELA DE PROFESSORES

Professor	Titulação	Rel. de Trab	Disciplinas	Horas semanais	Sala de aula	Colegiado	NDE	Coordenação	Nº de trabalhos publicados (2020-2023)
Ana Caroline Oliveira Costa	Especialista	Parcial	Gestão de Qualidade	20	20	—	—	—	2
Dirceu Abreu Melo	Mestre	Parcial	Mercado de Capitais e Economia internacional Jogos de Empresa	20	26	04	10	—	2
Francisco Carlos de Aguiar Neto	Doutor	Integral	Trabalho de Conclusão de Curso	40	26	04	10	—	7
Gilberto Augusto Araújo Muniz	Mestre	Parcial	Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	20	6	04	10	—	5
Jorge Henrique Valença Oliveira	Doutor	Parcial	Administração do Terceiro Setor e de Projetos	20	6	04	10	—	4
Paulo Teixeira Cardoso	Mestre	Integral	Administração Financeira e Orçamentária	40	6	04	10	20	5

= 6 docentes

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculadefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

Indicador 2.16 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

Pelo menos 50% dos docentes possuem, no mínimo, 4 produções nos últimos 3 anos.



Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte

Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826

faculdefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia



FAESB

Faculdade de Educação Social da Bahia

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdadefaesb@gmail.com

JUSTIFICATIVA DE LOTAÇÃO DO PROFESSOR

Professor	Disciplinas	Justificativa das disciplinas	Atividades Extra Sala	Justificativa das demais atividades
Ana Caroline Oliveira Costa	Administração de Serviços & Gestão de Qualidade	Bacharel em Administração pela Faculdade de Ciências Educacionais (BA - 2013). Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Faculdade Vale do Gortuba (MG - 2016). Especialista em Educação à Distância, pela Faculdade Vale do Gortuba (MG - 2015). Especialista em Administração Empresarial pela Faculdade Vale do Gortuba (MG-2015). Licenciada em Administração pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (BA-2013).		
Dirceu Abreu Melo	Captação de Recursos e Licitações & Mercado de Capitais e Economia internacional	Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro (1992), Bacharelado em Matemática pela UFSC (2003), Bacharelado em Física pela FAC (2018), Pós graduação em interdisciplinaridade e pela FACINTER (2002), Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática pela FAC (2017),	CENPPE/NDE/Colegiado	Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro. Pós graduação em interdisciplinaridade e pela FACINTER (2002).

		Mestrado em Administração Eclesiástica pela Faculdade de Educação Teológica de São Paulo (2009).		
Francisco Carlos de Aguiar Neto	Legislação Trabalhista e Previdenciária	Doutor em Direito-UCSF- Universidade Católica Santa Fé-Argentina; Bacharel em Direito -FAINOR - Faculdade Independente do Nordeste-Vitória da Conquista -Ba; Pós-Graduado em Direito Penal e Crime Organizado-FTC-Flex; Pós Graduado em Direito Penal e Processo Penal - FDDJ-SP; Especialista em Direito Civil- Faculdade Afirmativo, Pós em Graduação em Criminologia Faculdade Afirmativo.	CENPPE/NDE/Colegiado	Graduação, Pós Graduação e Doutorado em Direito
Gilberto Augusto Araújo Muniz	Gestão Pública & Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	Graduado em Marketing pela Faculdade de Tecnologia de Valença - FACTIVA (2014). Licenciado em Matemática pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2001). Mestrado profissional em Ensino de Ciências Exatas. Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, UNIVATES, Brasil	NDE/Colegiado	Mestrado profissional em Ensino de Ciências Exatas. Professor de Jogos de Empresariais. Graduado em Marketing.
Jorge Henrique Valença Oliveira	Administração da Produção & Administração do Terceiro	Possui graduação em Administração e Administração pela Faculdade Regional de Filosofia Ciências e Letras de Candeias	NDE/Colegiado	Graduação em Administração. Doutor Honoris Causa em Arte Cultura Direitos Humanos e Educação

	Setor e de Projetos	(FAC), em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Especialista em Metodologia do Ensino Superior Faculdade Integradas de Patos (FIP), Gestão de Pessoas Faculdade de Ciências da Bahia (FACIBA), PsicoAdministração Institucional e Clínica (FAC), Educação e Gestão Ambiental (FAC) Educação Musical Faculdade Hélio Rocha (FHR) Doutorado em Teologia pela Faculdade de Ensino Teológico de São Paulo (FAETESP) Doutor Honoris Causa em Arte Cultura Direitos Humanos e Educação Universidade Ibero-Americana (UNIBERO).		Universidade Ibero-Americana (UNIBERO).
Paulo Teixeira Cardoso	Estágio Supervisionado I	Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social pela Fundação Visconde de Cairu (2006), MBA em Finanças pela Estácio de Sá (2016), Especialização em Gestão de Instituições de Educação Superior pela Faculdade Maurício de Nassau (2009), Especialização em	Coordenação do Curso	Coordenador do Curso de Administração



Faculdade de Educação Social da Bahia

		Administração de Pequenas Empresas pela Faculdade Ruy Barbosa (2002) e Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade Ruy Barbosa (1998)		
--	--	---	--	--



Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdedefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO III – REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA – FAESB

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente regulamento fixa as diretrizes e normas básicas para o funcionamento do Programa de Estágio Não Obrigatório, destinado a alunos regularmente matriculados nos cursos, em nível de graduação, da Faculdade de Educação Social da Bahia - FAESB.

Art. 2º O Programa de Estágio tem sua base legal na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 3º O Programa de Estágio visa proporcionar ao estudante a complementação do ensino e da aprendizagem, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico, científico e de relacionamento humano.

Art. 4º As atividades desenvolvidas pelo Estagiário deverão ter, obrigatoriamente, correlação com a área de estudos do Curso em que o Estagiário estiver regularmente matriculado.

Art. 5º A carga horária a ser cumprida pelo Estagiário deverá limitar-se a, no máximo, 30 (trinta) horas semanais e ser compatível com o horário do seu curso, conforme estabelecido em legislação vigente.

Art. 6º O aluno regularmente matriculado na Faculdade somente poderá realizar o estágio se satisfizer as seguintes condições:

- I. Ter concluído com aprovação o primeiro ano do curso de em que estiver

- regularmente matriculado;
- II. Possuir bom rendimento acadêmico;
 - III. Apresentar Termo de Compromisso compatível com o Plano Pedagógico do Curso;
 - IV. Deverá a parte concedente do estágio ter convênio com agente de integração devidamente autorizado pela Faculdade ou convênio com a própria IES.

Art. 7º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, não poderão ser equiparadas ao estágio.

Art. 8º As atividades realizadas durante o estágio não dispensam os alunos das atividades regulares do curso, bem como não contabilizam créditos ou carga horária para o curso em questão.

Art. 9º Não será permitido ao aluno acumular estágios, bem como o recebimento de bolsa e/ou auxílio financeiro de mais de uma fonte pagadora, no país ou no exterior.

Art. 10 A realização de estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza, conforme estabelecido na legislação vigente.

Faculdade de Educação Social da Bahia

TÍTULO II

DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 11 A instituição de ensino deve:

- a) Indicar professor orientador, que será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades dos estagiários; e
- b) Comunicar à parte concedente do estágio, as datas de realização de

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826

faculdefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

avaliações acadêmicas.

TÍTULO III

DA PARTE CONCEDENTE

Art. 12 A parte concedente, em períodos de avaliações acadêmicas na Instituição de Ensino, não deverá existir carga horária no estágio, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 13 Este regulamento entra em vigor na data da sua aprovação revogadas as disposições em contrário.





Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO IV

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA - FAESB

Capítulo I – Das Disposições Gerais

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre as Atividades Complementares na Faculdade de Educação Social da Bahia - FAESB.

Capítulo II – Das Atividades Complementares

Art. 2º. As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do egresso, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Art. 3º. São concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades do currículo, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo curso de graduação.

Art. 4º. Entende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas atividades previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares dos cursos de graduação, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do aluno.

Parágrafo Único. Deve-se levar em conta a conexão material mínima da atividade com o curso em que está matriculado o aluno, em uma perspectiva interdisciplinar, e analisar sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem.

Capítulo III – Das Modalidades de Atividades Complementares

Art. 5º. Consideram-se Atividades Complementares aquelas promovidas pela FAESB, ou por qualquer outra instituição, classificadas nas seguintes modalidades:

- I – Grupo 1: Atividades vinculadas ao ensino;
- II – Grupo 2: Atividades vinculadas à investigação científica;
- III – Grupo 3: Atividades vinculadas à extensão.

Art. 6º. São consideradas atividades vinculadas ao ensino, no Grupo 1, as seguintes:

I – a aprovação em disciplinas não incluídas na matriz curricular do curso em que está matriculado o aluno, desde que contribuam para o aprimoramento e atualização na área de formação do aluno;

II – o exercício efetivo de monitoria na FAESB, com formalização institucional e exigência de parecer final favorável do professor responsável;

III – o efetivo exercício de estágio extracurricular em entidade pública ou privada, como processo de complementação da formação do aluno, e mediante comprovação fornecida pela instituição em que o interessado realizou o estágio.

Art. 7º. É considerada atividade vinculada à investigação científica, no Grupo 2, o conjunto de ações sistematizadas e coordenadas por um professor orientador, voltadas para a investigação de tema relevante para a formação profissional.

Parágrafo Único. As atividades desenvolvidas em grupos de estudos e vinculadas a grupo de investigação científica cadastrado na Instituição, podem ser computadas como Atividades Complementares de investigação científica.

Art. 8º. São consideradas atividades vinculadas à extensão, no Grupo 3, as desenvolvidas em cursos de extensão, congressos, seminários, simpósios ou eventos similares.

Capítulo IV – Da Carga Horária a ser Integralizada

Art. 9º. O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária mínima determinada na matriz curricular do curso em que está matriculado.

Art. 10. As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias acadêmicas.

Art. 11. As Atividades Complementares devem ser planejadas pela Coordenadoria de Curso, semestre a semestre, e podem ser cumpridas, de acordo com os interesses dos alunos, dentro da própria Instituição, ou fora dela.

Art. 12. Para assegurar seu caráter autônomo e flexível, as Atividades Complementares devem ser livremente escolhidas pelo aluno, observado o rol de possibilidades admitidas pela FAESB.

Parágrafo Único. Para se assegurar a sua diversidade, não será permitido o cômputo de mais de 50% da carga horária exigida em única modalidade.

Capítulo V – Do Acompanhamento

Art. 13. A programação das Atividades Complementares estará sujeita a validação da Coordenadoria de Curso, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos do curso.

§1º. A validação das Atividades Complementares será requerida pelo aluno, instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação nos eventos extracurriculares.

§2º. Serão consideradas válidas, independente de justificação do aluno ou de exame de compatibilidade, as Atividades Complementares oferecidas pela FAESB, ou por ela referendadas.

§3º. O processo de requerimento, comprovação e validação das Atividades Complementares ficará registrado na Coordenadoria de Curso.

Art. 14. O acompanhamento das Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos será exercido por um professor vinculado ao corpo de Docentes/tutores da FAESB, indicado pela Coordenadoria de Curso e designado por ato do Diretor da Instituição, competindo-lhe:

- I – cumprir e fazer cumprir as normas constantes neste Regulamento;
- II – cooperar com a Coordenadoria de Curso na elaboração do Programa de Atividades Complementares, dando-lhe ampla publicidade para os alunos;
- III – acompanhar e controlar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela Instituição, que visem o aproveitamento como Atividades Complementares;
- IV – apreciar e decidir a respeito da validade de documentos apresentados pelos alunos, que objetivem aproveitamento de eventos externos como Atividades Complementares;
- V – apresentar à Coordenadoria de Curso, relatório semestral detalhando as Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos e validadas, acompanhado dos documentos comprovantes da sua realização, com a indicação das cargas horárias e da frequência registrada de cada um dos alunos.

Art. 15. Compete à Coordenadoria de Curso a elaboração do Programa de Atividades Complementares, incluindo o elenco de atividades institucionais, devendo o mesmo ser publicado e distribuído aos alunos no início de cada semestre letivo.

Art. 16. Independentemente de participar de eventos que forem promovidos ou oferecidos pela FAESB compete ao aluno desenvolver esforços para buscar na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados com vistas à integralização de Atividades Complementares.

Capítulo VI – Das Disposições Finais

Art. 17. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela Coordenadoria de Curso, ouvido o Conselho de Curso.

Art. 18. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

ANEXO V

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAIA)

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAIA, tem por finalidade promover a inserção da pessoa com deficiência na realidade acadêmica/institucional. A inclusão ocorre por meio do atendimento educacional especializado compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos oferecidos pela Faculdade de Educação Social da Bahia - FAESB.

O apoio do NAIA é realizado nas seguintes situações: (a) pessoa com deficiência ou necessidades educacionais especiais (que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e os que possuem transtornos do espectro autista) e (b) pessoa com mobilidade reduzida.

As necessidades educacionais especiais são classificadas em: (a) deficiência física; (b) deficiência auditiva; (c) deficiência visual; (d) deficiência de comunicação, linguagem e fala; (e) deficiência intelectual; (f) deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Faz parte deste documento o PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA – FAESB.



Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO VI

RESOLUÇÃO Nº 001/2020

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA

TÍTULO I

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão de Curso da FAESB.

O TCC é requisito indispensável à integralização curricular. O trabalho de conclusão de curso, atividade curricular integrante dos currículos dos Cursos da FAESB, de caráter obrigatório, tem por objetivo proporcionar ao estudante experiência em pesquisa necessária ao bom desempenho profissional.

Art. 2º Todo aluno regularmente matriculado deverá realizar um trabalho de pesquisa orientada, explorando temática compatível com as especificidades do curso e sua formação, cumpridos os pré-requisitos curriculares.

Art. 3º O trabalho de conclusão de curso, elaborado nos mais diversos formatos (Artigo, Monografia, Plano de ação, Projeto de Intervenção e entre outros), será construído, individualmente, sob orientação de um docentes, sobre um problema relacionado a temáticas pertinentes ao curso realizado.

O professor-orientador deverá ser escolhido um semestre antes da matrícula no componente curricular. Este deve pertencer ao quadro de professores da FAESB e desenvolverá as atividades de orientação, não remunerada pela instituição.



Faculdade de Educação Social da Bahia

Art. 4º Um semestre antes da matrícula no componente curricular TCC o aluno deverá entregar à coordenação a ficha de projeto de pesquisa, conforme Anexo A.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na construção de um texto científico relacionado às áreas de competência do curso realizado e poderá ser apresentado em forma de revisão ou empírico (relato de caso, pesquisa de campo, ou de outra natureza), tendo como objetivos.

Art. 6º As atividades formativas que darão subsídios para a elaboração do TCC compreende a orientação feita pelo professor-orientador e co-orientador (facultativo).

SEÇÃO III

DA MATRÍCULA

Art. 7º No oitavo semestre o aluno poderá se matricular no componente curricular TCC.

Art. 8º No ato da matrícula o estudante deverá entregar o Termo de Compromisso do orientador (Anexo B) e do discente (Anexo C), assim como o projeto de pesquisa.

Faculdade de Educação Social da Bahia

SEÇÃO IV

DA ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DA DISCIPLINA



Faculdade de Educação Social da Bahia

Art. 9º Organizar e operacionalizar as diversas atividades de desenvolvimento e avaliação do TCC que se constituem na apresentação do projeto de pesquisa e defesa final;

Art. 10º Efetuar a divulgação e o lançamento das avaliações referentes ao TCC;

Art. 11º Promover reuniões de orientação e acompanhamento com os alunos que estão desenvolvendo o TCC

Art. 12º Definir, juntamente com a Coordenação de Curso, as datas das atividades de acompanhamento e de avaliação do TCC

Art. 13 Publicizar as bancas de avaliação dos TCC

SEÇÃO V

DA ORIENTAÇÃO

Art. 14 Cada docente poderá orientar, simultaneamente, até 6 (seis) trabalhos de conclusão de curso por semestre, excluindo-se as co-orientações.

Art. 15 Os professores orientadores deverão ser, obrigatoriamente, do quadro docente da FAESB.

Art. 16 Atribuições do professor orientador:

- I assinar o formulário aceitando a orientação;
- II colaborar com o discente na definição do Trabalho de Conclusão de Curso;
- III indicar referências para consultas, acompanhar e orientar o discente;
- IV autorizar, por meio de formulário próprio (Anexo D), o discente a apresentar o TCC;
- V escolher em parceria com o orientador os membros da banca de avaliação do trabalho;
- VI presidir a banca de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso que está sob a sua orientação;
- VII Emitir parecer final sobre a monografia que esteja sob sua orientação;



Faculdade de Educação Social da Bahia

Art. 17 O professor orientador e/ou estudante poderá solicitar desligamento da orientação, desde que possua justificativas fundamentadas, as quais passará pela avaliação da coordenação.

SEÇÃO VI

DA CONCLUSÃO

Art. 18 A estrutura do trabalho obedecerá às normas técnicas previstas na Associação Brasileira das Normas Técnicas (ABNT).

Art. 19 O TCC, em sua versão preliminar para entrega a banca examinadora, deverá ser impresso em frente e verso e encadernado em 3 (três) cópias, uma para cada integrante da banca examinadora, e mais uma para o próprio aluno, em plástico transparente (frente) e preto ou azul (atrás) no sistema espiral com autorização de defesa pelo orientador e obedecendo ao calendário próprio de atividades do curso.

Art. 20 A versão final deverá ser entregue na secretária da FAESB, corrigida de acordo com as orientações da banca de avaliação e mediante aprovação do orientador (Anexo E), impresso em frente e verso encadernado em formato brochura na cor preta e letras douradas e uma cópia em formato PDF salvo em CD ROM, no prazo estipulado de 30 dias, a partir da data da apresentação.

A versão final do TCC deverá estar acompanhada da autorização de publicação em meio impresso e digital (Anexo F)

O discente que não entregar a versão final do TCC no prazo fixado deverá requerer a postergação desse, mediante justificativa fundamentada, em até 72 (setenta e duas) horas após o prazo oficial, devendo a coordenação agendar uma nova data, não excedendo 12 (doze) dias para novo depósito.

O discente que não depositar a versão final do TCC no prazo estipulado fica impossibilitado de colar grau, devendo refazer o componente curricular.



Faculdade de Educação Social da Bahia

SEÇÃO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 21 O processo de avaliação do TCC ocorrerá mediante uma apresentação pública do trabalho a uma Banca Avaliadora, formada por três membros, escolhidos pelo orientador e aluno, sendo referendada pelo colegiado do Curso.

Poderão integrar a banca, docentes da FAESB e de outras instituições ou profissionais de reconhecida competência na área de estudo da monografia.

Somente um dos membros da Banca Avaliadora poderá ser externo a instituição, desde que preencha os seguintes requisitos:

- a) Pós-graduação na área de conhecimento do tema;
- b) Conhecimento do regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso desta instituição;

O orientador, obrigatoriamente, faz parte da banca avaliadora, sendo o presidente.

Art. 22 Cada membro da banca receberá cópia do trabalho com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da apresentação.

Fica facultado aos membros da banca decidir qual o tipo de cópia querem receber, se digital ou impressa.

Art. 23 Na avaliação, a banca examinadora levará em consideração:

- I O conteúdo e a relevância do trabalho realizado.
- II A consistência metodológica compreendendo estrutura lógica e linguagem em que foi desenvolvida.
- III A apresentação do trabalho com a demonstração de domínio da matéria versada e a clareza do que for exposto.
- IV Normas ABNT;

Art. 23 Cada avaliador consignará o resultado do julgamento qualitativo e quantitativo em ficha própria contendo barema de avaliação (Anexo G). A nota final será a média simples dos valores de cada avaliador. Obterá aprovação o aluno com conceito final, igual ou superior a 7 (sete) pontos.

Art. 24 Havendo a detecção de plágio, o discente será automaticamente reprovado, tendo que cursar novamente o componente.

Art. 25 O presidente da Banca Avaliadora preencherá Ata de Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo H), indicando o resultado, que será expresso das seguintes formas:

- a) Aprovado; ou
- b) Reprovado

SEÇÃO VIII

DA APRESENTAÇÃO

Art. 26 A apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso terá duração mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) minutos e o período de arguição será de 20 (vinte) minutos para cada avaliador.

Art. 27 Após a arguição da Banca Avaliadora, esta em sessão reservada fará as considerações, o preenchimento do barema e lavrará a ata que deverá ser lida e em seguida assinada por todos.

Art. 28 O resultado será proclamado pelo presidente da Banca Avaliadora, ocasião em que será franqueada a palavra ao aluno e membros da Banca Avaliadora.



Faculdade de Educação Social da Bahia

SEÇÃO IX

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29 Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, baseados nesta Resolução, ouvidos os professores relacionados aos componentes curriculares das práticas de pesquisa, o professor orientador e orientando.

Art. 30. Este documento poderá ser revisado e atualizado, a qualquer momento e passará a vigorar imediatamente, após aprovação pelo Diretor Geral.



Francisco Carlos de Aguiar Neto

Diretor Geral

FACULDADE FAESB

**FAESB- Faculdade de Educação Social da Bahia Portaria nº 1.039, publicada
no D.O.U. de 3/6/2019.**

FAESB
Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO A

FICHA DE PROJETO DE PESQUISA

NOME	TELEFONE
MATRÍCULA	CURSO
ORIENTADOR	

TEMA
Descrever o assunto, o campo ou a área em torno do qual o trabalho se realizará;

OBJETIVOS
<p>O objetivo geral define o que o pesquisador pretende atingir com sua investigação.</p> <p>Os objetivos específicos definem etapas do trabalho a serem realizadas para que se alcance o objetivo geral. Podem ser: exploratórios, descritivos e explicativos. Assim, deve-se sempre utilizar verbos no infinitivo para iniciar os objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">I Exploratórios (conhecer, identificar, levantar, descobrir)II Descritivos (caracterizar, descrever, traçar, determinar)III Explicativos (analisar, avaliar, verificar, explicar)

JUSTIFICATIVA
Justificar consiste descrever e argumentar sobre as razões e motivações da escolha do tema em questão, apresentando, de forma clara e objetiva, a relevância teórica ou prática da pesquisa. Na justificativa tem de ficar especificado por que a pesquisa é importante.

METODOLOGIA

A metodologia remete diretamente à maneira de trabalhar o objeto da pesquisa. Remete à ação pela qual serão alcançados os resultados esperados ou previstos. Assim, trata-se neste capítulo da forma pela qual serão pesquisados, filtrados e analisados os dados obtidos no decorrer da pesquisa.





Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO B

TERMO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu _____,
Professor (a) do Curso de _____, da
Faculdade de Educação Social da Bahia (FAESB) declaro estar ciente das normas do
TCC e aceito assumir a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a)
estudante _____, número de
matrícula _____.

Declaro ainda seguir o cronograma definido pela disciplina Trabalho de Conclusão de
Curso.

Título do TCC (se necessário, pode sofrer alterações)

Área do Conhecimento

Valença, Ba ____/____/20____

FAESB
Faculdade de Educação Social da Bahia

Assinatura do Professor Orientador



Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO C

TERMO DE COMPROMISSO DO DISCENTE

Eu, _____ número de matrícula
_____ discente do Curso _____ de
_____, da Faculdade de
Educação Social da Bahia (FAESB) declaro estar ciente das normas definidas pelo
Colegiado do Curso para o processo de realização do Trabalho de Conclusão de
Curso.

Título do TCC (se necessário, pode sofrer alterações)

Área do Conhecimento

Valença, Ba ____/____/20____

Faculdade de Educação Social da Bahia

Assinatura do Discente



Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO D

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREGA DO TCC FINAL AO COLEGIADO DE GRADUAÇÃO

Eu,

_____, professor
r(a) orientador(a) do(a) estudante
_____, autorizo a
entrega do Trabalho de Conclusão de intitulado
_____, por considerar que ele
atende às normas e diretrizes do TCC da Faculdade de Educação Social da Bahia
(FAESB) e que tem condições de ser apresentado mediante uma banca avaliadora no
____ semestre de 20____.

Valença, Ba ____/____/20____

Assinatura do (a) Professor (a) Orientador (a)

Faculdade de Educação Social da Bahia



Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO E

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC AO COLEGIADO DE GRADUAÇÃO APÓS A AVALIAÇÃO PELA BANCA AVALIADORA

Eu, _____,
professor(a) orientador(a) do(a) estudante _____ autorizo a
entrega do **Trabalho** de **Curso** intitulado

Declaramos que as correções necessárias foram realizadas após a **análise da banca avaliadora.**

Valença, Ba ____/____/20____

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a)

Faculdade de Educação Social da Bahia

Assinatura do (a) estudante



Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO F

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA E IMPRESSA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

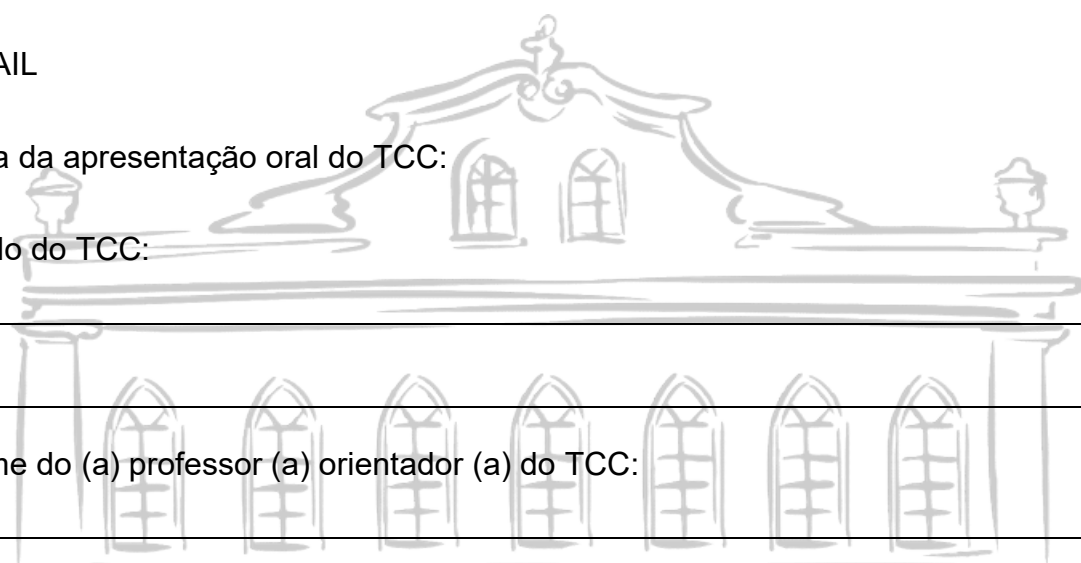
Autor (a) do trabalho (nome do (a) estudante):

CPF:

EMAIL

Data da apresentação oral do TCC:

Título do TCC:



--

Nome do (a) professor (a) orientador (a) do TCC:

--

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho acima citado, em consonância com a Lei nº 9610/98, () autorizo () não autorizo a Faculdade de Educação Social da Bahia a disponibilizar gratuitamente em sua Biblioteca Digital e de modo impresso, sem ressarcimento dos direitos autorais, o trabalho de minha autoria, em formato PDF, para leitura, impressão e/ou download. Autorizo a utilização da obra para fins acadêmico-científicos e, em sendo utilizada, que seja feita sua correta citação e referenciamento.

Se optar por não autorizar a disponibilização do TCC, justificar abaixo:



Faculdade de Educação Social da Bahia



Assinatura do (a) estudante

Assinatura do (a) orientador (a) Valença, Ba _____ / ____/20__

FAESB
Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO G

BAREMA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aluno (a):

Orientador (a):

Data:

Título:

A	TEXTO (50 pontos)	Pontuação máxima	Pontos
1	Relevância e contemporaneidade do tema	05	
2	Organização lógica e equilíbrio entre as partes (introdução, desenvolvimento, conclusão)	10	
3	Clareza, objetividade, capacidade de síntese	10	
4	Conteúdo	15	
5	Observação das normas da ABNT e especificações técnicas	10	

B	APRESENTAÇÃO ORAL (50 pontos)	Pontuação máxima	Pontos
1	Oralidade	05	

2	Lógica da apresentação (demonstrar, explicar, inferir e concluir)	15	
3	Formatação da apresentação	05	
4	Conhecimento do assunto	15	
5	Capacidade de síntese	10	

Resultado final

$$(A+B) = \frac{\quad}{10}$$

Use o espaço reservado para um parecer por escrito caso julgue pertinente.

FAESB
Assinatura
Faculdade de Educação Social da Bahia



Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO H

ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos XXXX dias do mês de XXXX do ano de dois mil XXXX às XXX horas, na sala XXX do prédio da Faculdade de Educação Social da Bahia (FAESB), na presença da Banca Avaliadora, presidida pelo(a) professor(a) XXXXXX e composta pelos seguintes membros: 1) XXXX e 2) XXXXX, o(a) discente XXXXXXXX apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em XXXXXXXXXXXXXXXX, como elemento curricular indispensável à colação de grau, tendo como título XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. A Banca Avaliadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pelo resultado de XXXXXXXXXXXXXXXX ora formalmente divulgado a(os) discente(s) e aos demais participantes, e eu professora XXXXXXXXXXXXXXXX, na qualidade de presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros, pela discente apresentadora do trabalho e todos presentes.

Valença, XXX de XXXXX de 20XX

Assinaturas:

XXXXXXXXXX

Presidente da Banca Avaliadora

XXXXXXXXXX

Membro da Banca

XXXXXXXXXX

Membro da Banca

Presente(s):



Faculdade de Educação Social da Bahia

7.5 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO



FAESB

VALENÇA – BA

2023

Faculdade de Educação Social da Bahia

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte

Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826

faculdedefaesb@gmail.com



Faculdade de Educação Social da Bahia

APRESENTAÇÃO

O Programa de Acompanhamento do Egresso foi criado para acompanhar as condições de inserção do egresso dos cursos de graduação e pós-graduação do FAESB no mercado de trabalho e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da sua região de inserção. O programa se apoia nas perspectivas de uma educação a partir de práticas pedagógicas criativas e inovadoras para possibilitar uma formação que atenda a missão institucional que é 'promover uma educação que possibilite atender as necessidades humanas de forma sistêmica, criativa e sustentável'. O programa integra o plano de trabalho da FAESB, desenvolvido por meio de parceria intersetoriais.

Em sua dinamização, o programa contribui com a Instituição no que se refere à compatibilidade entre o perfil do egresso definido no Projeto Pedagógico de cada curso, articulado ao perfil do egresso, previsto no PDI, considerando a inserção profissional, adequação da formação e a busca por uma formação continuada por parte do egresso.

Para atender essa perspectiva, o Programa de Acompanhamento do Egresso é permeado por estratégias que facilitam a relação com o egresso, a partir de ações desenvolvidas interna e externamente pela instituição.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Acompanhar as condições de inserção do egresso dos cursos de graduação da FAESB no mercado de trabalho e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da sua região de inserção.

Objetivos Específicos

- São objetivos específicos do Programa:
- Verificar a atuação do egresso no ambiente profissional e socioeconômico;
 - Avaliar o desempenho dos Cursos de graduação e pós-graduação, pelo acompanhamento do desenvolvimento profissional dos egressos;
 - Manter informações atualizadas dos egressos;
 - Incentivar a formação continuada dos egressos, por meio de cursos de pós-graduação e extensão, bem como palestras, seminários, workshops e demais ações desenvolvidas pela FAESB;
 - Possibilitar a participação dos egressos em ações específicas de cada curso;
 - Disponibilizar ambiente institucional para interação com o egresso.

COORDENAÇÕES E APOIO:

- ✓ Coordenações de Curso de Graduação e Pós-graduação
- ✓ Secretaria Acadêmica
- ✓ NAP
- ✓ Comissão Própria de Avaliação – CPA

PÚBLICO ALVO

- ✓ Egressos dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela FAESB.

METODOLOGIA

As Políticas de acompanhamento do egresso possibilitam o acompanhamento e aproximação do egresso, como forma de conhecer e apoiar a sua inserção profissional. Da mesma forma, essa

interação proporcionará a Instituição subsídios para contribuir com a sua avaliação interna no que se refere às práticas pedagógicas adotadas para atendimento do perfil de egresso que se pretende, a nível de curso e de instituição. Nesse sentido, a instituição poderá acompanhar também as tendências e exigências externas, do mercado formal e informal, no que se refere às necessidades de formação adequadas para atendimento das demandas advindas desses locais.

O Programa funcionará no âmbito do curso de graduação e pós-graduação, com contribuições dos diversos setores da FAESB, especialmente o Setor de Tecnologia de Informação e a Comissão Própria de Avaliação Institucional. As informações acerca da inserção profissional do egresso no mercado de trabalho serão realizadas por meio digital e nos murais da IES. A possibilidade de participação do egresso e instituições empregadoras podem resultar em importantes indicadores para avaliação institucional. Os resultados obtidos poderão contribuir significativamente com os cursos e programas institucionais. Dessa forma, a FAESB reconhece a importância do acompanhamento do egresso, pois esta estratégia possibilitará discussões efetivas no âmbito dos cursos e demais programas, quanto a do trabalho desenvolvido pela instituição na sua região de abrangência.

AÇÕES

- ✓ I. Mobilização dos egressos para participação em eventos acadêmicos, artísticos e culturais promovidos pela FAESB, especialmente no âmbito do curso;
- ✓ II. Criação de ambiente para interação com o egresso: Portal do Egresso, para disponibilizar links de interesse dos egressos (benefícios, vagas de emprego, contato com as entidades de Classe, dentre outros).
- ✓ III. Elaborar formulário para aplicação de pesquisas junto aos egressos e instituições empregadoras;
- ✓ IV. Realização de pesquisas junto aos egressos e instituições empregadoras;
- ✓ V. Envolvimento do Núcleo Docente Estruturante – NDE de cada curso na discussão dos resultados obtidos pelas pesquisas;
- ✓ VI. Utilização dos resultados das pesquisas para o Relatório de Autoavaliação Institucional.
- ✓ VII. Atualização dos registros dos egressos (endereço, telefone, e-mail, local de trabalho, dentre outros)
- ✓ VIII. Divulgação das possibilidades de formação continuada ofertadas pela Instituição (cursos de especialização, extensão, dentre outros).



Faculdade de Educação Social da Bahia

ANEXO VII QUESTIONÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Prezado (a) Egresso (a),

Este questionário objetiva coletar informações sobre o desenvolvimento profissional dos egressos da Instituição. Para tanto, solicitamos a colaboração de todos no preenchimento das questões a seguir, a fim de que possamos melhor atender os anseios dos alunos e às necessidades da sociedade.

1. Nome:
2. Endereço:
3. Telefone:
4. E-mail:

INFORMAÇÕES SOBRE O EGRESSO

1. Sexo
2. Naturalidade:
3. Nacionalidade:
4. Idade:
5. Estado Civil
6. Número de dependentes:
7. Residência:
 - ☐ Casa própria quitada
 - ☐ Casa dos pais
 - ☐ Casa própria financiada
 - ☐ Outra
8. Curso concluído no Faculdade:
9. Ano de conclusão do curso:
10. Idade quando da conclusão do curso:
11. Qual é a duração do curso que você concluiu?
12. Em quanto tempo você concluiu seu curso?
13. Além do Curso realizado na Faculdade, você possui outro(s) Curso(s) de Graduação?
14. Está cursando outro curso de Graduação?
15. Você já concluiu algum curso de pós-graduação?
16. Você está cursando pós-graduação?

SOBRE O CURSO

17. Há alguma dificuldade encontrada no desempenho de sua profissão, em relação ao currículo cursado, como:
 - ☐ Carga horária das disciplinas básicas que foi pequena.
 - ☐ Carga horária das disciplinas específicas foi pequena.
 - ☐ Carga horária das disciplinas das humanidades foi pequena.
 - ☐ Pouca articulação entre as disciplinas
 - ☐ Outra.
18. A matriz curricular foi suficiente para seu desempenho profissional?
 - ☐ Sim

○ Não

19. Comente:

20. Na sua opinião, qual (is) a (s) característica (s) mais importante (s) que um profissional deve possuir atualmente?

- Domínio de produção de texto
- Domínio de língua estrangeira
- Consistência científica
- Lucidez de conhecimento técnico
- Responsabilidade técnica
- Capacidade criativa
- Compromisso social (inclui ética profissional)
- Capacidade de trabalho em equipe
- Segurança profissional
- Outra.

21. Avalie alguns aspectos referentes ao curso no qual se graduou

- O corpo docente possuía um bom nível de conhecimento.
- Os conteúdos/programas das disciplinas foram adequadamente desenvolvidos.
- Os conteúdos/programas auxiliaram na formação pessoal e profissional.
- Os recursos didático-pedagógicos disponíveis para o desenvolvimento das atividades/aulas do curso foram adequados.
- O espaço físico disponível para o desenvolvimento das atividades/aulas do curso foram adequados.
- Houve equilíbrio entre a distribuição das disciplinas de formação geral e de formação específica na proposta curricular do curso.
- O estágio, no curso, serviu para sistematizar/testar/exercitar os conhecimentos adquiridos.
- Em termos de experiência profissional, foi importante ter feito curso na IES.
- Em termos de crescimento pessoal, foi importante ter efetuado o curso.

22. Considerando os conhecimentos necessários para uma boa formação, qual deveria ser a duração do seu curso de graduação? Por quê?

23. Para você o profissional deve possuir uma formação generalista ou especializada? Por quê?

24. Qual o balanço, entre as disciplinas, ideal para a formação básicas e específicas, respectivamente:

- 40 – 60%
- 50 – 50%
- 60 – 40%

25. Qual? Por quê?

26. Quais são os espaços sociais e profissionais mais promissores para quem graduou no seu curso?
Por quê?

27. Você recomendaria seu curso para outras pessoas?

- Sim
- Não

28. Tendo respondido de forma afirmativa ou negativa à questão anterior, justifique:

- Devido a matriz curricular
- Devido as ofertas de trabalho
- Devido a estrutura da Faculdade CERRADO.
- Devido a regulamentação da profissão
- Outro.

29. Qual o seu grau de satisfação com o curso concluído na Faculdade em relação à formação obtida?
Marque o item caso esteja satisfeito:

- Formação teórica
- Formação cidadã (formação geral para a vida)
- Formação prática
- Formação apropriada para as suas Atividades profissionais.

SOBRE A INSTITUIÇÃO

30. A imagem da Faculdade interferiu na sua inserção no mercado de trabalho:

- Positivamente
- Negatividade
- Não interferiu

31. Com relação a um possível retorno a Faculdade, você: (é possível assinalar mais de uma alternativa)

- Faria outro curso de graduação
- Gostaria de frequentar um curso de atualização/extensão
- Gostaria de frequentar um curso de Pós-Graduação
- Não tem intenção de retornar a Faculdade

32. Você acompanha as notícias, informações e eventos promovidos pela Instituição?

- Sim
- Mais ou menos
- Raramente



Faculdade de Educação Social da Bahia

○ Não

33. Pelas informações e outras referências que chegam até você daria pra dizer que a Faculdade:

- É uma boa instituição.
- Está se constituindo numa boa instituição
- Não evolui em termos de qualidade de sua atuação.
- Está perdendo os referenciais de qualidade de ensino.
- Outra opinião.

34. Você teria críticas e/ou sugestões para a Faculdade?

SOBRE SUA VIDA PROFISSIONAL APÓS O CURSO

35. Você se mantém atualizado no seu exercício profissional?

- Sim
- Não

36. Em caso afirmativo especifique o meio:

- Livros ou revistas especializadas
- Cursos à distância
- Encontros/Congressos
- Cursos de curta duração
- Outro

37. Quanto tempo transcorreu entre a sua formatura e seu primeiro emprego na área de formação?

- Até 6 meses
- de 6 meses até 1 ano
- de 1 ano até 2 anos
- mais de 2 anos

38. Qual a sua renda mensal?

- até um Salário Mínimo Nacional;
- de um a três Salários Mínimos;
- de três a cinco Salários Mínimos;
- de cinco a dez Salários Mínimos;
- mais de dez Salários Mínimos.
-

39. Personalidade jurídica da instituição onde trabalha:

- privada
- pública
- ONG
- movimento social
- Outros

40. Nome do local de trabalho:

41. Cidade:



Faculdade de Educação Social da Bahia

42. Estado:

43. Porte da instituição onde exerce a atividade:

- empresa individual (Autônomo ou Profissional Liberal)
- microempresa;
- pequena empresa
- média empresa
- grande empresa;

44. Tempo de trabalho na empresa onde exerce sua atividade de formação:

- até seis meses
- de seis meses a um ano
- de um ano até um ano e meio
- mais de um ano e meio

45. Quais benefícios oferta sua empresa.

- vale transporte
- vale ou auxílio alimentação
- alimentação no local de trabalho
- convênio de saúde
- convênio odontológico
- auxílio moradia
- treinamento profissional



ANEXO VIII

RELATÓRIO

ESTUDO DAS VAGAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório apresentado para referendar o indicador 1.20 do Instrumento de Autorização de Cursos (Inep/Mec) do curso Bacharelado em Administração da Faculdade de Educação Social da Bahia (FAESB).

Valença – BA
2023

SUMÁRIO

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdadefaesb@gmail.com

1 INTRODUÇÃO	3
2 DESENVOLVIMENTO	3
2.1 Aspectos Socioeconômicos e Socioambientais da Região	3
2.2 Contexto Educacional	8
2.2.1 Educação Superior	8
2.3 Análise quanto ao Espaço Físico Geral da Sede	12
2.3.1 Infraestrutura de Segurança	13
2.3.2. Manutenção e conservação das instalações físicas e de equipamentos	13
2.4 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais	14
2.5 Instalações Administrativas da Sede	19
2.5.1 Espaços Físicos Utilizados no Desenvolvimento do Curso	20
2.5.2 - Gabinetes de Trabalho para Docentes em Tempo Integral – TI	20
2.5.3 Gabinetes de Trabalho para Coordenação do Curso	20
2.5.4 Sala dos Professores	21
2.5.5 Salas de Aula	21
2.5.6 Espaço Físico Biblioteca	22
2.5.6.1 Horário de Funcionamento	23
2.6 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	23
2.7 Corpo Docente	24
2.7.1 Titulação, Experiência e Dedicação do Corpo Docente	24
2.7.1.1 Titulação	24
2.7.1.2 Experiência Acadêmica e Profissional	25
2.7.1.3 Produção Científica, Artística e Cultural dos Docentes	27
3.0 Atuação da CPA X Relatório de Estudos de Vagas	27
4. CONCLUSÃO	27

1 INTRODUÇÃO

Considerando-se que passou o ano de 2022, faz-se necessário atualizar este documento em 2023, trazendo fatos e dados atualizados, conforme rege o indicador, 1.20 do Instrumento de Autorização de Cursos (Inep/Mec), comprovando sua periodicidade.

O presente documento trata-se da proposta do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade de Educação Social da Bahia (FAESB), que, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), projetou a sua oferta, na modalidade presencial, considerando inclusive os estudos previamente elaborados quanto às possibilidades e necessidades de inserção deste profissional no mercado de trabalho do município e Região, e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do País e a formação superior de sua comunidade.

No planejamento do curso definiu-se 200 vagas anuais, levando em conta as necessidades presentes no mercado de trabalho, associadas às condições de oferta quanto à infraestrutura física, recursos tecnológicos e corpo docente.

O currículo do Curso foi elaborado seguindo as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, levando em consideração os dados da realidade regional e as exigências do mercado de trabalho. Foi considerado o perfil profissional do egresso e a quantidade de vagas ofertadas para o curso na cidade de Valença (BA) e Região, conforme a proposta do Projeto Pedagógico do Curso.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Aspectos Socioeconômicos e Socioambientais da Região

Na Região da Costa do Dendê da Bahia e, mais especificamente da cidade de Valença, sede da Faculdade de Educação Social da Bahia (FAESB) o desafio é focar as ações formativas na educação superior de forma articulada ao desenvolvimento da região, estruturando cada um dos seus cursos em torno de eixos temáticos que problematizem questões sociais relevantes e

gerem proatividade para a busca de soluções para os problemas mais urgentes da cidade na perspectiva da promoção de redes institucionais para a sustentabilidade.

Os dados sobre as cidades que formam a Costa do Dendê e o atendimento escolar indicados abaixo, evidenciam a relevância do projeto de credenciamento da faculdade:

A Faculdade está localizada na cidade de **Valença**, BA, importante centro cultural baiano. Abaixo, listamos 12 municípios adjacentes. Cada município com a sua população, número de alunos matriculados no Ensino Médio, Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo, IDH-M Educação, IDH-M, distâncias rodoviárias a partir do município de Valença.

São mais de **360 mil habitantes**, numa **distância máxima de 99 km**, e mais de **12 mil alunos matriculados no Ensino Médio**.

Ver tabela abaixo:

Município, Estado	População	Mat. Ens. Méd.	Pop. 18 a 20 % EM Comp	IDH-M – Educ	IDH-M	Distância de Valença
Cairu	17.985	485	25,46	0,510	0,627	46
Camamu	36.543	1.278	12,95	0,452	0,565	55
Gandu	33.030	1.264	28,10	0,508	0,632	90
Igrapiúna	14.288	464	17,69	0,424	0,574	45
Ituberá	29.273	934	23,25	0,482	0,606	36
Nazaré	29.450	1.123	20,32	0,532	0,641	42
Nilo Peçanha	14.279	402	11,78	0,404	0,547	25
Nova Ibiá	7.010	216	-			99
Pirai do Norte	10.386	176	11,51	0,363	0,533	56
Tancredo Neves	27.803	1.008	17,98	0,424	0,559	60
Taperoá	21.282	481	15,83	0,426	0,566	18
Valença	98.053	3.586	20,61	0,502	0,623	00
Wenceslau Guimarães	22.445	451	14,79	0,383	0,544	70
Total	361.827	12.628	18,36%	-	-	53 km média

As informações foram pesquisadas no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS – COSTA DO DENDÊ, disponível no site: <https://drive.google.com/file/d/0BzEsMwYCUjXjNGtpdVpnejM3R2s/view>, acessado em 17 de fevereiro de 2017.

As informações referentes à taxa de alunos no ensino médio brasileiro constam no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União sobre diagnóstico do ensino médio no Brasil, disponível em

http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/007.081-2013-8%20ensino%20medio.pdf, acessado em 12.02.2017.

As informações referentes ao ranking do IDH-M (Município, Estado/Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo/IDH-M Educação/IDH-M Educação/IDH-M Longevidade/Renda per capita média/IDH-M Renda/IDH-M foram consultadas no Blog do Estadão, disponível em: <http://blog.estadaodados.com/ranking-do-indice-de-desenvolvimento-humano-municipal/>, acessado em 12.02.2017.

As informações referentes à população e ao número de alunos matriculados no Ensino Médio (2015) foram consultadas no site do IBGE, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao, Acessado em 12.02.2017.

As distâncias rodoviárias a partir do município de Valença foram consultadas no site do DER-MG, disponível em: <http://www.der.mg.gov.br/mapa-rodoviario>, acessado em 12.02.2017.

Com base no PIB dos municípios brasileiros, o agregado das riquezas produzidas pelos municípios que compõem a Costa do Dendê totalizou R\$ 3,12 bilhões, representando 1,87% do PIB do Estado.

Cairu e Valença correspondem a 68,3% da riqueza produzida na Costa do Dendê, que tem na atividade turística uma das mais importantes da dinâmica econômica do setor terciário da região. Na região, este setor divide importância de produto econômico com o segundo setor, concentrado no município de Cairu, diretamente ligado à atividade de exploração de gás no campo de Manati, na Bacia de Camamu. Uma atividade pontual que tem sua contrapartida maior à região na forma de tributos, sobretudo royalties e repasses estaduais de impostos, não impactando decisivamente na geração de emprego e fomento das atividades de comércio e serviços.

Nas Atividades Características do Turismo (ACTs), a maior representatividade está concentrada nas atividades de alojamento e alimentação. Essas unidades produtivas são formadas, na sua maioria, por micro e pequenos empreendimentos.

Em Valença, esses pequenos negócios representam 6,9%, bastante significativo, levando-se em consideração que é uma localidade com maior nível de desenvolvimento econômico e conta com uma ampla diversidade de negócios estabelecidos nos mais distintos segmentos.

A Costa do Dendê tem uma área total de 5.815,62 km² e uma população de mais de 300 mil habitantes, projetando um crescimento de 23.632 habitantes em relação ao último Censo Demográfico realizado no ano de 2010. A população da Costa do Dendê corresponde a aproximadamente 1,83% do total da Bahia, estimada em 15,126 milhões de habitantes.

A dinâmica populacional dessa região apresenta três aspectos a destacar: 1. Variação populacional positiva em todos os municípios, indicando que a região tem conseguido reter sua população local; 2. Equilíbrio entre os gêneros, com discreta predominância de homens, mas registrando taxa de crescimento mais elevada na população feminina; e 3. Equilíbrio na distribuição populacional, tanto entre os municípios, quanto entre áreas urbanas e não urbanas. Com uma taxa média regional de urbanização por volta dos 54%, apenas dois municípios, Valença, o mais populoso, e Ituberá ultrapassam esta proporção, o que denota um uso mais equilibrado do território.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano na região atingida pela faculdade, os municípios de Nazaré (0,641), Gandu (0,632), Cairu (0,627), Valença (0,623) e Ituberá (0,606) destacam-se com os melhores IDHs. Esses índices refletem os avanços na escolarização da população, na ampliação da renda e no aumento da expectativa de vida.

Os dados relativos a emprego apontam na região uma taxa considerável da informalidade do trabalho, que vai ao encontro da realidade na atividade turística.

Os ocupados por conta própria acima de 18 anos são os mais representativos entre o total dos ocupados na região (40,7%). Em seguida aparecem os trabalhadores sem carteira (32,7%), e os empregos formais (23%).

Mais de 26,73% dos domicílios da região não são ocupados regularmente, mas ocupados durante o período de veraneio. No período de veraneio, a demanda com abastecimento de água, energia e coleta de lixo crescem de forma relevante, exigindo melhor gestão pública para atendimento dessa demanda.

A melhoria educacional na Costa do Dendê se constitui em importante mecanismo para contribuir com a redução da pobreza ainda existente e a desocupação elevada, bem como possibilitar melhores rendimentos. Nos municípios da Costa do Dendê estão distribuídas 471 escolas de Ensino Médio e Fundamental (INEP, 2013).

Localizada entre a foz do Rio Jaguaripe e a Baía de Camamu, a Costa do Dendê apresenta o clima que pode ser caracterizado como tropical sem estação seca. A média das

temperaturas máximas é superior a 24° C e a média das mínimas é de 21° C. Os meses mais quentes vão de novembro a março e, os mais amenos são os de julho e agosto.

Toda a região da Costa do Dendê encontra-se inserida originalmente no bioma Mata Atlântica. Há também a presença da savana e de uma vegetação secundária em meio aos usos antrópicos encontrados naquela área.

A região conta com expressivos e importantes recursos naturais associados às bacias hidrográficas (Rio de Contas, Rio Jaguaripe, Rio Jequiriçá, Rio das Almas), cujos rios principais e seus afluentes formam cachoeiras, balneários e corredeiras, que alcançam o mar da região em belas praias e manguezais.

É importante assinalar que grande parte das atividades turísticas da Costa do Dendê é praticada em áreas naturais e, para tanto, se faz importante a conservação e manutenção desse valioso patrimônio natural vocacionado ao turismo.

A Costa do Dendê localiza-se na porção norte do litoral sul do Estado. Seu território é formado majoritariamente por uma península e várias ilhas, onde o acesso a algumas localidades ocorre por meio de transporte hidroviário. A BA-001 é a principal rodovia que estrutura o sistema rodoviário da região.

A Costa do Dendê conta com o aeroporto de Valença, que pode receber voos nacionais. Conta ainda com 7 pistas de pouso de menor porte, que possibilitam pousos de aviões de pequeno porte em Morro de São Paulo, Ituberá e na Península de Marau.

O sistema hidroviário tem extrema importância já que existem muitas ilhas, que além de turísticas, tem nas travessias, parte do sistema de transporte da população local. Existe uma grande quantidade de atracadouros.

Outro espaço de navegação muito importante na região é a Baía de Camamu, a terceira maior do país em volume de água e fica localizada na Costa do Dendê. Com ventos constantes e águas profundas e calmas, a baía de Camamu favorece a atracação de embarcações e os esportes náuticos. Ao redor da baía localizam-se ilhas, mangues e praias conhecidas pela beleza natural, que atraem turistas anualmente, como, por exemplo, Barra Grande (município de Maraú), o principal destino turístico da Baía de Camamu, além da Ilha da Pedra Furada, Ilha Grande, Praia de Taipus de Fora, Ilha do Goiό, entre outras.

Turismo de sol e praia é predominante na região, com destinos de destaque como Morro de São Paulo, Boipeba e Barra Grande. Conta também com Turismo Cultural, Ecoturismo, Náutico e de Aventura.

O Turismo Cultural vem ganhando espaço pelo esforço da região em resgatar e valorizar seu patrimônio material e imaterial, o que pode aumentar a competitividade da Zona Turística. Destaca-se nesse segmento a produção associada ao turismo, como os produtos da gastronomia vinculados ao dendê e ao artesanato, além de produtos naturais como o cravo, o palmito e a piaçava, além das manifestações da cultura popular, como por exemplo a **comunidade quilombola** de Jatimane.

Com relação ao patrimônio material, a Costa do Dendê possui um expressivo patrimônio arquitetônico, histórico, artístico e cultural, que está prioritariamente atrelado às edificações religiosas e militares, características do período colonial. São 75 bens. Camamu, Cairu, Taperoá e Valença possuem a maior quantidade de bens relacionados na Costa do Dendê.

Em relação ao seu patrimônio imaterial, consideram-se, por exemplo, os conhecimentos náuticos dos povos que navegam pelas águas que compõem o sistema hídrico da região. Na Costa do Dendê há exemplos como a “Zambiapunga”, como representante da cultura da região, especialmente em Nilo Peçanha, Valença, Taperoá e Cairu. **Existem comunidades quilombolas**, destacando-se dentre elas a comunidade quilombola de Jatimane, em Nilo Peçanha, que já realiza o turismo de base comunitária e recebe turistas, conta a história local, realiza passeios em trilhas, mostra as atividades tradicionais com a pesca e o cultivo da piaçava, serve as iguarias típicas e realiza apresentações culturais.

2.2 Contexto Educacional

2.2.1 Educação Superior

O Gráfico apresentado a seguir mostra a oferta de cursos de graduação na modalidade à distância e presencial e a categoria administrativa pública e privada no período de 2011 a 2020.

O Gráfico mostra também que existe uma invariabilidade no percentual de oferta dos cursos de graduação na categoria pública de 4,7% para 5% na modalidade à distância e de

95,3% para 95% na modalidade presencial. Em contrapartida na categoria privada houve um aumento no percentual dos cursos à distância de 2,8% em 2011 para 17,9% em 2020.

Gráfico 2 – Oferta de Cursos Superiores



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior

No que se refere às vagas, a Tabela a seguir permite visualizar que, em 2020, foram ofertadas 19.626.441 vagas de graduação, sendo 95,6% privadas e 4,4% públicas. Do total geral de vagas, 68,9% são ofertadas a distância, as demais (31,1%) são ofertadas presencialmente. Na categoria privada, a maioria das vagas é ofertada na modalidade a distância (99%) e na modalidade presencial (88,1%). Além disso, quanto ao tipo de vaga, verifica-se a seguinte distribuição: 73% de vagas novas, 26,7% de vagas remanescentes e 0,3% de vagas de programas especiais.

Tabela 4: Número de Vagas em Cursos de Graduação por Tipo de Vaga, segundo a Categoria Administrativa e a Modalidade de Ensino – BRASIL – 2020

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	MODALIDADE DE ENSINO	TOTAL	TIPO DE VAGA		
			VAGAS NOVAS	VAGAS REMANESCENTES	VAGAS PROGRAMAS ESPECIAIS
Total	Total geral	19.626.441	14.328.139	5.237.443	60.859
	Presencial	6.110.141	4.006.022	2.071.221	32.898
	A distância	13.516.300	10.322.117	3.166.222	27.961
Pública	Total pública	863.520	668.890	184.700	9.930
	Presencial	727.265	549.440	170.660	7.165
	A distância	136.255	119.450	14.040	2.765
Privada	Total privada	18.762.921	13.659.249	5.052.743	50.929
	Presencial	5.382.876	3.456.582	1.900.561	25.733
	A distância	13.380.045	10.202.667	3.152.182	25.196

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior

De modo geral, os percentuais de participação dos cursos de graduação, em ordem decrescente, segundo a área geral do conhecimento (Cine Brasil), são: Negócios, administração e direito (25,4%), Educação (18,9%), Engenharia, produção e construção (15,8%), Saúde e bem-estar (15,4%), Computação e tecnologias da informação e comunicação (6,5%), Ciências sociais, comunicação e informação (5,1%), Artes e humanidades (4,4%), Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária (3,1%), Serviços (3,0%) e Ciências naturais, matemática e estatística (2,3%).

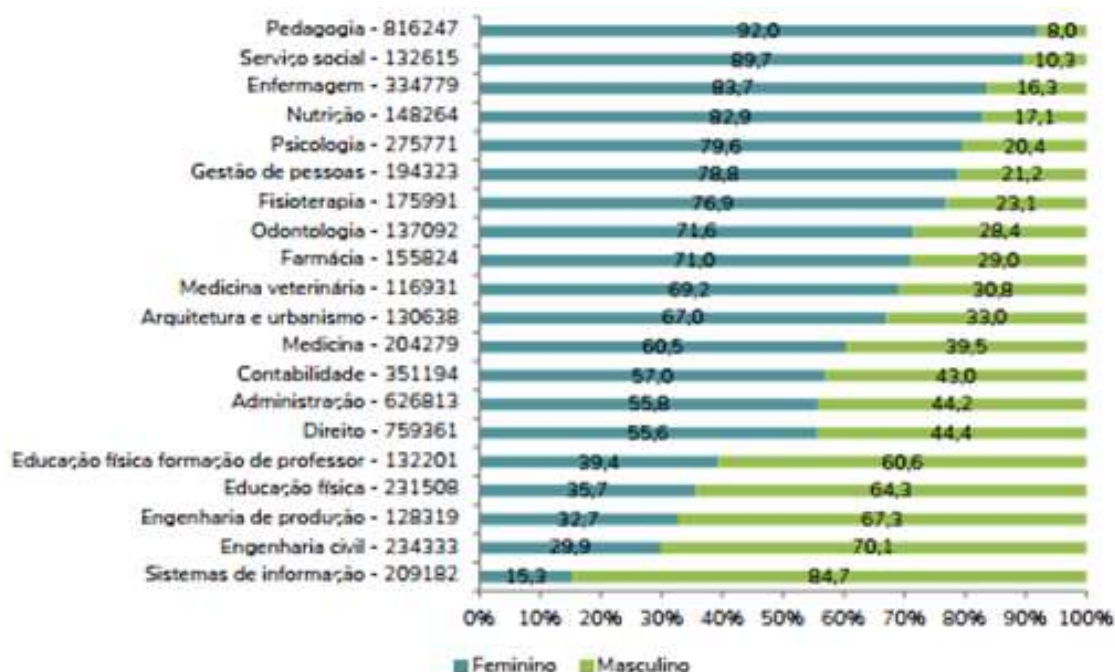
Tabela 5 – Percentual e número de Cursos de Graduação por categoria Administrativa segundo a área geral do conhecimento (CINE Brasil) – Brasil - 2020

ÁREA GERAL DO CONHECIMENTO	TOTAL	% TOTAL	CATEGORIA ADMINISTRATIVA			
			PÚBLICA	% PÚBLICA	PRIVADA	% PRIVADA
TOTAL	41.953	100,0	10.806	100,0	31.147	100,0
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	1.299	3,1	637	5,9	662	2,1
Artes e humanidades	1.888	4,5	593	5,5	1.295	4,2
Ciências naturais, matemática e estatística	960	2,3	634	5,9	326	1,0
Ciências sociais, comunicação e informação	2.173	5,2	583	5,4	1.590	5,1
Computação e tecnologias da informação e comunicação (TIC)	2.862	6,8	639	5,9	2.223	7,1
Educação	7.746	18,5	3.836	35,5	3.910	12,6
Engenharia, produção e construção	6.522	15,5	1.687	15,6	4.835	15,5
Negócios, administração e direito	10.679	25,5	1.144	10,6	9.535	30,6
Saúde e bem-estar	6.527	15,6	864	8,0	5.663	18,2
Serviços	1.297	3,1	189	1,7	1.108	3,6

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior

De acordo com o Gráfico a seguir, são apresentados os 20 maiores cursos em número de matrículas de graduação e seus respectivos percentuais de participação por sexo.

Gráfico 3: os 20 Maiores Cursos em Número de Matrículas de Graduação e os Respectivos Percentuais de Participação por sexo – BRASIL – 2020



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior

De acordo com a tabela a seguir, são apresentadas as medidas estatísticas para as idades referentes as matrículas nos cursos de graduação.

Tabela 6 - Medidas Estatísticas para as idades referentes as matrículas nos cursos de graduação, segundo a modalidade de ensino – Brasil 2020

MODALIDADE DE ENSINO	IDADE ¹ REFERENTE À MATRÍCULA						FREQUÊNCIA MODAL ²
	1º QUARTIL	MEDIANA	3º QUARTIL	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	MODA	
Presencial	21	23	28	25,6	7,5	21	628.196
A distância	25	31	38	32,4	9,4	26	128.563

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior

Notas:

¹ – Idade consiste no cálculo produzido com base nos dados cadastrais de alunos e docentes relativos a dia, mês e ano de nascimento, na data de referência do Censo Superior (Brasil, INEP, 2012);

² – Frequência modal corresponde ao número de observações dessa medida estatística descritiva, a qual identifica o atributo com maior frequência na distribuição do aspecto selecionado.

No caso do concluinte presencial, o grau acadêmico a que se vincula é o bacharelado; frequenta o curso de Negócios, Administração e Direito e, no caso do concluinte a distância, o

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte

Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826

faculdefaesb@gmail.com

grau acadêmico a que se vincula é a Licenciatura, frequenta o curso de Educação. Importante: esses atributos não podem ser tomados integradamente.

2.3 Análise quanto ao Espaço Físico Geral da Sede

A FAESB localiza-se na rua José Ricardo Queiroz Alves (SN) no Bairro Novo Horizonte na cidade de Valença, no Estado da Bahia. O prédio no qual está instalada possui sólida edificação e sua localização possui, em suas imediações, linhas de transporte público do município.

Reestruturado especificamente para estabelecimento de ensino, o espaço físico possui perfeita disponibilidade para todos os ambientes necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, com acústica, iluminação e ventilação adequadas, bem como, instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de proteção contra incêndio.

No contexto institucional para a infraestrutura destacam-se as seguintes diretrizes:

- Melhorar e expandir o espaço físico em geral de acordo com a demanda;
- Implementar um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno, incluindo o atendimento a portadores de necessidades especiais;
- Criar e assegurar as condições de infraestrutura física, de equipamentos, laboratórios, biblioteca especializada, serviços informacionais que assegurem e garantam o desenvolvimento sistemático, harmônico e permanente dos programas educacionais;
- Dimensionar o espaço físico adequadamente considerando-se o número de usuários e o tipo de atividade desenvolvida;
- Garantir o isolamento de ruídos externos e boa audição interna com o uso de equipamentos proporcionando condições acústicas adequadas;
- Implementar melhorias nas condições de luminosidade e ventilação adequadas às necessidades climáticas locais;

- Adquirir e manter mobiliário e aparelhagem específica para proporcionar condições ergonômicas adequadas e suficientes aos usuários;
- Manter todo o espaço físico limpo e arejado em todas as unidades garantindo para isso pessoal habilitado;
- Assegurar uma boa infraestrutura de segurança de pessoal e de propriedade contando com pessoal habilitado;
- Manter recursos audiovisuais e de multimídia em quantidade adequada às necessidades;
- Garantir a manutenção permanente das instalações físicas e dos equipamentos.

2.3.1 Infraestrutura de Segurança

As instalações são dotadas de infraestrutura de segurança de acordo com as normas reguladoras, ambientes com layout e mobiliários específicos para o uso a que se destinam, especialmente preparados para oferecer todo o conforto ambiental e ergonomia necessárias. Os prédios contam com uma provisão de extintores de incêndio em todos os seus blocos de acordo com a normatização brasileira.

2.3.2. Manutenção e conservação das instalações físicas e de equipamentos

A manutenção e a conservação das instalações físicas são executadas por funcionários da Instituição ou através de contratos com empresas especializadas, conforme a necessidade. Os serviços de limpeza e manutenção são realizados por equipes da própria instituição, que possui também equipe de funcionários preparados para pequenos reparos. Serviços de grande porte são terceirizados.

As diretrizes de manutenção e conservação definidas consistem em:

**Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdefaesb@gmail.com**

- ✓ Manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica;
- ✓ Preceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços e instalações próprias para o uso;
- ✓ Executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição.

A Faculdade informa a mantenedora, anualmente, quanto às necessidades de ampliações de infraestrutura, assim como equipamentos e laboratórios com o objetivo de propiciar o provisionamento em tempo hábil dos recursos necessários.

As ações voltadas para a manutenção, conservação, utilização e atualização de equipamentos e materiais disponibilizados à comunidade acadêmica da Faculdade são administrados e supervisionados pela Direção, com o apoio de técnicos com formação e experiência pertinentes e docentes.

A aquisição e atualização dos equipamentos e materiais utilizados nos laboratórios e espaços especializados ocorrerão a partir de solicitações justificadas da Diretoria, coordenadores de cursos e professores, sempre no semestre que antecede o previsto para sua utilização ou a qualquer tempo nos casos emergenciais. Os recursos para efetivação de manutenção, aquisição e regulação de materiais e equipamentos estão previstos no Planejamento Econômico-Financeiro.

2.4 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

A FAESB procura continuamente adequar-se para garantir o acesso a todos estudantes portadores de necessidades especiais, de acordo com a legislação pertinente.

- **Decreto 5.296/2004, Portaria MEC 3.284/2003 e Norma Técnica 385/2013/CGLNRS/DPR/SERES/MEC.**

Em atendimento ao Decreto 5.296/2004 que estabelece os requisitos de acessibilidade, toma como referência a Norma Brasileira ABNT NBR 9050:2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Da mesma forma, atende à Portaria MEC 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições e a Norma Técnica 385/2013/CGLNRS/DPR/SERES/MEC.

Visando priorizar a viabilização desta legislação, a FAESB realiza:

- ✓ criação de vagas de estacionamento de uso exclusivo dos portadores de deficiência física, devidamente sinalizadas e indicadas segundo norma ABNT 9050; ainda, em atendimento assistivo, os funcionários estão aptos a ajudar a retirar cadeira de rodas ou muletas dos veículos, acomodando-os e, sendo solicitado, conduzir até o local desejado;
- ✓ garantia de espaçamentos adequados (mínimo de 1,50m) em corredores.
- ✓ manutenção dos corredores e acessos, livres de obstáculos (cestos de lixo, painéis de propaganda e bancadas) que possam impedir ou prejudicar a circulação de pessoas;
- ✓ portas com larguras superiores a 80cm; portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- ✓ existência de barras de apoio nas paredes de banheiros destinados aos portadores de necessidades especiais;
- ✓ elevadores com acessibilidade a cadeirantes;
- ✓ contratação ou qualificação de docentes e funcionários para o atendimento aos portadores de deficiência físico-motora, em iguais condições de tratamento dispensado aos estudantes não portadores de deficiência;

- ✓ adaptação para consulta ao acervo: mesas na sala de consulta e pesquisa de acervo que permitem a utilização tanto para cadeirantes quanto para crianças e adolescentes, com notebooks.

Acessibilidade Virtual

Para estudantes com deficiência visual a Instituição já mantém ferramentas de Acessibilidade instaladas no seu Portal.

Na página da Biblioteca, tanto o aluno como a comunidade de usuários acessam o Manual de Acessibilidade, bem como o programa NVDA, que é um programa disponível gratuitamente que auxilia nos estudos no computador pessoal.

A biblioteca online, que integram as bibliografias dos cursos, possui sistemática própria de acessibilidade, como pode ser observado quando de seus usos.

Estudantes com deficiência visual

Para estudantes com deficiência visual, conforme orientação da Portaria MEC 3.284/2003, compromete-se formalmente, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso, proporcionar desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- ✓ máquina com Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- ✓ gravador e fotocopadora que amplie textos;
- ✓ software de ampliação de tela;
- ✓ equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal;
- ✓ lupas, régua de leitura;
- ✓ scanner acoplado a computador;
- ✓ de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras, para uso didático.

Estudantes com deficiência auditiva

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdadeaesb@gmail.com

Para os estudantes com deficiência auditiva, conforme orientação da Portaria MEC 3.284/2003, compromete-se formalmente, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso proporcionar:

- ✓ intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa nos eventos proporcionados pela FAESB;
- ✓ flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- ✓ aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às disciplinas do curso em que o estudante estiver matriculado;
- ✓ acesso aos professores de literatura e materiais de informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

No caso da garantia do aprendizado aos portadores de necessidades especiais auditivas, a Faculdade oferecerá intérpretes para os estudantes solucionarem suas dúvidas com os professores. Também oferecerá quando necessário, capacitação em LIBRAS para funcionários da secretaria e biblioteca, visando o melhor atendimento aos estudantes. O mesmo acontece nos processos seletivos, quando é disponibilizado um intérprete por candidato, se houver necessidade.

Decreto nº 5626/2005

Em atendimento ao Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a Faculdade proporciona:

- Atendimento ao art.3º, §2º, constituindo Libras em disciplina curricular optativa nos cursos de graduação bacharelado e tecnólogo e obrigatórias em curso de licenciaturas.
- Compromisso formal quanto ao atendimento aos alunos surdos, quando matricularem nos cursos da Instituição, quanto à inclusão em seu quadro funcional de profissionais com

formação adequada, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação, conforme especificado no Decreto em questão.

- Atendimento à Lei nº12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Em atendimento aos requisitos definidos na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, o Curso, congregando as políticas institucionais atuará em seu contexto de atendimento aos discentes, no sentido de acompanhamentos pedagógico e psicopedagógico, e outras necessidades que se apresentarem, direcionados aos alunos diagnosticados conforme esta normativa, ou seja: “é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. “A política institucional para este atendimento cumprirá os requisitos de acompanhamento em processos seletivos e promover a matrícula dos candidatos. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

2.5 Instalações Administrativas da Sede

A tabela 7, apresentada a seguir, demonstra as dimensões dos espaços da sede da FAESB:

Tabela 7 – Dimensões dos Espaços da Faculdade ISEP

DESCRIÇÃO: Instalações administrativas	Área (M ²)	Quantidade
Almoxarifado	7	1
Auditório	70	1
Biblioteca	50	1
Brinquedoteca	70	1
CAE – Centro de Apoio Estudante	15	1
Cantina Central	240	1
Conjuntos de Sanitários	45	3
Coordenações de Curso	4 (cada)	5
Direção Administrativo/Financeira	20	1
Direção Geral e Acadêmica	14	1
Espaços de Convivência	300	1
NPE – Núcleo de Práticas Empreendedoras	25	1
Núcleo de Estágio e Carreira	10	1
Núcleo de Extensão	10	1
Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa	15	1
Recepção	50	1
Recursos Audiovisuais	20	1
Sala Apoio Psicopedagógico	5	1
Sala CPA	12	1
Sala dos Professores	40	1
Sala dos Professores Integrais	20	1
Salas de Aula	50	16
Secretaria Acadêmica	90	1
Setor Financeiro	9	1

2.5.1. Espaços Físicos Utilizados no Desenvolvimento do Curso

Alunos e docentes do curso têm disponível para sua atualização, todo o espaço comum, da comunidade acadêmica. Conta também com os ambientes específicos a seguir descritos.

2.5.2. Gabinetes de Trabalho para Docentes em Tempo Integral – TI

Os docentes em regime de trabalho de tempo integral da Instituição possuem espaços disponíveis para o desempenho de suas atividades, contando com mobiliários individuais, internet Wi-Fi, que oferecem todo o conforto em termos de ergonomia, e ambiente com iluminação, acústica, climatização, limpeza, adequados.

Tabela 8 – Dimensões gabinete para docentes em TI

DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	CAPA CI- DADE	UTILIZAÇÃO		
			M	T	N
Gabinetes de trabalho para docentes em tempo integral	20	1	x	x	x

2.5.3. Gabinetes de Trabalho para Coordenação do Curso

A coordenação do curso conta com sala própria, para desempenho das funções de gestão, sala para atendimento individual e compartilham a sala de reuniões quando da necessidade de atendimento a quantidade maior de pessoas. Todas essas salas são dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

Tabela 9 – Dimensões gabinete de Coordenação e Sala NDE

DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	CAPACIDADE	UTILIZAÇÃO		
			M	T	N
Instalações para Coordenação					
Sala de Coordenação Administração	5	1	x	x	x

2.5.4. Sala dos Professores

A sala de professores possui um espaço amplo, com internet e mesa de reuniões. Está dotada de iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

Além deste ambiente, os docentes do curso contam com outros espaços que podem ser utilizados de acordo com suas conveniências, para atender os alunos em orientações gerais ou específicas ou promover reuniões breves com outros docentes, quando em processos de planejamento de atividades do curso.

Tabela 10 – Dimensões sala dos Professores

DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	CAPACIDADE	UTILIZAÇÃO		
			M	T	N
Salas de professores					
Sala dos docentes e sala de reunião	40	1	x	x	x

2.5.5. Salas de Aula

As salas de aula disponíveis para o curso são bem dimensionadas, sendo adequadas ao número de estudantes e de disciplinas do curso. Todas as salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade, dotadas de mobiliário e carteiras confortáveis, recursos de multimídia, lousas e aparelhos, de forma a propiciar as melhores condições de desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Possuem isolamento acústico, iluminação, ventilação e climatização, atendendo a todas as condições de salubridade, havendo inclusive, uma política de manutenção permanente de todo o mobiliário e equipamentos existentes nas salas.

É preocupação da FAESB, oferecer condições adequadas a seus alunos e funcionários para desenvolverem seus trabalhos. Nos ambientes estão contemplados os critérios legais de acessibilidade.

Tabela 11 – Dimensões da sala de aula

DESCRIÇÃO	ÁREA A (M ²)	CAPACIDADE	UTILIZAÇÃO		
			M	T	N
Sala de Aula	50	16	x	x	x

2.5.6. Espaço Físico Biblioteca

O espaço de acesso à Biblioteca ocupa uma área de 50 m², com dependências para atividade dos docentes, discente e funcionais da equipe técnica.

O ambiente é arejado e climatizado e conta com mobília confortável e moderna, contemplando toda a área para a realização das atividades de estudo e pesquisa dos discentes, organização e armazenamento do acervo e realização dos trabalhos técnicos e de gestão.

A Biblioteca é um organismo em constante desenvolvimento, portanto, as instalações da Biblioteca da FAESB objetivam atender tal característica em conformidade com o plano de expansão de seus cursos e programas previstos em seu PDI.

DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	CAPACIDADE	UTILIZAÇÃO		
			M	T	N
Biblioteca	50	1	x	x	x

2.5.6.1 Horário de Funcionamento

A Biblioteca está aberta à comunidade usuária, permitindo acesso a todos os seus recursos e serviços durante a semana e, também, aos sábados, conforme está demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 13 – Horário de Funcionamento da Biblioteca

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO						
Dia da Semana	Manhã		Tarde		Noite	
	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim
Segunda à Sexta-feira	08:00	-	-	-	-	22:00
Sábado	08:00	12:00				

2.6 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A FAESB em compromisso com a qualidade mantém em sua sede laboratórios de informática em espaço adequado, que estão disponíveis para os estudantes, mesmo fora do horário das atividades programadas na matriz curricular.

No desenvolvimento das atividades, programa-se para cada estudante o uso individual de equipamento. Todos os computadores disponibilizam o acesso à internet, por meio de banda larga.

Além dos equipamentos específicos, disponibiliza-se, em tempo integral, acesso a internet, via Wi-Fi, com cobertura total dos ambientes da Faculdade, para todos os alunos

utilizarem de acordo com suas necessidades de estudo e pesquisa, em seus próprios equipamentos (celulares, notebooks, tablets, etc) para sua maior comodidade. Possuem isolamento acústico, iluminação, ventilação e climatização, atendendo a todas as condições de salubridade e manutenção adequadas.

2.7 Corpo Docente

Conforme registra o Regimento Geral da FAESB, os professores são contratados pela Mantenedora, por indicação da Diretoria Geral, segundo o regime das leis trabalhistas e na forma prevista no Plano de Carreira Docente.

A FAESB considera o docente como elemento fundamental para o alcance dos objetivos do curso e ao desenvolvimento do projeto pedagógico com qualidade. O corpo docente exerce as atividades de magistério superior que abrangem as relacionadas ao ensino, pesquisa/iniciação científica, extensão, as orientações didáticas, de supervisão de estágios, orientação de trabalho final de curso, orientações de monitoria, e demais atividades de acompanhamento do trabalho efetivo docente.

O processo de seleção de docentes da Instituição possui esse foco de análise de conhecimento, competências e habilidades direcionadas à área do componente curricular, juntamente com as competências e habilidades pedagógicas que mostrem sintonia com a metodologia empregada pela Instituição. A tabela a seguir apresenta o corpo docente do curso.

Tabela 14 - Corpo Docente do curso de Administração

NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME
Ana Caroline Oliveira Costa	Especialista	Parcial
Dirceu Abreu Melo	Mestre	Parcial
Francisco Carlos de Aguiar Neto	Doutor	Integral
Gilberto Augusto Araújo Muniz	Mestre	Parcial
Jorge Henrique Valença Oliveira	Doutor	Parcial
Paulo Teixeira Cardoso	Mestre	Integral

2.7.1 Titulação, Experiência e Dedicção do Corpo Docente

2.7.1.1 Titulação

O Corpo Docente da FAESB possui titulação coerente e estão aptos a exercerem a função dentro da proposta pedagógica do Curso Superior de Bacharelado em Administração ou programas de iniciação científica e extensão e todos são formados dentro da área de conhecimento voltada para os componentes curriculares sob sua responsabilidade.

Os docentes possuem competências para ministrarem o conteúdo das disciplinas, apontando sua relevância, assim como adicionar materiais e bibliografias complementares que vão além dos já são propostos. Também estão aptos a proporcionar o acesso aos conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, incentivando a produção do conhecimento por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

Tabela 1 - Titulação do Corpo Docente do Curso Superior de Bacharelado em Administração

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Doutores	2	33%
Mestres	3	50%
Especialistas	1	17%
TOTAL	6	100%

2.7.1.2 Experiência Acadêmica e Profissional

O corpo docente do Curso Superior de Bacharelado em Administração possui experiência profissional que contribui diretamente para a integração entre a teoria e a prática, para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, promovendo constantemente a interdisciplinaridade e a associação das competências previstas na formação do estudante, o conteúdo desenvolvido e o perfil da profissão.

Neste sentido, a organização do corpo docente responsável pelo curso teve como principais direcionadores o atendimento aos seguintes pré-requisitos:

- Comprovada experiência na docência superior e titulação adequada aos parâmetros de excelência definidos para o curso.
- Domínio de técnicas pedagógicas, de avaliação e de instrumentos de apoio pedagógicos, além da capacidade para diagnosticar as desigualdades e adequar instrumentos e técnicas pedagógicas frente a essa situação;
- Capacidade para o reconhecimento das necessidades relacionadas ao exercício profissional e domínio da linguagem técnica relacionada ao profissional;
- Habilidades de pesquisa, relacionamento e aderência do docente ao curso e à área de atuação;
- Experiência Profissional em áreas correlatas ao curso;
- O corpo docente indicado para os dois primeiros anos do curso foi avaliado e considerado pela Instituição como de perfeita adequação aos propósitos definidos no projeto pedagógico, no que diz respeito à experiência profissional;
- Tanto a experiência acadêmica como a profissional do corpo docente da FAESB é altamente relevante e caracterizada conjugando a atividade profissional no magistério e as atividades exercidas fora dele, sabidamente fundamentais para a melhor atuação dos professores no exercício das atividades acadêmicas, conforme demonstrado pela tabela seguinte:

Tabela 2 - Experiência Profissional, no Ensino Superior e na Educação a Distância dos Docentes

DOCENTES	EXPERIÊNCIA		
	Titulação	Docência no Ensino Superior (anos)	Experiência Profissional (anos)
	(Título/IES)		
Ana Caroline Oliveira Costa	ESPECIALISTA	6	13
Dirceu Abreu Melo	MESTRE	17	17
Francisco Carlos de Aguiar Neto	DOUTOR	19	25
Gilberto Augusto Araújo Muniz	MESTRE	21	4

Jorge Henrique Valença Oliveira	DOUTOR	21	23
Paulo Teixeira Cardoso	MESTRE	17	24

2.7.1.3 Produção Científica, Artística e Cultural dos Docentes

As publicações abrangem artigos em periódicos, livros, capítulos de livros, e trabalhos publicados em anais de congressos ou seminários. Os docentes do curso possuem também projetos e/ou produções tecnológicas, artísticas e culturais, produção didático-pedagógica relevante publicada ou não conforme tabela 18 abaixo.

Tabela 18 - Quantidade de Publicações dos Docentes

Professor	Nº de trabalhos publicados (2020-2023)
Ana Caroline Oliveira Costa	2
Dirceu Abreu Melo	2
Francisco Carlos de Aguiar Neto	7
Gilberto Augusto Araújo Muniz	5
Jorge Henrique Valença Oliveira	4
Paulo Teixeira Cardoso	5

3. Atuação da CPA X Relatório de Estudos de Vagas

Interessado na consolidação e na promoção da qualidade de seus serviços, a FAESB desenvolve um Programa de Avaliação Institucional, por meio de uma Comissão Permanente de Avaliação – CPA, composta por docentes, discentes, corpo técnico- administrativos e representantes da sociedade civil organizada.

As ações desta comissão contribuirão para o planejamento e gestão universitária, envolvendo a comunidade acadêmica de modo participativo e democrático. Os resultados permitirão ratificar os aspectos positivos do curso e tomar decisões para solucionar suas

fragilidades, além de serem uma forma de acompanhamento da avaliação institucional, com ênfase numa dimensão qualitativa.

O Relatório de plano de ação dos pontos fortes e pontos fracos será elaborado e colocado em prática a partir dos resultados da autoavaliação institucional que acontecerá após o início do curso.

4. CONCLUSÃO

Considerando o contexto apresentado ao longo desse estudo, conclui-se que o número de vagas para o curso bacharelado em Administração está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa.

Encerra-se este estudo na certeza de que as vagas são viáveis para o mercado de trabalho da cidade de Valença e região.

ANEXO IX

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS EMPREENDEDORAS (NPE) DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E DOS FINS DO NÚCLEO DE PRÁTICAS EMPREENDEDORAS

Capítulo I

Das disposições Gerais

Art. 1º - Sob a denominação social de Núcleo de Práticas Empreendedoras (NPE), se regerá pelas diretrizes curriculares nacionais e constitui-se para possibilitar formação profissional prática dos estudantes dos Cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade Educação Social da Bahia (FAESB).

Art. 2º - O Núcleo de Práticas Empreendedoras (NPE) destina-se a consolidar o desenvolvimento das competências profissionais presentes ou emergentes, nos vários segmentos dos campos de atuação das profissões envolvidas.

Parágrafo único. O Núcleo de Práticas Empreendedoras integra campo interligado e sistêmico de formação profissional, é composto por programas para integralização das competências dos cursos, a saber:

- a) Programa do Núcleo Avançado de Cidadania Fiscal (NACIF);
- b) Programa de Orientação Vocacional;
- c) Programa de Laboratório de Jogos de Empresas e Simulação Empresarial;
- d) Programa de Consultoria Empresarial;
- e) Programa de Empresa Júnior;
- f) Programa de Incubadora de Empresas;
- g) Programa de condução das Atividades Complementares;
- h) Programa de fomento à cultura empreendedora;
- i) Programa de Estágio Supervisionado.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA E ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE AÇÕES EMPREENDEDORAS

Art. 3º - A estrutura administrativa do Núcleo de Práticas Empreendedoras (NPE) é composta de: coordenadores dos cursos e 01 (um) professor tempo parcial ou tempo integral que fará orientações específicas.

Art. 4º - O NPE atuará em convênios com entidades públicas, empresas particulares, micro empreendedores individuais (MEI), organizações não governamentais, comunitárias, cooperativas e associações, nacionais e/ou internacionais, que possibilitem a participação dos acadêmicos no desenvolvimento da capacidade empreendedora para realizar consultoria em gestão, pareceres e perícias gerenciais, organizacionais, estratégicas e operacionais, desde que, aprovada pela Coordenação e acompanhada pelo professor orientador.

TÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO NÚCLEO DE PRÁTICAS EMPREENDEDORAS

Art. 5º - O professor coordenador do NPE fará parte do quadro efetivo da FAESB, tendo obrigatoriamente formação na área de atuação e desempenhando as atividades de coordenação do curso, salvo se, preferir indicar outro professor com a aprovação da Direção. O coordenador do NPE terá as seguintes atribuições:

- I – Articular-se com os acadêmicos e comunidade para organização e desenvolvimento social e sustentável;
- II – Manter atualizadas as documentações dos trabalhos desenvolvidos pelo NPE;
- III – Convocar reuniões com professores orientadores quando se fizer necessário, bem como, estabelecer escalonamento de trabalho e divisão de tarefas;
- IV – Executar e fazer executar as atividades promovidas pelo NPE, dentre outras: visitas orientadas, e demais atividades acadêmicas que demandem práticas empreendedoras;
- V – Firmar parcerias com empresas para práticas empreendedoras;
- VI – Elaborar semestralmente o relatório das atividades do NPE a serem apreciados pela FAESB.

Art. 6º - Os professores orientadores deverão fazer parte do quadro de docentes efetivados da FAESB com regime de trabalho parcial e/ou integral. Suas atribuições serão:

- I – Orientar, acompanhar e avaliar os acadêmicos na elaboração e execução de consultoria em gestão, pareceres e perícias gerenciais, organizacionais, estratégicas e operacionais;
- II – Comparecer, quando convocado, às reuniões e demais eventos ou atividades que promovam e contemplem a realização e conclusão de projetos e/ou pesquisa;
- III – Executar tarefas determinadas pela coordenação, bem como obedecer ao plano de ação das atividades projetadas.

TÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS EMPREENDEDORAS

Art. 7º - O NPE funcionará em horário comercial para atendimento de demandas internas e externas e, excepcionalmente, em situações de eventos, no período noturno.

Art. 8º - Os horários e dias de funcionamento do NPE poderão ser alterados pela FAESB ou pela coordenação em função das demandas.

TÍTULO V

DAS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE PRÁTICAS EMPREENDEDORAS

Art. 9º - O atendimento ao público externo inclui:

- I – Atendimento inicial, diagnóstico e acompanhamento dos clientes;
- II – Elaboração de análises em diferentes modelos organizacionais;
- III - Elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações.

Parágrafo Único: O atendimento ao cliente será preferencialmente gratuito, contudo, prioritariamente com contrapartida financeira com previsão de receita para a FAESB.

Art. 10º - A cada atividade desempenhada sob a supervisão do NPE será atribuída ao acadêmico carga horária complementar, conforme os critérios abaixo:

- I – Atendimento a clientes, sob supervisão dos professores orientadores: 01 (uma) hora;
- II – Plantões NAPE: 04 (quatro) horas semanais;
- III – Primeira visita técnica à empresa para levantamento dos dados: 02 (duas) horas;
- IV – Segunda visita técnica em diante para exploração de informações, análise de atividades estratégicas, táticas e operacionais: 03 (três) horas;
- V – Reuniões com equipes para análise de viabilidade, discussão sobre informações, diagnóstico e preparação de relatório técnico: 03 (três) horas;
- VI - Visita técnica à empresa para apresentação de relatório, pareceres, perícias e maiores esclarecimentos: 02 (duas) horas;
- VII – Outras tarefas de caráter gerencial ou de assessoria a critério do professor orientador: 03 (três) horas;
- VIII – Elaboração de projetos para implantação de novos empreendimentos: 04 (quatro) horas.

TÍTULO VI

DA INSCRIÇÃO DOS MONITORES

Art. 11º - Cada Curso da FAESB deverá encaminhar à Coordenação do NPE a relação de candidatos a monitor(a) mediante os pré-requisitos divulgados no edital de inscrição.

Art. 12º - No edital de inscrição, deverá constar:

**Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdefaesb@gmail.com**

- a) nº de vagas por programa;
- b) prazos e local para inscrição;
- c) relação dos pré-requisitos e documentos necessários;
- d) dia e hora dos exames de seleção;
- e) especificação dos tipos de provas e critérios de classificação.

Art. 13º - Deverá constar na prova de Seleção:

- a) análise do currículo e rendimento escolar;
- b) entrevista;
- c) prova específica (teórica e/ou prática) do programa objeto da monitoria.

Parágrafo Único. Caso ocorra empate na nota final de candidatos, terá preferência aquele que tiver maior coeficiente de rendimento no histórico escolar.

Artigo 14º - As atividades de monitoria não criam nenhum vínculo empregatício com a Faculdade Educação Social da Bahia (FAESB).

TÍTULO VII

DAS ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS AOS MONITORES

Art. 15º - Os monitores deverão desempenhar atividades coordenadas pelo Curso, orientadas pelo professor(es) responsável(eis) pelo programa, sob a supervisão geral da Direção.

Art. 16º - São atribuições do monitor:

- a) participar de Seminário Informativo sobre os Programas do NPE previsto para o início de cada semestre letivo;
- b) discutir o plano de trabalho da monitoria com o professor(es) responsável(eis);
- c) atuar no auxílio aos professores responsáveis, em atividades que envolvam diretamente o programa em que está vinculado;
- d) auxiliar os professores responsáveis na realização de trabalhos teóricos e práticos, na preparação de material de diagnóstico, análise e intervenção, e em atividades empresariais;
- e) registrar a frequência e a execução do plano de trabalho da monitoria.

Parágrafo único. É vedado ao monitor o exercício da docência, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem e as atividades de caráter administrativo.

Art. 17º - São obrigações do monitor:

- a) cumprir uma jornada de trabalho de pelo menos 12 horas semanais, conforme horários pré-estabelecidos pelo professor orientador;
- b) exercer as tarefas determinadas pelo plano de trabalho;
- c) realizar uma avaliação processual da monitoria;
- d) apresentar um relatório final das atividades desenvolvidas na monitoria.

TÍTULO VIII

DO CONTROLE DAS ATIVIDADES DOS MONITORES

Art. 18º- As atividades desempenhadas pelo monitor, em cada mês serão anotadas em formulário apropriado denominado de Atividades do Monitor.

Art. 19º - O formulário de Atividades do Monitor, deverá ser entregue à Coordenação do NPE até 10 dias (este prazo poderá ser flexibilizado mediante justificativa plausível) corridos após realização da atividade.

Art. 20º - A carga horária mensal será apurada e computada pelo Professor Coordenador do NPE.

TÍTULO IX

DAS PENALIDADES

Art. 21º - São aplicáveis ao acadêmico as seguintes sanções, no caso de conduta inadequada:

- I - advertência;
- II - repreensão;
- III - suspensão;
- IV - exclusão;
- V - despedida.

Parágrafo Único. Todas as penalidades seguem o estabelecido no regimento interno da Faculdade Educação Social da Bahia (FAESB).

TÍTULO X

DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 22º- Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do NPE.

Art. 23º- Este regulamento entra em vigor a partir de sua publicação.

Publique-se.



Faculdade de Educação Social da Bahia

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdadefaesb@gmail.com

ANEXO X

**PLANO DE GESTÃO DOCENTE E COLEGIADO DE CURSO
DE ADMINISTRAÇÃO**

VALENÇA – BA

2023

Rua José Ricardo Queiroz Alves, s/n – Novo Horizonte
Valença-Ba – (75) 3641-3509 / 75 9 8810-7826
faculdedefaesb@gmail.com

DOCENTES

Professor	Titulação
Ana Caroline Oliveira Costa	Especialista
Dirceu Abreu Melo	Mestre
Francisco Carlos de Aguiar Neto	Doutor
Gilberto Augusto Araújo Muniz	Mestre
Jorge Henrique Valença Oliveira	Doutor
Paulo Teixeira Cardoso	Mestre

APRESENTAÇÃO

Com o intuito de sistematizar a proposta de trabalho e de promover o envolvimento efetivo de todos os seus membros do colegiado, na busca de soluções para os problemas inerentes à vida acadêmica, a FAESB elaborou um plano de ação docente que contempla o planejamento do órgão que é compreendido como um dos pilares do planejamento do curso, para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as diretrizes dos Cursos de Graduação da FAESB, na modalidade presencial. Esse plano inicial foi elaborado de acordo com indicadores já estabelecidos desde a construção do PPC do curso e suas políticas acadêmicas.

Tendo em vista o compromisso para que os docentes da FAESB cumpram a sua função social de democratização do conhecimento historicamente construído por todos nas relações de trabalho, nossa proposta será buscar os meios necessários para aprimorar o processo de aprendizagem, bem como promover as discussões de temas importantes da contemporaneidade no âmbito acadêmico.

Considerando que o Projeto Pedagógico de Curso de Administração da FAESB tem como princípio a construção coletiva, envolvendo toda a comunidade acadêmica, num processo de discussão permanente, democrática e inclusiva, esta gestão se pauta em princípios que concebem o fortalecimento do corpo docente, não centralizando as decisões no âmbito da coordenação de curso.

Este documento tem o intuito de institucionalizar o planejamento do colegiado de curso, reforçando a representatividade do órgão, bem como mostrar o calendário de reuniões, o fluxo das sugestões propostas pelo colegiado à coordenação de curso e NDE. Os registros e acompanhamentos são feitos a partir das atas de reuniões e portarias.

1. Objetivos

- Valorização da participação do Colegiado de Curso, NDE e da importância do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Administração como norteador das práticas pedagógicas e da organização do trabalho da FAESB;
- Trazer para as discussões pedagógicas, de forma interdisciplinar, temas como a diversidade de gênero, etária, cultural, étnica e a perspectiva inclusiva de todos os estudantes e profissionais da educação para enfrentar o preconceito através do conhecimento;
- Possibilitar durante todo o processo pedagógico, que surjam novos projetos que contemplem o planejamento da FAESB, abrindo espaço para ideias e sugestões vindas dos docentes da FAESB;
- Construir e reconstruir todos os dias ações pedagógicas, onde todos (as) são respeitados (as) em suas opções político pedagógicas;
- Conscientizar a comunidade acadêmica da importância da discussão e da construção coletiva do PPC com a definição de

princípios que regem a organização do trabalho acadêmico da FAESB;

- A participação do maior número de docentes em atividades científicas, culturais, esportivas e em projetos científicos.

2. Planejamento de atuação dos docentes no curso

Situação	Estratégia
Falta entendimento da importância do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) na efetivação da prática pedagógica e na organização da FAESB.	Promover reuniões pedagógicas dos professores (as) (APENDICE I) Oportunizar estudo e discussão do PPC Fortalecimento do NDE e Colegiado de Curso como órgãos máximos de gestão acadêmica de modo a não centralizar as decisões no âmbito do gabinete da coordenação. Neste sentido, a gestão será construída para toda comunidade acadêmica.
Uso de diferentes espaços, como biblioteca.	Estimular a pesquisa no espaço escolar. Utilizar a biblioteca para a construção do TCC.
Necessidade de abertura de novos cursos de extensão.	Estudar a possibilidade da criação de curso de extensão e outros de interesse da comunidade acadêmica.

3. Avaliação

Situação	Estratégia
Discentes não se percebem como protagonistas de seu rendimento nas avaliações e do processo ensino-aprendizagem.	Fortalecer e valorizar a participação dos estudantes nas aulas. Aulas expositivas dialogadas. Aplicação de dinâmicas de grupo. Promover reuniões periódicas entre professores, coordenadores e equipe pedagógica, para discutir a avaliação como processo dentro da especificidade de cada disciplina, tendo como ponto de partida o PPC, Proposta Pedagógica e o Regimento Interno.
Pouca participação dos estudantes em atividades científicas.	Conscientizar os professores (as) acerca da importância do retorno dos resultados das avaliações ao longo do semestre. Promover reuniões de representantes de classe participativo.
Falta de integração entre os professores de uma mesma disciplina no entendimento e na construção do sistema de avaliação.	Buscar uma unidade entre os professores de uma mesma disciplina, mediada pela Equipe Pedagógica, no que diz respeito ao processo avaliativo em consonância com o sistema de avaliação.

4. Prática pedagógica

Situação	Estratégia
Falta de integração entre as disciplinas iniciais.	Incentivar a formação de projetos e grupos de estudos que integralizem as disciplinas dos semestres iniciais.
Pouca leitura por parte dos estudantes, gerando dificuldade na interpretação e produção de textos, influenciando no rendimento em todas as disciplinas.	<p>Incentivar a investigação científica e a reprodução de experimentos com a participação em feiras que traduzem a aprendizagem dos conceitos por parte dos (das) estudantes.</p> <p>Proporcionar a prática da pesquisa orientada, com objetivo de formar estudantes pesquisadores.</p>
Enfrentamento das dificuldades de aprendizagem dos discentes.	Aprimorar, após diagnóstico e encaminhamento dos professores, a organização do reforço escolar no contra turno para os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem.

SÍNTESE DAS AÇÕES PREVISTAS					
MEDIDA	O QUE	PORQUE	QUEM	QUANDO	COMO
01	Analisar e definir Plano de Ensino das disciplinas.	Avaliar as articulações entre os objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e avaliação.	Corpo Docente e Coordenação de curso.	Início do semestre letivo.	Por meio de reuniões durante os encontros pedagógicos.
02	Rendimentos dos alunos.	Analisar o rendimento dos alunos para assegurar a consolidação da relação ensino-aprendizagem	Corpo Docente e coordenação.	Final de cada período de aplicação de pesquisa.	Por meio de relatórios de notas e diagnósticos docentes dos resultados do rendimento acadêmico.
03	Programas de extensão e pesquisa.	Elaborar relação de cursos de extensão para oferta semestral; Constituir linhas de pesquisa para o curso; Constituir núcleo de estudo em grupo e Núcleo de pesquisa e ferramentas de acompanhamento.	Corpo Docente/ coordenação de curso/ Núcleo de extensão.	Início do semestre letivo.	Planejamento entre corpo docente e núcleo de extensão. O Núcleo de extensão deve apresentar demandas de cursos para a gestão do curso.
04	Estratégias para acompanhamento das práticas.	Para as disciplinas de carga horária prática.	Corpo Docente e Coordenação de curso.	Início do semestre letivo.	A coordenação do CAE deve acompanhar as aulas práticas por meio de instrumento que serão entregues nos espaços concedentes às atividades.

APÊDICE I – CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO COLEGIADO

Reuniões, com esclarecimentos para cada vez mais incentivar a participação efetiva e afetiva em toda a gestão

Mês	Assunto
Janeiro (ordinária)	Planejamento do semestre vigente, discussão do calendário acadêmico, atualizações e treinamentos.
Junho (Ordinária)	Propostas de melhorias nos cursos e sugestões de trabalho de pesquisa e extensão. Verificação de índice de evasão. Avaliação do semestre, feedback docente, autoavaliação e a avaliação do coordenador.
Agosto (Ordinária)	Planejamento do semestre vigente, discussão do calendário acadêmico, atualizações e treinamentos.
Dezembro (Ordinária)	Propostas de melhoria no Projeto Pedagógico de Curso ao Núcleo Docente Estruturante e verificação de índice de evasão. Avaliação do semestre, feedback docente, autoavaliação e a avaliação do coordenador.

APÊNDICE II

FLUXO DAS DECISÕES DE COLEGIADO

